



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

A AVENTURA ECONÔMICA NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO  
DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
E SOCIAL PARA O ESTADO DO AMAZONAS NOS  
ÚLTIMOS 30 ANOS

Josino da Silva Malagueta

MANAUS  
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JOSINO DA SILVA MALAGUETA

A AVENTURA ECONÔMICA NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO  
DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
E SOCIAL PARA O ESTADO DO AMAZONAS NOS  
ÚLTIMOS 30 ANOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Selma Suely Baçal de Oliveira.

MANAUS  
2008

Ficha Catalográfica  
(Catalogação na fonte realizada pela Biblioteca Central - UFAM)

Malagueta, Josino da Silva

M236a A aventura econômica na Amazônia: um estudo dos projetos de desenvolvimento econômico e social para o estado do Amazonas nos últimos 30 anos / Josino da Silva Malagueta. - Manaus: UFAM, 2008.  
177 f.

Dissertação (Mestrado em Mestre em Educação) — Manaus, Universidade Federal do Amazonas, 2008.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Selma Suely Baçal de Oliveira

1. Educação - Amazonas 2. Desenvolvimento econômico - Amazonas 3. Amazonas – Condições econômicas I. Universidade Federal do Amazonas II. Oliveira, Selma Suely Baçal de III. Título

CDU 339.543.027:37(811.3)(043.3)

JOSINO DA SILVA MALAGUETA

A AVENTURA ECONÔMICA NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO  
DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
E SOCIAL PARA O ESTADO DO AMAZONAS NOS  
ÚLTIMOS 30 ANOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Selma Suely Baçal de Oliveira.

Aprovada em 12 de setembro de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Selma Suely Baçal de Oliveira – Presidente  
Universidade Federal do Amazonas – FAGED

Prof. Dr. Jorge Gregório da Silva – Membro  
Universidade Federal do Amazonas – FAGED

Prof. Dr. Noval Benaion Well – Membro  
Universidade Federal do Amazonas – FES

## **DEDICATÓRIA**

*Ao meu pai, William Lopes Malagueta (in memoriam), minha mãe, Severina Pinheiro da Silva e irmãos (as), Washington da Silva Malagueta, Francisco Wanderley da Silva Malagueta, Maria do Perpetuo Socorro da Silva Malagueta e Maria Williams da Silva Pinheiro, minha esposa, Ana Lúcia Galvão e filha, Tainã Malagueta pelo incentivo na realização deste trabalho.*

## *AGRADECIMENTOS*

*A minha Orientadora, Professora Dra. Selma Baçal de Oliveira, pelo paciente trabalho de acompanhamento e discussão no processo de gestação das ideias aqui contidas;*

*Aos meus familiares, esposa e filha, pela compreensão e apoio quando nas manhãs ensolaradas de domingos souberam ficar em casa, quando a vontade era passear;*

*Aos amigos, pelas muitas vezes em que não pude estar presente em nossas reuniões de convivência;  
Aos colegas da turma de 2006 pelo caminhar solidário e apoio nos momentos de dificuldades;*

*Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, que muito contribuíram e auxiliaram para o entendimento das concepções teórico-metodológicas no decorrer das disciplinas e que resultou no desenvolvimento deste trabalho;*

*A Secretaria Municipal de Educação pelo Projeto Qualifica que me possibilitou o afastamento para a realização do Curso, assim como ao Secretário de Educação do Estado do Amazonas, Gedeão Amorim pelo apoio na realização deste trabalho;*

*Ao Deus/Trindade, de onde tenho haurido forças para acreditar no poder coletivo do ser humano como ator principal na concretude e realização de um mundo melhor para todos.*

*AGRADEÇO.*

*A escola neoliberal designa um certo modelo escolar que considera a educação como um bem essencialmente privado e cujo valor é, antes de tudo, econômico.*

*A massificação escolar não desembocou na grande mestiçagem social, no reino da meritocracia harmoniosa.*

*Laval*

*[...] enquanto o desenvolvimento tecnológico deveria beneficiar a todos indiscriminadamente, no sistema capitalista, ele se transforma em instrumento de manutenção, reforço e reprodução das relações sociais de produção vigentes [...]*

*Rossi*

## RESUMO

A história da ocupação econômica da Amazônia e do Estado do Amazonas, em particular, está marcada por grandes momentos ou ciclos de desenvolvimento. O primeiro deles corresponde ao início da exploração econômica racional da colônia, iniciada por Sebastião José de Carvalho e Melo mais conhecido como Marquês de Pombal. O segundo corresponde à extração do látex da seringueira, período em que a borracha produzida a partir do látex da seringueira foi o grande baluarte na geração de riquezas na região. O terceiro período está relacionado ao momento histórico da implantação de “Grandes Projetos” desenvolvimentistas para a região capitaneados pelo governo federal e que se estende até os dias atuais. Período esse, que também ficou conhecido como da “Ocupação Recente”. É desse período o Projeto Zona Franca de Manaus (ZFM), surgido no bojo da chamada “Operação Amazônia”. O Projeto ZFM tem proporcionado vantagens econômicas para a região, sobremaneira para o Estado do Amazonas e principalmente para a cidade de Manaus, visto que com o advento da Zona Franca de Manaus o Estado elevou significativamente sua arrecadação. Este trabalho investiga as ações do governo estadual no sentido de desenvolver políticas públicas para otimização desses recursos principalmente na geração de conhecimento a partir do investimento em educação; particularmente no Ensino Médio e na Educação Profissional. Somente um investimento sério em educação, não na perspectiva economicista da Teoria do Capital Humano, nem na ótica do Neoliberalismo, mas na perspectiva da escola unitária e da politécnica, poderá alavancar o desenvolvimento para a Amazônia em geral e para o Amazonas em particular. Pois apesar dos vultosos recursos financeiros via arrecadação o Estado carece de Políticas Públicas voltadas para a ampliação do acesso ao conhecimento, principalmente via escolarização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ocupação econômica na Amazônia; Zona Franca de Manaus; Desenvolvimento; Educação.

## ABSTRACT

The history of economic occupation of the Amazon and the State of Amazonas, in particular, is marked by great moments or cycles of development. The first one is the beginning of rational economic exploitation of the colony, started by Sebastiao Jose de Carvalho e Melo better known as Marquis of Pombal. The second is the extraction of latex from rubber trees, when the rubber produced from the latex of rubber trees was the great bulwark in the generation of wealth in the region. The third period is related to the historic moment of deploying "Great Projects" **desenvolvimentistas** for the region commanded by the federal government and up to the present day. This period, which also was known as the "Recent Occupation." It is this period the Bill of Manaus Free Zone (ZFM), emerged in the midst of the so-called "Operation Amazon." The Project ZFM has provided economic benefits to the region, particularly for Amazonas State and especially for Manaus city, because with the advent of the Manaus Free Zone, the state significantly increased its revenue. This study investigates the actions of state government to develop public policies to optimize these resources primarily on the generation of knowledge from the investment in education, particularly in high school and Vocational Education. Only a serious investment in education, not the perspective of economic theory of Human Capital, or the optics of Neoliberalism, but in view of the unitary school and polytechnic, you can leverage the development for the Amazon region in general and the Amazon in particular. Because despite the enormous financial resources by raising the state lacks public policies geared to the expansion of access to knowledge, especially through education.

**KEY-WORDS:** Occupancy cost in the Amazon, the Manaus Free Trade Zone; Development; Education.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>Justificativa</b> .....	12
<b>Objetivo Geral</b> .....	15
<b>Objetivos Específicos</b> .....	15
<b>Delimitação do Problema</b> .....	15
<b>Questões Norteadoras</b> .....	17
<b>Procedimentos Metodológicos</b> .....	17
<b>Estruturação do Estudo</b> .....	23
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>1 – ZONA FRANCA DE MANAUS: SUA GÊNESE, SUA HISTÓRIA</b> .....	25
<b>1.1 – Um Olhar Sobre a História da Ocupação Econômica da Amazônia</b> .....	25
1.1.1 – Uma Breve Introdução.....	26
1.1.2 – O Período dos Grandes Projetos ou da Ocupação Recente.....	28
1.1.3 – A Criação do Modelo Zona Franca de Manaus.....	52
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>2 – ZONA FRANCA DE MANAUS E EDUCAÇÃO: ALTERNATIVA PARA UM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTADO (?)</b> .....	72
2.1 – Amazonas: Um Estado Arrecadador.....	73
2.2 – Um Breve Histórico do Ensino Médio e da Educação Profissional no Brasil.....	83
2.3 – Políticas Públicas de Universalização do Ensino Médio e da Educação Profissional para Atender o Modelo ZFM.....	102
2.3.1 – Na Década de 1970.....	103
2.3.2 – Na Década de 1980.....	116
2.3.3 – Na Década de 1990.....	125
2.3.4 – Na Década de 2000.....	139
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	152
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	168

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho “A Aventura Econômica na Amazônia: Um estudo dos Projetos de desenvolvimento econômico e social para o Estado do Amazonas nos últimos 30 anos” tem seu foco de investigação voltado para o campo da educação a partir da análise do modelo Zona Franca de Manaus.

O trabalho objetiva descrever uma das muitas ações do Governo Federal implementadas na Amazônia a partir do Golpe militar de 1964, que instalou no país uma ditadura de mais de vinte anos.

A Amazônia, nesse período, tornou-se estrategicamente prioridade para o Governo Federal, pois se apresentava como a mais nova fronteira para o capital monopolista nacional e estrangeiro. Era preciso ocupar e “aproveitar” economicamente a região. Dentre os muitos projetos implantados pelos governos militares na Amazônia, visando à realização de tais objetivos, destaca-se o Projeto Zona Franca de Manaus (ZFM). O Projeto, embasado no modelo de desenvolvimento Industrial, tinha como objetivo inicial proporcionar o desenvolvimento para toda a Amazônia Ocidental, mas que ficou restrito apenas ao Estado do Amazonas e, principalmente a sua capital, Manaus.

Apesar das contradições típicas do capitalismo, o modelo ZFM tirou o Estado do Amazonas da letargia econômica em que se encontrava desde o fim do ciclo da borracha. Hoje, o Estado do Amazonas figura entre os primeiros da União em relação à arrecadação.

Todavia, no que respeita à qualidade de vida da população, principalmente no que se refere à educação, continua, como alhures, a ocupar os últimos lugares.

Como será demonstrado no desenvolvimento deste trabalho, tanto o Estado do Amazonas quanto a sua capital, Manaus tornaram-se grandes arrecadadores. Sem embargo, são ainda muito tímidas as ações dos governos estaduais e municipais, no sentido de elevar a qualidade da educação para todos, sobretudo para os filhos da classe trabalhadora. Hoje, bem ou mal, no que se refere à universalização da educação básica, já atingimos índices significativos, o que falta agora é melhorar a qualidade dessa educação.

O trabalho também pretende identificar que políticas públicas são desenvolvidas pelos governos estaduais e municipais, no sentido de incrementar a Pesquisa e o Desenvolvimento Tecnológico, para desta maneira, não só alavancar o desenvolvimento social e econômico, mas também criar as condições necessárias para que a região venha realmente conquistar sua independência, pois apesar do modelo ZFM ter trazido crescimento econômico e um relativo desenvolvimento social, a região se encontra refém de um modelo único fundamentado na industrialização. Somente investimento maciço em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico é capaz de dar a Amazônia e ao Estado do Amazonas, a sua tão sonhada autonomia.

## **Justificativa**

O interesse pelo tema proposto se justifica pela importância que o Modelo Zona Franca de Manaus representa não só para o Estado do Amazonas, mas também para toda a região Amazônica e para o Brasil.

Essa temática possibilita um aprofundamento da problemática amazônica. Conhecer seus problemas e perspectivas é muito desafiador. Principalmente nos dias atuais quando todo o mundo volta seus olhares para essa região do planeta. Região que abriga a maior floresta tropical do país e

[...] corresponde a 1/20 da superfície terrestre e a dois quinto da América do sul; contém um quinto da disponibilidade mundial de água doce (17%) e um terço das florestas mundiais latifoliadas, mas somente 3,5 milésimos da população planetária (BECKER, 2006, p. 33).

É importante conhecer e discutir as políticas públicas para o aproveitamento da riqueza dessa biodiversidade e para o melhoramento da qualidade de vida das populações locais.

A população da Amazônia em geral e do Estado do Amazonas em particular, apesar do grande volume de recursos financeiros arrecadados a partir da implantação da Zona Franca de Manaus, convive com mazelas dos séculos XVII e XVIII além daquelas advindas com a modernidade. Conhecer como e porque isso acontece desafia a todos os que aqui vivem e vislumbram um desenvolvimento que além de respeitar a biodiversidade seja estendido não a uma pequena minoria, mas a população amazônica.

É importante esse conhecimento, porque nos possibilita ver que só uma efetiva política de Estado – não de governos – tem as condições necessárias para levar o desenvolvimento sócio-econômico a toda a população do Estado, sem distinção entre capital e interior. Políticas voltadas para o fomento à educação, à produção de conhecimentos e desenvolvimento tecnológico. O que se tem notado são a centralização de investimentos na capital em detrimento do interior e um aumento considerável na concentração da renda. As populações mais pobres têm ficado cada vez mais à margem e excluídas dos benefícios das riquezas geradas a partir da Zona Franca e da exuberante natureza, desde os primórdios da ocupação dessa parte do Brasil até os dias atuais.

A escolha por essa temática dentro da segunda linha de pesquisa – “Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional” – deu-se devido à importância e relevância que o mesmo representa não só para o Estado do Amazonas, mas também para toda a Amazônia Ocidental.

Faz-se urgente discutir o Modelo ZFM a partir de uma visão educacional, isto é, na perspectiva da sua contribuição para o desenvolvimento e formação das forças produtivas locais.

Acredita-se, também, que o desenvolvimento dessa pesquisa poderá trazer pistas que apontem para novas possibilidades de leituras do Projeto Zona Franca de Manaus, como, por exemplo, potencializar os recursos financeiros advindos da geração de impostos para equalizar o desequilíbrio capital/interior e, a partir do modelo Zona Franca de Manaus, criar outras possibilidades de desenvolvimento da região e do Amazonas já que sua existência tem data marcada para acabar.

Justifica-se, ainda, a escolha pelo tema, porque trará benefícios não só para a historiografia, mas também para todas as áreas das Ciências Humanas. Ainda pelo incômodo em saber que uma região tão rica como a Amazônia está refém de um único modelo de desenvolvimento e acima de tudo vulnerável, pois todo ele está montado em bases do capital estrangeiro.

Desenvolver a Amazônia como um todo e o Estado do Amazonas em particular, é algo que se faz premente. Todavia, isso só se fará com base no conhecimento. Daí a necessidade de políticas públicas para o desenvolvimento técnico-científico e educacional. Entretanto, tais políticas devem estar sintonizadas com os conhecimentos das comunidades tradicionais locais. E mais, devem reconhecer e valorizar tais conhecimentos.

O desenvolvimento educacional e técnico-científico dos povos amazônicos poderá resgatá-los econômica e socialmente. A história tem dado provas que só o investimento em conhecimento como prioridade, foi capaz de tirar muitos países do atraso socioeconômico em que viviam.

Por conseguinte, só com investimento em educação e desenvolvimento técnico-científico, os povos que aqui vivem, eles mesmos poderão atuar como agentes e sujeitos de

seu próprio destino. Como se observa somente o domínio do conhecimento técnico-científico possibilitará o desenvolvimento econômico/social, quando o conhecimento não for mais privilegio de uma minoria, de uma elite, mas de toda a sociedade, pois só haverá verdadeiramente desenvolvimento econômico, quando este vier aliado de desenvolvimento social.

## **Objetivo Geral**

- Conhecer o alcance do desenvolvimento econômico e social do Projeto Zona Franca de Manaus e sua influência na política educacional do Estado.

## **Objetivos Específicos**

- Identificar os dados estatísticos sobre a captação de recursos econômicos gerados pela Zona Franca de Manaus pelo Estado e sua aplicação na educação local;
- Analisar as políticas públicas implementadas na área de educação no atendimento às demandas do PIM, estudando sua viabilidade e eficácia.

## **Delimitação do Problema**

A educação é fator fundamental no processo de desenvolvimento de qualquer nação. Portanto, toda nação que se quer desenvolvida deve necessariamente implementar políticas de universalização da educação. E mais, deve investir em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico. É preciso que o sujeito tenha acesso ao mínimo de conhecimento para que possa participar quantitativa e qualitativamente da vida social exercendo, assim, sua cidadania. A educação possibilita ao sujeito participar ativamente na vida produtiva, e assim, pelo trabalho,

colaborar na construção da sociedade na qual está inserido. Já que é no e pelo trabalho que o homem se realiza enquanto tal e a educação o qualifica para esse fim.

A educação é fator “*sine qua non*” para o exercício da cidadania. Sem a educação, isto é, sem o domínio do conhecimento, o sujeito não está completo e a cidadania não será plena, até porque não existe cidadania pela metade, ou ela é plena ou então não é cidadania.

Existe uma estreita relação entre educação e processo produtivo. Ambos estão intimamente imbricados. Sem um efetivo investimento em educação, em pesquisa, ciência e tecnologia, dificilmente haverá desenvolvimento das forças produtivas. Falar de desenvolvimento sem investimento em educação é falácia. Na realidade, quando isso acontece, o que existe é apenas crescimento econômico. Tal crescimento só favorece a concentração de riquezas nas mãos de um pequeno grupo, dos donos dos meios de produção. Desenvolvimento é muito mais que apenas crescimento econômico, supõe necessariamente, melhoria na qualidade de vida da população em foco.

O Estado tem um papel fundamental no sentido de incentivar o desenvolvimento social e econômico. Daí fazer-se mister que o poder público, no bojo dos projetos ditos de desenvolvimento regional, apresente propostas claras que implementem políticas públicas de incremento ao acesso do sujeito ao conhecimento socialmente produzido.

A região Amazônica a partir de meados da década de 1960, com a ascensão dos militares ao poder e implantação da ditadura, recebeu grandes projetos que visavam desenvolver e integrar a região ao resto do país. Tais projetos buscavam minimizar o grande desequilíbrio existente entre as várias regiões do Brasil. No caso da Amazônia, havia ainda mais um agravante, a região por ser pouco habitada, na visão dos militares, se constituía em espaço vulnerável às invasões estrangeiras devido à enorme área de fronteira. Daí a importância de se encontrar mecanismos que ao mesmo tempo em que estimulasse o desenvolvimento, incrementasse a migração para promover o povoamento da região

Dentre os muitos projetos implantados na Amazônia pelo governo da ditadura, priorizou-se para estudo e discussão o Projeto Zona Franca de Manaus, um dos projetos que melhor representa as muitas investidas do Governo Federal na Amazônia.

## **Questões Norteadoras**

O desenvolvimento desse trabalho tem como intenção responder algumas questões que geram inquietações, tais como:

- Qual o alcance do Projeto Zona Franca de Manaus para o desenvolvimento econômico e social, sobretudo para a Educação no Amazonas?
- Que investimentos foram feitos nas áreas de educação, a partir da vigência da ZFM?
- Quais as políticas educacionais de Estado implementadas com o intuito de atender às demandas do Projeto ZFM?

## **Procedimentos Metodológicos**

Estudar os programas e projetos de desenvolvimento econômico do Estado do Amazonas requer uma análise histórica do processo de ocupação do seu espaço territorial. Nessa análise deve-se considerar que a ocupação do espaço amazônico, tanto no passado quanto no presente, tem como base o modo de produção capitalista. É sabido que esse paradigma de desenvolvimento se fundamenta na exploração da força de trabalho humana e dos recursos naturais.

Nesse sistema as relações sociais de produção far-se-ão com base na contradição, pois o capitalismo, segundo Marx (1985) se sustenta na exploração do trabalho pelo capital e gera grandes desigualdades sociais e econômicas.

No desenvolvimento desse trabalho de pesquisa, utilizar-se-á o Materialismo Histórico Dialético como ferramenta de trabalho, isto é, como metodologia de análise da realidade. Por que utilizar essa metodologia e não outra? Porque esta metodologia responde melhor aos propósitos da pesquisa. Haja vista que nada acontece por acaso nem na natureza nem na sociedade.

A sociedade deve sempre ser analisada a partir de uma visão da totalidade, “o que significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto” (LOWY, 2003, p. 16).

Os fatos e acontecimentos estão sempre imbricados uns nos outros já que tudo se relaciona; tudo é movimento, Galliano (1981). O método dialético possibilita a visão de que as sociedades são obra humana, e por isso mesmo, podem ser transformadas pela ação dos homens, Lowy (2003).

O pesquisador que se utiliza da dialética como ferramenta de análise dos fatos sociais deve considerar que as coisas não estão nem na natureza nem na sociedade justapostas, sem nenhum sentido, como um amontoado, sem conexão. Pelo contrário os acontecimentos estão interligados, são interdependentes. Daí só podermos entendê-los se os olharmos na perspectiva de sua “ligação indissolúvel com os fenômenos que o cercam, quando considerado tal como ele é condicionado pelos fenômenos que o cercam” (GALLIANO, 1981, p. 94).

Para a dialética marxista nada está parado, tudo está em movimento; tudo se encontra em “um estado de movimento e mudanças perpétuas, de renovação, de desenvolvimento incessante, onde qualquer coisa nasce e se desenvolve, qualquer coisa se desagrega e desaparece [...]” (GALLIANO, 1981, p. 94). Como se expressa o diabo de Goethe a Fausto: “Eu sou o espírito que sempre nega, e isso com razão porque tudo que existe merece acabar”

(LOWY, 2003, p. 14). A dialética é a negação do absoluto. Idéia que se fundamenta na “categoria do movimento perpétuo, da transformação permanente de todas as coisas” (LOWY, 2003, p.14). “A realidade é processo, é movimento. O movimento se manifesta na natureza e na sociedade” (GALLIANO, 1981, p. 94). O movimento na visão da dialética marxista, não é “apenas mudanças de lugar, mas transformação da natureza e das propriedades das coisas” (idem).

Se tudo está em contínuo movimento, segundo a dialética marxista, não pode haver lugar para “regimes sociais “imutáveis”, “princípios eternos”, que assegurem o direito à propriedade privada ou que obriguem a existência de pobres e ricos, de empregados e patrões” (GALLIANO, 1981, p. 95). Essa maneira de ver o mundo abre lugar para que os homens busquem essa transformação, pois nada é eterno tudo se transforma.

Na perspectiva da dialética marxista não basta mudar pura e simplesmente, é preciso mais. É preciso um salto de qualidade na mudança o que significa dizer transformar, ou seja, fazer a mudança de uma qualidade para outra qualidade. É preciso fazer uma mudança qualitativa no processo (GALLIANO, 1981, p. 96).

A dialética marxista está fundamentada, ainda, na categoria da “contradição”, isto é, na “luta dos contrários”. Segundo Michael Lowy, “uma análise dialética é sempre uma análise das contradições internas da realidade” (2003, p. 16). Tudo, os objetos e os fatos, carregam sua contradição em si mesmo. A luta dos contrários está presente em tudo, pois tudo tem seu lado negativo e positivo. No dizer de Galliano,

A luta desses contrários, a luta entre o velho e novo, entre o que morre e o que nasce entre o que perece e o que evolui, é o conteúdo interno do processo de desenvolvimento, da conversão das mudanças quantitativas em mudanças qualitativas. A luta dos contrários é, pois, o motor de toda a mudança (1981, p. 96).

“A luta dos contrários ou contradição é universal” (idem, ibidem). Como se pode notar a contradição está presente em toda realidade, portanto está presente também no sujeito, isto é, no próprio homem que é parte integrante do mundo, Galliano (1981).

“Segundo a dialética marxista, todo processo natural ou social se explica pela contradição. A contradição subsiste enquanto dura o processo. Ela existe, ainda que não seja manifesta” (GALLIANO, 1981, p. 97).

Assim como no mundo natural, a contradição se constitui também na realidade social. A contradição está presente desde o princípio, quando da formação da sociedade humana. “[...] a sociedade humana é produto de uma luta entre a natureza e os nossos remotos ancestrais. O conteúdo concreto dessa luta foi e continua sendo o trabalho [...] Foi o trabalho que realizou a passagem qualitativa do animal para o homem” (GALLIANO, 1981, p. 96).

Quando Marx revelou o trabalho como fator principal na luta dos contrários, na formação da sociedade humana, “fez uma descoberta de longo alcance: fundou a ciência das sociedades, cuja teoria geral é o materialismo histórico” (idem, ibidem).

Tal descoberta possibilitou que se explicasse o desenvolvimento das sociedades humanas a partir da luta de classes. O desenvolvimento das sociedades se explica pela maneira como os homens se organizam para produzir aquilo de que necessitam para sua sobrevivência, isto é, o modo de produção.

É o movimento contínuo que possibilita a mudança, não somente a mudança mecânica das coisas, isto é, a saída de um lugar a outro, mas a transformação, ou seja, a mudança de um ser para outro ser.

A dialética marxista vai além do entendimento da realidade, propõe sua transformação. Marx ao comentar a 11ª Tese sobre Feuerbach, assim se expressa: “os filósofos se limitam a interpretar o mundo de diferentes maneiras; mas o que importa é transformá-lo” (MARX & ENGELS, s/d, p. 120).

Logo, o marxismo não é uma teoria científica como as outras, não visa simplesmente descrever ou explicar, mas transformar a realidade, visa uma transformação revolucionária. Trata-se, portanto, de compreender a realidade para transformá-la revolucionariamente [...] (LOWY, 2003, p. 19).

Mesmo reconhecendo a importância das outras metodologias optamos pelo Materialismo Histórico Dialético, visto que “a dialética considera as coisas e os conceitos no seu encadeamento; suas relações mútuas, sua ação recíproca e as decorrentes modificações mútuas, seu nascimento, seu desenvolvimento, sua decadência” (ENGELS, apud GALLIANO, 1981, p. 92).

Como nos diz Triviños (1987, p. 13) “as aquisições do ser humano pertencem à humanidade. O homem pode recorrer a elas não importando seu lugar intelectual no cosmos”. Porém, em se tratando do pesquisador, este:

Por coerência, por disciplina, deve ligar a apropriação de qualquer idéia à sua concepção de mundo, em primeiro lugar, e, em seguida, inserir essa noção no quadro teórico específico que lhe serve de apoio para o estudo dos fenômenos sociais (TRIVIÑOS, 1985, p. 13).

Entende-se a dialética, isto é, o Materialismo Histórico na visão de Marx e Engels, como uma metodologia que é mais que uma simples metodologia. Ela é capaz de fazer a ciência se transformar em mecanismo de libertação dos oprimidos; daqueles que estão à margem do processo. Tanto da produção dos bens materiais como dos bens intelectuais.

A escolha dessa concepção metodológica para análise de estudo é porque ela possibilitará não só o levantamento dos fatos e dados, que são de suma importância, mas também porque fornecerá ferramentas suficientes para compreendê-los no conjunto da sociedade onde o homem está inserido. Também, porque, como afirma Silva,

A dialética materialista histórica é um método e uma práxis, ou seja, teoria e ação, onde a reflexão teórica sobre a realidade não é uma reflexão diletante, mas uma reflexão em função da ação para transformar. Representa, pois, um momento de superação e de transformação de estruturas [...] (1996, p. 41)

A dialética mostra “as coisas e suas imagens conceituais em suas conexões, em seu encadeamento, em dinâmica, em seu processo de gênese e envelhecimento” (POLITZER, apud GADOTTI, 2000, p. 22).

A sociedade não é, senão, o espelho do modo de produção que esta escolheu para produzir aquilo que necessita para a sua sobrevivência. Daí a importância do pesquisador escolher um método de análise que não só analise os fatos, mas que também identifique suas causas e proponha alternativas de mudanças. Isso justifica essa escolha. No dizer Gadotti, “a dialética, em Marx não é apenas um método para se chegar a verdade, é uma concepção do homem, da sociedade e da relação homem-natureza” (GADOTTI, 2000, p. 19). Nessa mesma direção Frigotto afirma:

Na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A questão da postura, neste sentido, antecede ao método. Este constitui-se numa espécie de mediação no processo de mediação de aprender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais (FRIGOTTO apud SILVA, 1996, p. 42).

A escolha por essa metodologia fundamenta-se no que foi exposto acima. A finalidade dessa pesquisa não apenas verificar e avaliar fatos. A intenção é produzir um conhecimento que venha contribuir com a transformação e a mudança do *status quo*, visto que todo conhecimento só é válido quando proporciona o melhoramento do homem/mulher que o adquiriu e, por conseguinte, da realidade que o rodeia. Portanto, um conhecimento sobre a realidade da Amazônia em geral e do Amazonas em particular deve, necessariamente, garantir o melhoramento da qualidade de vida das populações do Estado, principalmente das populações interioranas.

A pesquisa a que se propõe esse trabalho deverá seguir o tipo de análise documental e bibliográfico. Far-se-á um estudo das Leis e Decretos estaduais e federais sobre o modelo Zona Franca de Manaus (ZFM), assim como uma revisão da literatura concernente ao tema. A

partir daí se fará uma abordagem comparativa, analisando os dados oficiais referentes ao crescimento econômico do modelo com o seu real e efetivo desenvolvimento social, científico e cultural no período. Isto é, buscará saber que políticas públicas o Estado desenvolveu a partir dos recursos financeiros gerados pelo Modelo Zona Franca de Manaus no sentido de universalização da educação básica e do incremento do conhecimento técnico-científico no Estado do Amazonas.

### **Estruturação do Estudo**

O presente trabalho está estruturado da seguinte maneira: uma introdução, que constará da justificativa, da delimitação do problema, das questões norteadoras, dos objetivos – gerais e específicos – e do procedimento metodológico. Na seqüência, desenvolvem-se os dois capítulos que compõem o cerne desta Dissertação.

O primeiro capítulo, “Zona Franca de Manaus: sua gênese, sua história”, proporcionará um olhar sobre a história antiga e recente da Amazônia. Numa análise histórica, se apresenta os vários momentos da ocupação econômica do espaço amazônico, porém dar-se-á maior destaque ao período que ficou conhecido como “Período dos Grandes Projetos” ou da “Ocupação Recente”, no qual os governos do Golpe Militar de 1964 criaram e implementaram estratégias político-econômicas para a expansão do capital monopolista nacional e estrangeiro na fronteira amazônica. No estudo bibliográfico feito neste capítulo pode-se identificar que a gênese do Projeto Zona Franca de Manaus se encontra no bojo dessas estratégias de ocupação, desenvolvimento e integração da Amazônia ao cenário nacional e internacional.

Dentre os inúmeros projetos pensados para a Amazônia nesse período, optou-se por estudar e analisar o Modelo Zona Franca de Manaus, por estar mais diretamente ligado ao Estado do Amazonas.

No segundo e último capítulo “Zona Franca de Manaus e Educação: Uma alternativa para o desenvolvimento regional sustentado (?)”, num primeiro momento, apresenta-se uma breve história do Ensino Médio e da Educação Profissional a nível nacional e estadual. Depois, procura-se identificar a evolução da arrecadação da receita a partir do advento da Zona Franca de Manaus, para o Estado do Amazonas.

A partir daí far-se-á um levantamento das ações dos governos estaduais desde a década de 1970 até os dias atuais. Por meio da análise das “mensagens oficiais de governo” busca-se identificar que políticas públicas foram implementadas no sentido de universalização da educação, principalmente do Ensino Médio e da Educação Profissional, de modo a atender o Modelo Zona Franca de Manaus - ZFM.

As considerações finais retomam as questões proposta para o estudo, isto é, recoloca o Projeto Zona Franca de Manaus no contexto dos Grandes Projetos desenvolvimentistas idealizados e implementados pelo Governo da Ditadura Militar na Amazônia.

Analisa o Projeto ZFM no contexto das mudanças que estavam sendo operadas internamente, mas também daquelas que vinham ocorrendo no modo de produção capitalista em nível mundial depois da Segunda Grande Guerra.

Identificam que o Estado carece de políticas públicas na área da educação, sobretudo para o Ensino Médio e para a Educação Profissionalizante. Todavia, sem jamais ter a intenção de esgotar o assunto, mas sim, buscando suscitar novas investigações sobre o tema, para que num processo dialético, possam enriquecer o debate sobre tão rica temática.

## **CAPÍTULO 1**

### **1 – ZONA FRANCA DE MANAUS: SUA GÊNESE, SUA HISTÓRIA**

O processo de criação da Zona Franca de Manaus faz parte de uma estratégia do Governo Federal para a ocupação econômica da Amazônia. Esse movimento de ocupação do espaço amazônico, é claro, tem seu início no Governo de Getúlio Vargas e passa pelo Governo de Juscelino Kubitschek. No entanto, a intensificação desse processo se dá principalmente a partir da implantação da Ditadura Militar no pós Golpe militar de 31 de março de 1964. A ocupação da Amazônia pelo capital nacional e estrangeiro foi pensada e preparada bem antes da chegada dos militares ao poder.

A história da ocupação recente da Amazônia está intimamente ligada ao governo militar, que num falso discurso nacionalista de que era preciso “integrar para não entregar”, aliado ao capital mundial, dava início sorrateiramente à internacionalização da Amazônia brasileira.

#### **1.1 – Um Olhar Sobre a História da Ocupação Econômica da Amazônia**

É impossível analisar a história recente da ocupação econômica da Amazônia sem voltar um olhar sobre outros momentos também em que a Amazônia foi ocupada economicamente.

Mesmo que de maneira breve procura-se voltar o olhar para o primeiro momento em que os europeus, espanhóis e portugueses iniciaram o processo de ocupação para o aproveitamento econômico dessa parte do Brasil, ainda no período colonial.

Em seguida, mostra-se o segundo momento da ocupação, depois da independência, já no Brasil República. Período em que multidões de nordestinos buscavam na Amazônia o enriquecimento com a exploração da borracha.

### 1.1.1 – Uma Breve Introdução

A história da Amazônia em geral e a do Estado do Amazonas em particular, está marcada por projetos de desenvolvimento concebidos muito distantes da realidade regional e visando interesses alheios aos daqueles que aqui vivem. Olhando a história da ocupação da região, veremos que já no período colonial, Sebastião José de Carvalho e Melo mais conhecido por Marques de Pombal, idealiza e propõe o aproveitamento econômico da região amazônica em benefício de além mar, isto é, da Coroa portuguesa, de El Rei, Souza (1997).

Pombal, ao propor o aproveitamento agrícola da Amazônia brasileira, visava equilibrar as finanças da Coroa, já que as especiarias orientais davam sinal de decadência. A Amazônia desponta então como a grande solução para os problemas da Coroa portuguesa, Pontes Filho (2000).

As políticas pombalinas para a Amazônia nada mais são do que uma maneira de Portugal incorporar definitivamente os territórios amazônicos adquiridos através dos Tratados de Madrid (1750) e de Santo Idelfonso (1777).

Depois da independência, e já no período republicano, a Amazônia e o Estado do Amazonas, como parte da unidade federada, conhecem um novo surto de desenvolvimento econômico. A Amazônia em geral e o Estado do Amazonas em particular, viveram um

momento de fausto econômico, o que se denominou chamar de período da borracha ou da economia gomífera.

O surto da economia gomífera na Amazônia acontece concomitantemente com o período de expansão da industrialização dos países capitalistas desenvolvidos. A indústria européia e norte-americana em geral está fortemente solidificada e os países começam a buscar novos mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas para sustentação de uma industrialização em plena expansão. Segundo Márcio Souza (1977) a Revolução Industrial e tecnológica foi tão importante para a empresa da borracha, que se esse comércio tivesse sido iniciado um século antes estaria condenado ao fracasso.

A ocupação econômica da Amazônia no período da borracha, jamais poderá ser analisada fora do contexto das relações de produção capitalista, pois, embora distante,

A indústria da borracha, na Europa e nos Estados Unidos, comandava o volume e a intensidade da produção de borracha rústica na mata. A extração do látex da árvore gomífera – seja pela técnica da sangria, como na árvore de seringa, seja pela técnica da derrubada e sangria, como na árvore do caucho – era um trabalho desempenhado sob o controle do capital industrial estrangeiro. O capital comercial, em cujas malhas se prendia o trabalho do seringueiro, era somente a expressão mais imediata e visível do ciclo de reprodução do capital industrial centrado na indústria de artefatos de borracha e cada vez mais influenciado pela indústria automobilística (IANNI, 1981, p. 51).

E ainda, como diz Salazar (1992, apud MOURÃO, s/d, p.02):

O processo de ocupação da Amazônia reflete a tendência globalizante do capital, visto que historicamente este se constitui e se efetiva como um modo de produção global. Assim, a descoberta, a posse e colonização do Amazonas vinculam-se com a ruptura do sistema feudal na Europa, com o advento do Estado absolutista, com o mercantilismo e com a acumulação do capital.

Não cabe aqui detalhar esses dois momentos da história da ocupação econômica da Amazônia, pois muitos estudiosos já dedicaram inúmeras horas de estudos sobre eles e existe

de uma vastíssima bibliografia a esse respeito. Para maior aprofundamento sobre o tema pode ser consultado os seguintes autores<sup>1</sup>, entre outros.

### 1.1.2 – O Período dos Grandes Projetos ou da Ocupação Recente

Esse período da ocupação econômica da Amazônia conhecido como da “ocupação recente” corresponde ao período em que o Governo Federal, por uma questão estratégica, passa a investir maciçamente na ocupação da região. Para tanto desenvolve “Grandes Projetos” desenvolvimentistas no intuito de ocupar e aproveitar economicamente as riquezas da Amazônia, o que ocorre nos meados dos anos 1960 e início dos anos 1980.

O Brasil vivia politicamente um estado de exceção. Os militares, apoiados pelas forças conservadoras ligadas às oligarquias agrárias e industriais e ao capital internacional, derrubaram o governo democrático de João Goulart e implantaram um Estado ditatorial que perdurou até meados da década de 1980.

O processo de ocupação recente não se deu unicamente durante o período da ditadura. Ele tem seus antecedentes no governo de Getúlio Vargas, quando cria pela Lei no.1.806 de 06 de janeiro de 1953 a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) com a finalidade de regulamentar o artigo 199 da Constituição Federal de 1946 que destinava 3% da renda tributária anual da União, estados e municípios amazônicos para ser aplicado no Plano de Valorização Econômica da Amazônia nos vinte anos posteriores, Pontes

---

<sup>1</sup> FERRARINI, Sebastião Antonio. **Transertanismo: Sofrimento e Miséria do Nordeste na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979; FREIRE, Ribamar Bessa. **A Amazônia colonial (1616 – 1798)**. 4ª Ed. Rev. Ampliada. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1991; LOUREIRO, Antonio José Souto. **Amazonas na Época Imperial**. Ed. Comemorativa 45º aniversário de T Loureiro Ltda. São Paulo: 1989; REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982; SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense – Do Colonialismo ao Neo-colonialismo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977; SILVA, Marilene Corrêa. **A construção da Amazônia lusitana**. In: Amazônia em Cadernos, Vol. 01, nº. 01 dez/1992; WAGLEY, Charles. **Uma Comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. Trad. Clotilde da Silva Costa. 3ª ed. Belo Horizonte: Editora Universidade de São Paulo, 1988; WEINSTEIN, Bárbara. Uma história alternativa da borracha. In: **Nossa História**. Ano 02, Editora Vera Cruz, Agosto/2005.

Filho (2000). Essa mesma Lei, no seu art. 2º fixa os limites da área de atuação governamental na região.

A Amazônia Brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta Lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá Guaporé e Rio Branco, e ainda Mato Grosso, ao Norte do paralelo 16º, a do Estado de Goiás, ao norte do paralelo 13º e a do Estado do Maranhão, a Oeste do meridiano de 44º.

Institui-se assim a Amazônia Legal – com base em critérios políticos, econômicos, e geográficos que demandaram longos estudos e debates -, abrangendo uma área de 5.057.490 km<sup>2</sup>, que corresponde a 59,387% do território brasileiro e extrapola os limites da Amazônia Clássica, restrito ao maciço florestal e à rede hidrográfica característicos da região. (GARCIA, s/d, p. 33).

Passa pelo governo de Juscelino Kubitschek quando este decide transferir a sede do Governo Federal do Rio de Janeiro para o planalto central e da construção da rodovia Belém-Brasília. Todavia, esse processo de ocupação da Amazônia intensifica-se durante os governos da ditadura militar iniciada a partir do golpe de 31 de março de 1964.

A ocupação recente da Amazônia brasileira deu-se *pari passu* com a instauração da Ditadura militar instalada no país a partir de março de 1964. Entretanto, a intensificação migratória para a região deu-se, sobretudo, a partir das décadas de 1970 e 1980.

O período de maior imigração para a Amazônia aconteceu entre as décadas de 1970 e 1980. Período que se convencionou chamar de “ocupação recente” teve sua preparação bem lá atrás na história.

A ideologia da colonização é cunhada no “slogan” do “Rumo para o Oeste” e desenvolvida, na literatura, em livros como “A Marcha para o Oeste”, de Cassiano Ricardo (1940), e em revistas como “Novas Diretrizes”, dirigida por Azevedo Amaral (HÉBETE e ACEVEDO, 1979, p. 161).

A construção da Capital Federal no centro do Brasil também confirma esse propósito. Daí se irradiaria inúmeras rodovias – como a Belém-Brasília, por exemplo – abrindo caminho rumo à Amazônia preparando assim, a conquista da região. No dizer de Hébetete e Acevedo:

A colonização tinha, neste contexto, um papel puramente subordinado, mas não desprezível, de legitimação: encobrir com propósitos sociais de fixação à terra de pequenos agricultores os objetivos de penetração do capitalismo na Amazônia (1979, p. 164).

A ocupação da Amazônia pelo capital nacional e estrangeiro, como pode ser vista, foi pensada e preparada bem antes da década de 1970. Como se há de verificar essa década constituiu-se no auge da penetração capitalista na Amazônia, agora, sob a égide do Estado autoritário, sob os auspícios do governo da ditadura militar do Golpe de 1964.

Oportuno se torna dizer que além do aproveitamento econômico, os governos militares buscavam também povoar a região por uma questão de segurança nacional. Corria a notícia que havia núcleo de guerrilha na região, formado por brasileiros que organizavam a resistência ao Golpe de 1964, principalmente no Sul do Pará, Ianni (1979). Segundo Mocellin (1989) os guerrilheiros ligados ao PC do B (Partido comunista do Brasil), uma dissidência (1962) do PCB (Partido Comunista Brasileiro), chegaram e começaram a se organizar na região do rio Araguaia entre os anos 1966 e 1967. Ainda segundo o mesmo autor “o primeiro guerrilheiro a chegar à região foi Osvaldo Orlando da Costa (Mineirão ou Osvaldão), um negro forte e simpático [...]”. Depois muitos outros foram chegando e se estabelecendo na região, onde fundaram uma fazenda, e, para surpresa daquela gente simples e pobre, criaram uma escola (idem).

A força guerrilheira de resistência ao golpe militar de 1964 estava assim organizada na região: “Os guerrilheiros formaram três destacamentos, cada um com um pouco mais de vinte pessoas, as quais atuavam desde São Domingos das Latas até o rio Caiano, uma área de mais ou menos 6.500 Km<sup>2</sup>” (MOCELLIN, 1989, p. 47).

Por outro lado, também, se temia a invasão estrangeira na região, já que a Amazônia brasileira possui 11.728 km de fronteira o que representa 74,6% dos 15.719 km de fronteiras

terrestres brasileiras<sup>2</sup>. A Amazônia brasileira faz fronteira com seis dos treze países que compõem a América do Sul<sup>3</sup>. Na verdade a “ameaça” dos guerrilheiros na Amazônia serviu apenas para justificar a investida do Estado militar na região, pois como afirma Octávio Ianni, o que o Estado pretendia mesmo era “[...] adotar medidas destinadas a criar condições reais de defesa da região e, ao mesmo tempo, é claro, propiciar as condições para o desenvolvimento do capital na Amazônia” (1979, p. 35).

O governo militar de Castelo Branco extingue a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) pelo Decreto-Lei no. 5.173 de 27 de outubro de 1966 e cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A partir da criação da SUDAM, passa a agir efetivamente no espaço brasileiro que se convencionou chamar de Amazônia Legal.<sup>4</sup>, com dimensão territorial com mais de cinco milhões de km<sup>2</sup>, para ser mais preciso 5.050.490 quilômetros quadrados, área correspondente a 59,387% do total do território brasileiro.

Com a criação da SUDAM, do Banco da Amazônia S/A (BASA) e de outros órgãos os governos da ditadura criam condições para que o capital nacional e estrangeiro se desenvolva e se reproduza na Amazônia.

Neste sentido,

[...] a SUDAM e o BASA, criados em 1966, marcam o início de uma nova fase de desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia. Isto porque, a partir desse ano, a região amazônica foi incluída, de uma forma cada vez mais explícita e profunda no contexto do “modelo econômico” adotado pela ditadura instalada no País desde 1964 (IANNI, 1986, p. 66).

---

<sup>2</sup> Cf. Suframa/Coordenação Geral de estudos Econômicos e Empresariais – CEE, INFORZFM. DOC. Em 26/02/1996.

<sup>3</sup> A Amazônia faz fronteira com a Guiana Francesa, o Suriname, a Guiana, a Venezuela, a Colômbia, o Peru e com a Bolívia.

<sup>4</sup> A Amazônia Legal é uma área que abrange o paralelo 16° S do estado de Mato Grosso e do paralelo 13° S do estado de Goiás, além da área oeste do paralelo 44° W do estado do Maranhão. (Cf. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. In Amazônia: Monopólio, expropriação e conflito. Campinas, São Paulo: Campinas, 1990, p. 11) e GARCIA, Etelvina. Modelo de desenvolvimento Zona Franca de Manaus – História, Conquistas e Desafios, s/d, p. 33.

A partir da SUDAM, os governos militares passaram a incentivar inúmeros projetos agropecuários, agrominerais, agroindustriais e agroflorestais na Amazônia. Ação que contribuiu de maneira preponderante para o desmatamento florestal na região. Segundo dados do IBDF, “entre 1975 e 1978 a devastação florestal em termos globais atingiu um ritmo de crescimento de 168% e entre 1975 e 1980 atingiu 412%” (OLIVEIRA, 1990, p. 13).

A história da ocupação recente da Amazônia está intimamente ligada ao governo militar, que num falso discurso nacionalista de que era preciso “integrar para não entregar”, aliado ao capital mundial, dava início sorrateiramente à internacionalização da Amazônia brasileira.

O governo que se instala no Brasil depois do Golpe de 1964 representa a burguesia agrária e industrial. A expansão do capitalismo industrial forja um novo segmento de classe no Brasil, a burguesia urbano-industrial. Concomitante a isso surge o setor médio da sociedade ao mesmo tempo em que se cria e se fortalece a classe operária.

Politicamente a partir dos anos 1930 adota-se como estratégia de governo o populismo, dessa maneira ao mesmo tempo em que se permite a expansão da indústria nacional a partir do capitalismo internacional, mantêm-se a classe operária muito próxima do controle do Estado, Severino (1986). O populismo, todavia, amplia os direitos da classe operária. Tais avanços, aos olhos da burguesia nacional, passam a incomodar a burguesia nacional e internacional que os vê como uma ameaça aos interesses do capital.

O avanço das políticas de massas se amplia sobremaneira durante o governo João Goulart (Jango) com a implantação das reformas de base que davam ênfase à reforma agrária e à lei de remessa de lucros. Esse ato de Jango é a razão encontrada pelas forças conservadoras para tomada do poder, uma vez que, como afirma Mocellin “o golpe militar de 1964, desfechado contra o governo populista de João Goulart, contou com o apoio das Forças Armadas, de amplos setores da burguesia, dos latifundiários, dos conservadores da Igreja

Católica” (1989, p. 13). Corroborando com essa idéia podemos dizer com Severino que a derrubada do governo de João Goulart em 1964 se deu “pelo empresariado nacional associado ao capital internacional, que se utilizou dos militares e de outros segmentos médios da sociedade, insuflados pela pregação anticomunista” (1986, p. 89).

Convém ressaltar que “desde 1964, o capital monopolista capturou profundamente o Estado brasileiro” (IANNI, 1986, p. 35). No dizer de Severino,

A associação e a dependência da economia nacional em relação à economia do capitalismo internacional são assumidas claramente pelo novo regime, que redefine, assim, a função do Estado: o executivo (sic) torna-se forte e concentrador, desenvolve controle político-policial de toda a vida social, moderniza e centraliza a administração pública e faz cessar, quando necessário pela força policial, toda contestação política e social. Trata-se de um regime tecnoburocrático, extremamente autoritário. Seu lema é exatamente o desenvolvimento com segurança (1986, p. 90).

Percebe-se nessa assertiva de Severino que a Ditadura Militar passa a ser uma espécie de executora das políticas da burguesia nacional a serviço do capital imperialista monopolista internacional.

As forças conservadoras assumem o poder político para viabilizar a implantação do modelo econômico conhecido como de “economia aberta” ou também chamado de “economia dependente”, Ianni (1986). Durante esse período o Brasil recebeu uma forte investida do capital internacional, sobremaneira no espaço amazônico onde o Governo Federal desenvolve vários projetos de aproveitamento dos recursos naturais da região.

O aproveitamento florestal foi um dos primeiros recursos que teve sua exploração incentivada pelos militares na Amazônia. De acordo com Oliveira (1990), Clara Pandolfo, Diretora do Departamento de Recursos Florestais da SUDAM, propôs a criação de 12 áreas de exploração florestais chamadas de Florestas de Rendimento, totalizando uma superfície de 39 milhões de hectares, ou 390.000 quilômetros quadrados, que possibilitaria a exploração de madeira na Amazônia no volume de 178m<sup>3</sup> por hectare.

Ainda que o plano de Pandolfo fosse apenas uma proposição, a Amazônia há muito que vinha tendo sua floresta expropriada pelo capital nacional/internacional. Segundo Oliveira (1990) a produção de madeira na Amazônia Legal cresceu muito na última década dos anos 80, chegando a um crescimento de 37% no período.

Dentre os muitos projetos concebidos pelo governo militar pós 1964 para o “desenvolvimento” da Amazônia figura o Projeto Jarí. Projeto de propriedade do multimilionário norte-americano Daniel Keith Luduwig, empresário que depois de ter seu nome envolvido em escândalos de venda de terras para estrangeiros, passou o controle do grupo para o senhor Augusto Trajano de Azevedo Antunes, Oliveira (1990). O Projeto está localizado na foz do rio Amazonas, tendo parte de suas terras no município de Almerin no estado do Pará e parte no município de Mazagão, no estado do Amapá, com sede na Vila de Monte Dourado.

Segundo Oliveira (1990) existe desencontro quanto ao tamanho total da área do Projeto. A informação dada à SUDAM em 1969 pelos responsáveis, o Projeto ocupava uma área total de 3.654.421 hectares, ficando 579.013 hectares em Mazagão, no Amapá e 3.075.478 hectares em Almerin, no Pará. Ao INCRA (1977) foi apresentado 1.006.261,9 hectares. Todavia este desencontro é quase uma constante, pois, segundo Oliveira, “[...] esta é uma das formas utilizadas pelos latifundiários para fugir do controle do INCRA: manter a terra em nome de antigos proprietários” (1990, p. 23).

O que se sabe é que as terras cedidas ao Projeto Jarí, ao Senhor Ludwig pelos governos militares – 3.387.090 hectares o equivalente a 33. 870 km<sup>2</sup> – são o suficiente para abrigar

[...] os estados de Sergipe e Alagoas; maior que 08 estados norte-americanos (New Hampshire, Verinont, Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, New Jersey, Delaware, Maryland); maior que muitos países tais como: Albânia, Bélgica, El Salvador, Haiti, Israel etc.; e maior que a área ocupada por mais de 1,5 milhões de propriedades rurais no Brasil “(OLIVEIRA, 1990, p. 23).

Não se pode olvidar que toda essa área encobre inúmeras jazidas minerais. Essa é uma área rica em bauxita (alumínio), ferro, caulim, ouro, manganês, cassiterita e muitos outros minerais.

A chegada dos militares ao poder – e é claro, sua chegada ao poder teve o aval norte-americano – fez com que houvesse uma maior aproximação do Estado/Empresário com o capital internacional. Houve maior abertura até com modificações na lei para permitir a entrada das multinacionais na Amazônia, principalmente no campo da pesquisa e da exploração mineral. Política que ao invés de ajudar o Brasil e a Amazônia, só favoreceu ao capital internacional. No dizer sempre expressivo de Oliveira:

A expropriação dos recursos minerais é, sem sombra de dúvida, a grande meta do capital internacional na região Amazônica. Ele tem procurado se apoderar dele, de modo a garantir os chamados “suprimentos estratégicos para os estados Unidos e demais países capitalistas desenvolvidos” (1990, p. 35).

Os norte-americanos eram conhecedores do potencial mineral da região, pois os governos militares – mais precisamente o governo do Marechal Castelo Branco - haviam autorizado o levantamento aerofotogramétricos do país pela Força Aérea dos Estados Unidos (USAF) e posteriormente pelo Projeto RADAM<sup>5</sup>.

Na estratégia de ocupação recente da Amazônia brasileira, além dos projetos descritos acima, destaca-se o Programa de Pólos de Desenvolvimento Agrário e Agrominerais da Amazônia, POLAMAZÔNIA criado em setembro de 1974 que encerrava muitos outros projetos ditos de “desenvolvimento” dentre os quais se destaca o Projeto Grande Carajás que se subdivide em vários outros, Ianni (1979).

---

<sup>5</sup> Projeto do Governo Federal previsto inicialmente para cobrir uma pequena área da Amazônia, foi progressivamente sendo ampliado e hoje tem como compromisso o levantamento de todo o território nacional e transformou-se em RADAMBRASIL, após ter executado levantamento de 4.800.000 Km<sup>2</sup>. Além de levantamento com RADAR o Projeto utilizou outros sensores como: fotos multiespectrais, foto infravermelho colorido, vídeo-tape e perfis de RADARALTIMENTRO. (Cf. Brasil, Ministério do Interior, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, **AMAZÔNIA**, 1977).

Na propaganda oficial esses projetos tinham por objetivos promover e estimular o desenvolvimento social e econômico da região, proporcionar o acesso à terra ao colono sem terra, além de buscar a preservação dos recursos naturais, desde que esta fosse compatível com a exploração intensiva.

Na verdade, esses projetos representavam uma maneira velada do Estado brasileiro, a comando dos militares, de internacionalizar “os recursos naturais da Amazônia, sem necessariamente ter que aceitar a internacionalização geográfica da Amazônia” (OLIVEIRA, 1990, p. 59). Tais projetos não só não geraram o desenvolvimento que se propunham gerar, principalmente para as populações locais, mas também trouxeram grandes e graves prejuízos ao meio ambiente. Ademais contribuíram em muito para o aumento da dívida externa brasileira, Oliveira (1990), além de entregarem por um preço ínfimo as reservas naturais ao capital imperialista/monopolista internacional.

O Brasil, para viabilizar a exploração e comercialização desses recursos, ainda investia em infra-estrutura com o dinheiro que vinha dos empréstimos internacionais. Cumpre-nos assinalar que somente o Projeto Grande Carajás custou aos cofres da nação uma quantia de mais ou menos 62 milhões de dólares. Essa política criava para o país um ciclo vicioso. A dívida externa crescia e o país necessitava exportar ainda mais para pagar as dívidas, aí pedia mais dinheiro emprestado para financiar as exportações. Oliveira sintetiza assim essa questão:

Esses são os mecanismos de comércio exterior e de endividamento para poder aumentar a exportação para pagar a dívida. Essa é a lógica básica da etapa monopolista do capitalismo internacional, ou seja, o país, para pagar a dívida, deve exportar estes recursos naturais, e, para que possa explorar estes recursos para exportar, tem que fazer novas dívidas, que por sua vez servirão para pressionar os preços dos recursos naturais para baixo, garantindo assim para os países industrializados capitalistas o suprimento estratégico de matérias-primas para o futuro (1990, p. 59).

No conjunto dos Projetos de ocupação da Amazônia, além dos agroflorestais e agrominerais, havia também os projetos agropecuários e agroindustriais. Para viabilizar a

estratégia de ocupação da Amazônia, o governo militar transformou a SPVEA em SUDAM e por meio de políticas de incentivos fiscais atraiu os grandes grupos nacionais e internacionais para a região.

Como se pode notar foi no período de 1966/1978 que o governo Federal mais atuou no sentido de dinamizar a economia da região amazônica. Criou a SUDAM pelo Decreto-lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966, órgão que se constitui no principal agente do Estado na dinamização da economia da região amazônica,

[...] a SUDAM criou incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investimentos privados, nacionais e estrangeiros [...] em poucos anos a SUDAM, o BASA e o BB (sic) passaram a atuar de modo articulado no sentido de dinamizar e diversificar os empreendimentos econômicos, públicos e privados na região (IANNI, 1986, p. 61).

A ocupação recente da Amazônia se deu no início, através de políticas governamentais onde se podem identificar dois momentos distintos. O primeiro corresponde ao período que vai de 1971 a 1974. Nessa primeira etapa destaca-se a presença do Estado através de vários órgãos<sup>6</sup> que vão desenvolver a política oficial de colonização, mobilizando recursos financeiros, administrativos e técnicos para viabilização do projeto. A segunda etapa que se desenvolve a partir de 1974, caracteriza-se pela efetiva participação da iniciativa privada e

[...] pela queda no ritmo pelo qual vinham se desenvolvendo os trabalhos de demarcação de terra e de assentamento de colonos, e, principalmente, pelo fato de que a vinda das famílias para ocupar a faixa de colonização passa a ser espontâneo (MIRANDA, 1990, p. 39-40).

Ianni corrobora com essa linha de pensamento ao afirmar:

A partir de setembro de 1974, no entanto, com a criação do Programa de Pólos de Desenvolvimento Agrário e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), é a colonização oficial que passa a segundo plano, ao passo que a colonização particular ganha maior dinamismo (1979, p. 39).

---

<sup>6</sup> Principalmente pelo INCRA (Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária), criado no governo militar é o órgão responsável pela questão fundiária no país.

A política de incentivos fiscais e de financiamento através da SUDAM e do Banco da Amazônia trouxe para a Amazônia inúmeros grupos do grande capital nacional e internacional. Todavia, hoje, passado mais de quarenta anos dessa empreitada, o que se vê é um rastro de degradação humana e de destruição do meio ambiente. Índios e posseiros, homem e mulheres que habitavam e habitam a região, viram suas terras serem expropriadas e usurpadas. Muitos deles tombaram e derramaram o seu sangue na luta sagrada pelo direito à terra, Oliveira (1990). Ainda hoje continuam lutando pelo direito à posse de um pedaço de terra onde possam trabalhar e viver.

Do ponto de vista da reprodução, expansão e concentração do capital esse foi um dos períodos ímpar na história da República. Entretanto, olhando pelo lado dos danos causados ao meio ambiente e pela efetiva melhoria da qualidade de vida das populações locais, o investimento foi muito alto em comparação aos benefícios deixados.

Os valores dos incentivos fiscais, na moeda de maio de 1987 somaram uma quantia de 15 bilhões de cruzeiros. Oliveira nos dá uma idéia da dimensão desses projetos descrevendo as áreas ocupadas por alguns deles nos estados da região.

A área ocupada pelos projetos agropecuários e agroindustriais é de mais de 9 milhões de hectares, sendo que a área média desses projetos é de 7.000 ha no Amazonas, 14.100 ha em Goiás, 16.300 ha no Pará e 31.400 ha em Mato Grosso (1990, p. 83).

Oliveira (1990) conclui sua reflexão sobre a ocupação econômica da Amazônia durante a ditadura militar nos seguintes termos:

É assim que o grande capital do Centro-Sul, nacional e multinacional, está abrindo a Amazônia para a sua reprodução. Não há lugar onde a violência não se faça presente. E os governos militares ou não, tem ficado ao lado dos grandes capitalistas, na sua defesa intransigente que, gradativamente, faz da Amazônia um território para o capital internacional no Brasil (1990, p. 89).

A colonização da Amazônia dentro do contexto da ocupação recente além de servir para possibilitar a reprodução e expansão do capital monopolista na região foi realizada também, no sentido de aliviar as tensões sociais de grande contingente populacional como no caso do Centro-Sul e do Nordeste, Hébette & Acevedo (1979). Neste sentido, dizem os mesmos autores:

Encontrou-se novamente na colonização uma fórmula de salvação do latifúndio, sob as aparências de redistribuição de terra aos trabalhadores. A colonização adota por objetivo, nesta altura, responder as tensões sociais crescentes, tanto no campo quanto nas cidades: no campo, onde se multiplica o número de trabalhadores sem acesso à terra; nas cidades, onde se acumulam os excedentes de mão-de-obra não absorvidas pela indústria (HÉBETTE e ACEVEDO, 1979, p. 153).

O mito da colonização por pequenas propriedades ganha força no governo militar. O Estado em sua propaganda oficial “vende” a idéia de que é preciso distribuir terra para quem não tem e precisa trabalhar. Como bem coloca Hébette e Acevedo “outra vez ia-se utilizar o “slogan” da “terra sem homens para homens sem terras” para legitimar a expansão do capitalismo, sob a égide do Estado” (1979, p. 164).

O Estado, no intuito de efetivar seus objetivos na Amazônia, cria mecanismos que facilitarão a expansão e a reprodução do grande capital na região. Cria pelo Decreto-lei no. 288 de 26 de fevereiro de 1967, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA); em 1970, o Plano de Integração Nacional (PIN); nesse mesmo ano, a 09 de julho, cria também o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); cria assim, pelo Decreto-lei de no. 1.179 de 06 de julho de 1971, o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA).

Outra estratégia que vinha dar suporte aos objetivos do Estado na Amazônia, no sentido de proporcionar a reprodução e expansão do capital na região, foi a abertura de várias rodovias importantes, como por exemplo, a Transamazônica, a Perimental Norte, a Cuiabá-Santarém e a Manaus-Caracará, a BR 174. Como coroamento de todo esse processo destaca-

se a elaboração de dois Planos de Desenvolvimento. O I PND compreende os anos de 1971/1974 e o II PND o período de 1975/1979, Ianni (1986).

A construção da rodovia Transamazônica foi uma das grandes sacadas dos militares nesse processo de ocupação econômica da região pelo grande capital. Porém, hoje essa rodovia se encontra quase que intransitável em sua totalidade. Apesar de oficialmente esta rodovia ser colocada como a resposta aos problemas do Nordeste, na realidade tinha objetivos muito mais econômicos e de segurança nacional do que social, haja vista que seu traçado corta exatamente a região do Araguaia, onde havia a organização de guerrilheiros. Hébette e Acevedo em suas análises sobre essa nova empreitada do Estado brasileiro na região Amazônica afirmam que:

A conjunção entre a abertura da estrada e o programa de cobertura da região Amazônica pelo RADAM, entre o traçado da Transamazônica e a localização de jazidas minerais das mais diversas, identificava um desses objetivos: o controle da matéria-prima para fins de industrialização interna e, sobretudo, de exportação com vistas ao equilíbrio da balança internacional do país (1979, p. 164).

A região cortada pela Transamazônica, principalmente a Amazônia Oriental<sup>7</sup> concentra uma das maiores reservas minerais do mundo.

A província metalogênica da Amazônia Oriental (localizada entre os rios Araguaia e Xingu), com mais de 100.000 km<sup>2</sup>, é uma das grandes anomalias geológicas do planeta, no que tange ao volume e à concentração de materiais de uso industrial e/ou alto valor unitário num raio de sessenta quilômetros quadrados a partir de Carajás (25 a 30 bilhões de toneladas [...]). Essa riqueza inclui as mais importantes reservas de ferro (15 bilhões de toneladas com 60% de teor); grandes reservas de manganês (60 milhões de toneladas com teor de 42%) e níquel (47 milhões de); a terceira reserva mundial de bauxita (4,7 bilhões de toneladas, incluindo as exteriores à área de Carajás, dos quais 40 milhões com 38 a 40% de alumina), além de cobre, ouro, cassiterita e wolfranita. A localização, próximo à costa do Atlântico, favorece o acesso às jazidas, valorizando-as ainda mais (BEZERRA, 1990, p. 184).

---

<sup>7</sup> Parte da Amazônia brasileira formada pelos Estados do Pará, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, parte do Maranhão e Amapá. O Amapá, apesar de geograficamente pertencer a Amazônia Oriental, a partir da Lei no. 8.387 (art. 11), de 30 de dezembro de 1991, por inserção de emenda do Senador José Sarney, regulamentado pelo Decreto no. 517 de 08 de maio de 1992 para efeito de incentivos fiscais, recebe os incentivos dados aos Estados da Amazônia Ocidental.

Hébette e Acevedo (1979) consideram que o conceito de colonização é facilmente manipulável pela classe dominante que detêm o poder político e econômico. O Estado, no modo de produção capitalista, representa uma parcela da sociedade, por exemplo, a classe hegemônica, no caso brasileiro, a burguesia agrária e industrial.

O Estado, capturado pela classe hegemônica, utiliza-se de mecanismos de ações que parecem que atingirão a todos, quando na realidade favorecem aos mais aquinhoados da sociedade. Daí se entender o porquê do Estado brasileiro investir em infra-estrutura na Amazônia para criar condições para que o capital se reproduzisse e se expandisse na região.

A expansão do mercado regional começa intensificar-se a partir da atuação de órgãos governamentais, tais como SUDAM, INCRA, BASA, FUNAI e outros que passam a induzir e dinamizar o desenvolvimento das relações capitalistas de produção na região, Ianni (1986).

A atuação dos governos militares nos anos de 1964-1978 corresponde ao período em que o Estado se alia ao capital privado, nacional e estrangeiro, e junto dinamizam como nunca, as forças produtivas na região. Ação que estimula um

processo de latifúndios, fazendas e empresas de extrativismo, agricultura, pecuária, agroindústria e outras atividades, por meio do qual a terra se transforma em propriedade privada, mercadoria, em conformidade com as exigências do desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia (IANNI, p. 79)

Inadequado seria esquecer que tudo se dava com a anuência do Estado, que além de legalizar a apropriação de terras devolutas, tribais, de posseiros, ou ocupadas, ainda financia e protege os latifúndios e bloqueia o acesso à terra dos pequenos, Ianni (1986).

O Estado autoritário se utiliza do mecanismo da distribuição da terra para proporcionar aos despossuídos melhores condições de vida, quando na verdade, está mesmo é ampliando o poder do capital sobre o espaço: trabalho, capital e recursos naturais, sobre a terra devoluta.

O capitalista usa a terra e a transforma em mercadoria, pois passa a especular sobre ela. Ianni, tratando da questão da apropriação da terra e sua transformação em mercadoria

durante a ditadura militar, se expressa nesses termos: “em pouco tempo, também a terra passa a ser mercadoria, ganha preço; isto é, apropriada de modo privado e sob nenhuma outra forma. A terra passa a ser objeto e meio de produção de valores de troca” (1981, p. 154).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio Hébette e Acevedo são categóricos ao afirmar:

A medida, pois, em que a ocupação sistemática das terras inaproveitadas possa interessar às classes dominantes, que têm o controle do Estado e manipulam as ideologias, a expansão da fronteira se torna colonização; ela elabora seus mitos e cria seus heróis. A colonização, portanto, é a versão política e ideológica da fronteira (1979, p. 153).

O Estado brasileiro encontrou na colonização uma maneira de não fazer as reformas necessárias na zona rural, isto é, de resolver de uma vez por todas a questão fundiária do país. Santos (1985) assim se expressa a esse respeito:

O Estado não só encontrou uma forma alternativa e facilitadora para a não execução de medidas reformistas no campo, como retomou a representação ideológica que identifica na colonização a única, e grande solução para a questão agrária (apud MIRANDA, 1990, p. 63).

A reforma agrária requeria do Estado uma postura que afetaria os interesses da elite dirigente; pois os grandes proprietários de terras, os latifundiários não queriam ver suas terras divididas. Era mais cômodo para o governo recolocar o excedente demográfico do Nordeste e do Centro-Sul na Amazônia para quem a região representava um “grande vazio demográfico”, do que realizar uma reforma agrária de fato. A Amazônia era vista como “terra de ninguém”, daí o processo de colonização cumprir também o papel no conjunto da Doutrina de Segurança Nacional. Visto na perspectiva da Segurança Nacional a política adotada pelos militares, surtiu o efeito desejado. Porém, do ponto de vista das populações pobres que vieram para a região e para os “povos da floresta”, isto é, os povos originários, os ribeirinhos e os

seringueiros, na maioria, posseiros, tudo continuou como antes, ou ainda pior, pois muitos perderam suas terras de onde tiravam seu sustento.

Os conflitos e problemas da Amazônia não podem e nem devem ser analisados fora da totalidade do território brasileiro. Representam, na realidade, a expansão e a reestruturação do capitalismo mundial no Brasil, Machado (1990). Por isso

[...] o estudo da Amazônia deve ser abordado inicialmente sob um prisma nacional, retirando-se dele o conteúdo exótico com o qual comumente se revestem seus problemas, que não pertencem apenas à região, mas à sociedade brasileira como um todo (MACHADO, 1990, p. 107).

O Estado brasileiro necessitando abrir espaço para a expansão do capital nacional e estrangeiro procura, numa visão geopolítica tradicional, abrir a fronteira amazônica como um ‘novo’ espaço para o investimento capitalista, Machado (1990, Ianni (1981) e (1986). A Amazônia constitui-se no espaço, *locus* de reprodução do capital nacional e estrangeiro. Todavia, há um empecilho, o capitalismo não poderá se reproduzir num vazio demográfico. Assim, pois, não haverá nem mão-de-obra nem mercado consumidor. Sem trabalhador, sem o exército de reserva; sem a exploração da *mais valia* não poderá haver reprodução do capital.

Aqui, então, é que entra o Estado militarizado e ditatorial como articulador da sociedade no sentido de mobilizar e incentivar a vinda de um grande contingente populacional para a região. Segundo Ianni (1981), o Estado vai arregimentar essa mão-de-obra necessária à reprodução do capital na Amazônia, no Nordeste brasileiro. “[...] eles vinham tangidos pela crise das atividades agrícolas nos Estados do Nordeste; vinham em busca de terras para cultivar, numa área em que as terras eram devolutas, ou escassamente ocupadas” (IANNI, 1981, p. 153).

Duas questões se impõem para o Estado. A primeira no sentido de o que fazer para atrair uma grande quantidade populacional para a uma região de terras devolutas sabendo que

essa massa populacional deverá torna-se força de trabalho. E a segunda, era como fixar essa população, isto é, essa força de trabalho, sem conceder-lhe a posse da terra, Machado (1990).

O Estado, para contornar a primeira questão, ou seja, o que fazer para atrair um grande contingente populacional para a região, promoverá a distribuição controlada da terra e a distribuição relativa de crédito financeiro para os agricultores. Para resolver a segunda questão, isto é, como fixar esse contingente populacional, sem conceder-lhe a posse da terra, passa a investir na criação de infra-estrutura urbana. Dessa maneira “a política urbana, através de investimento em infra-estrutura, equipamento funcional urbano e criação de núcleos planejados, possibilita o uso do espaço urbano como estratégia para o povoamento regional” (MACHADO, 1990, p. 109).

No processo de ocupação recente da Amazônia, migrantes chegam de todas as regiões do país. Processo que só se entende a partir da modernização do campo, ou seja, da entrada do capitalismo agrário na zona rural do Brasil. O capitalismo aumenta, consideravelmente, a concentração da propriedade, deixando muitos pequenos proprietários sem terra.

O governo militar, visando tirar a pressão social do Nordeste e do Centro-Sul, começa uma campanha para trazer para a Amazônia os trabalhadores rurais que perderam suas terras para a agricultura mecanizada moderna e os desempregados das grandes cidades. Assim, o governo realiza seu projeto de ocupação da Amazônia na perspectiva da ‘Doutrina de Segurança Nacional’ e ao mesmo tempo se vê livre da pressão dos trabalhadores rurais que perderam suas terras para o Grande Capital agrário, Ianni (1979) e dos desempregados dos grandes centros industrializados.

Os trabalhadores rurais juntamente com seus familiares, chegaram à Amazônia de todas as partes do Brasil. “Em muitos casos, chegaram antes dos latifundiários ou empreiteiros nacionais e estrangeiros. Outras vezes chegaram juntos, misturados, todos buscando terra” (IANNI, 1979, p. 11). Todavia, passados mais de trinta anos dessa

empreitada onde o governo prometia resolver a questão agrária brasileira, parece que nada se fez.

A questão agrária no Brasil continua sendo ainda hoje um grave problema. Isto porque a terra, desde os tempos do Brasil colônia, está concentrada nas mãos de uma minoria de brasileiros. Para se ter uma idéia as 18 maiores propriedades do Brasil somam 18 milhões de hectares, o equivalente aos territórios de Portugal, Suíça e Holanda juntos. Apenas dezoito senhores têm cercado para si um espaço do tamanho de três países europeus<sup>8</sup>.

O Relatório Nacional sobre a situação dos Direitos Humanos e a Reforma Agrária no Brasil, elaborado pelo Centro de Justiça Global, Comissão Pastoral da Terra e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra coloca o Brasil entre os países de maior concentração de terra do mundo, onde menos de 50 mil proprietários rurais possuem áreas superiores a mil hectares e chegam a controlar 50% das terras cadastradas. Ainda segundo o Relatório, apenas 1% dos proprietários rurais detêm 46% de todas as terras agricultáveis. E que existem hoje aproximadamente 4,8 milhões de famílias de trabalhadores rurais “sem terra” no Brasil, isto é, que vivem em condições de arrendatários, meeiros, posseiros ou com propriedade de menos de cinco hectares<sup>9</sup>.

O pior é que esse número aumenta a cada ano. Segundo Ianni,

[...] estamos criando uma população rural marginalizada que, quando tiver consciência da sua situação, poderá reagir da maneira mais inesperada possível. Além disso, essa população marginalizada não participa da vida social e econômica do País, ou melhor, não produz e não consome a produção industrial brasileira. Só há um meio para extinguirmos esse mal social: proporcionando o acesso à propriedade da terra, ou o trabalho regular na terra (1997, p. 14).

A migração para a Amazônia, até 1970, fez-se de maneira natural. Os migrantes chegavam de várias regiões do país, porém, sem aquela corrida que aconteceu a partir de

---

<sup>8</sup> Confira Comissão Pastoral da Terra, em [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br), acessado em 11/12/2007.

<sup>9</sup> Ver site: <http://www.dhnet.org.br>, acessado em 11/12/2007.

1970. Dessa década em diante o governo federal começa um programa oficial de colonização da região.

Por meio do Decreto-Lei no. 1.106 de 16 de junho de 1970

[...] o governo criou o Programa de Integração Nacional (PIN), estabelecendo que seria iniciada a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém e seria reservada, para 'colonização e reforma agrária', uma faixa de dez quilômetros às margens da rodovia (IANNI, 1990, p. 34).

A construção da rodovia Transamazônica vai funcionar como válvula de escape para a tensão social vivida no Nordeste. O Estado, ao prometer terras na Amazônia à população nordestina mais pobre - na realidade agricultores rurais expropriados de suas terras pelo Grande Capital - consegue amenizar a tensão numa região de conflitos. Assim o governo transfere para a Amazônia um grande número de trabalhadores rurais juntamente com os seus problemas. Enquanto isso, conserva intacta a estrutura fundiária viciada do Nordeste brasileiro, onde a minoria tem as maiores e as melhores terras, Ianni (1979).

Oportuno se torna dizer que a:

Transamazônica propiciara, ao mesmo tempo, a expansão capitalista na Amazônia e o deslocamento de trabalhadores rurais do Nordeste; tudo isso em nome da integração nacional, da segurança interna, ou da doutrina de segurança e desenvolvimento (IANNI, 1979, p. 53).

Como se pode notar, a política agrária do governo militar para a Amazônia tinha por objetivo precípuo “distribuir terra para não distribuir a terra”. Segundo Ianni (1979), tal política fundiária buscava dar a grande burguesia rural brasileira tranquilidade no processo de acumulação e concentração do capital. A terra, a partir daí, passa a constituir-se como mercadoria. Convém ressaltar a esse respeito que: “[...] o poder estatal está totalmente a serviço do grande capital que se expande de modo interno na indústria, na agricultura e no conjunto da economia brasileira” (Idem 1979, p. 135).

O processo de colonização oficial e particular colocado em prática pelos governos da ditadura militar ocasionou uma explosão demográfica na Amazônia. Analisando apenas os seis estados da Amazônia Clássica<sup>10</sup> - Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima - verifica-se que entre os anos de 1970 a 1991,

as populações passaram de 3.650.750 para 9.337.150 pessoas, o que representa um crescimento de 15% - uma multiplicação por 2,5 das populações iniciais do período - que traduz por um aumento da densidade populacional de apenas 1,03 para 2,61 habitantes por Km<sup>2</sup> (HÉBETTE, 2000, p. 11).

O crescimento populacional foi maior nos centros urbanos. Ainda segundo Hébette (2000), a população das cidades teve um crescimento de 229% contra 95% da zona rural, no período de 1970 a 1991. Ianni também observa esse fenômeno, segundo o autor, “a imigração de trabalhadores rurais e de seus familiares para a região Amazônica intensificou-se bastante desde 1970” (Idem, 1970, p. 11).

O crescimento demográfico na Amazônia tem a ver com a política de migração incentivada e implementada pelo governo do golpe de 1964 no sentido de povoar, isto é, de ocupar a região e garantir mão-de-obra para o grande capital que se está implantando na região. Porém essa política trouxe a degradação das cidades, e no campo, aumentou sem precedentes a concentração da terra, Hébette (2000).

A região amazônica como um todo e o Estado do Amazonas em particular receberam um grande número de população a partir da década de 1970 e nas décadas seguintes. No decênio 1950/60 enquanto a média de crescimento anual do país foi de 2,99%, a região cresceu 3,34% e o Estado do Amazonas teve um crescimento de 3,33%. Enquanto o país apresenta uma tendência de queda nas taxas de crescimento populacional chegando em 1980/1991 a 1,8%, a região e o Estado do Amazonas apresentam uma tendência ascendente chegando a uma taxa de crescimento de 4,18% e 3,50% respectivamente. Em primeiro lugar

---

<sup>10</sup> A Amazônia Clássica corresponde à Região Norte, formada pelos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima antes da criação e da incorporação do estado de Tocantins.

porque a região e o Amazonas apresentam uma taxa de crescimento natural acima da média nacional e em segundo lugar pela grande atração migratória que a região e o Amazonas exercem sobre as demais regiões do país, Sarabia (1997).

Esse crescimento demográfico trouxe conseqüências positivas e negativas para a região e para o Estado do Amazonas. A população do Estado passa de 708.459 em 1960 para 2.812.557 habitantes no ano 2000, hoje (2007) a população do Estado é de 3.221.939 habitantes. A região dá um salto passando extraordinário passando, de 2.561.782 em 1960 para 9.226.985 habitantes em 1980/1991, chegando ao ano 2000 com uma população 12.009.704 habitantes. Positivamente a região e o Estado do Amazonas saíram de uma população muitíssimo rarefeita para um maior adensamento populacional, apesar de ainda possuir a menor população relativa do país, um pouco mais de 1,34 habitantes por quilometro quadrado à época.

A implantação da Zona Franca de Manaus em 1967 foi um fator que muito estimulou a migração para o Amazonas, notadamente para a capital, Manaus, sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e do Distrito Industrial. A população manauara saltou de 311.622 em 1970, para 633.392 em 1980 e 1.011.500 habitantes em 1991, hoje (2007) a população da capital é de 1.646.602 habitantes. Todavia, esse crescimento se fez muito rápido e de maneira “[...] desordenada e irracional, proliferando uma seqüela de subutilização de espaços urbanos onde, na atualidade, os bairros e favelas predominam no cenário da paisagem urbana (SARABIA, 1997, p. 6).

Alguns indicadores como educação, saúde e moradia ilustram bem a degradação social das cidades amazônicas. Na área da saúde, enquanto a média nacional é de 3,2 leitos por mil habitantes as cidades amazônicas apresentam apenas 2,3 leitos por mil habitantes, o recomendado pela OMS (Organização Mundial da Saúde) é cinco leitos por grupo de mil habitantes.

No que respeita as condições de moradia a situação na região não é nada animadora. Na Amazônia em 1991 dos domicílios particulares permanentes, 59% apresentavam abastecimento de água inadequado, contra 26,6% para o restante do país. Outro dado que vem corroborar com essa análise diz respeito ao esgotamento sanitário, na região, zona rural e urbana, 92% dos domicílios não estão ligados a rede de esgotamento. Quando se avalia somente as cidades esse número cai para 88% ficando ainda muito acima da média do Brasil que é de 44,7%, o que demonstra a gravidade do problema sanitário nas cidades da Amazônia<sup>11</sup>.

No que se referem à educação os dados demonstram que a região e o Estado do Amazonas estão muito aquém do desejável:

[...] de 92 a 95% dos jovens de 07 a 14 anos das cidades da região Norte freqüentavam escola em 1995, mas, que, ao mesmo tempo, 64% dos jovens de 14 anos persistem ns salas de 1ª a 6ª séries, expressando, segundo o autor, alto grau de repetência e evasão escolar (OLIVEIRA, 1996, apud HÉBETTE, 2000, p. 16)

O jornal Diário do Amazonas na sua edição de 27 de abril de 2007 traz a seguinte manchete que vem corroborar com o exposto acima: “Amazonas fica com a última colocação em avaliação nacional do Ensino Médio”.

O Amazonas tem o pior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do ensino Médio nas escolas públicas e particulares entre os estados brasileiros, com 2,4 médias de pontos. A média nacional é de 3,4 [...] Na segunda fase do Ensino Fundamental, que corresponde as séries de 5ª à 8ª, o Amazonas apresenta o pior Ideb entre os estados da região Norte, com um índice de 2,7[...] Ainda no Ensino Médio, se consideradas apenas as escolas públicas, a média cai um décimo e fica em 2,3. Em todo o País os estudantes amazonenses do Ensino Médio levam o maior tempo pra concluir uma série, em média, um ano e meio. (Idem, p. 3).

Os dados que analisam o emprego revelam um quadro nada agradável:

---

<sup>11</sup> ABELÉM, Auriléa. In: **Carências Habitacionais na Amazônia**. <http://www.fundaj.gov.br>. Acesso em 12/12/2007 as 10: 42hs.

[...] em 1996, na região Norte, 55% dos empregados em atividades urbanas não-agrícolas e com exclusão também dos militares e funcionários estatutários, não detinham carteira assinada, e 61% das pessoas ocupadas de 18 anos para cima não contribuíam com a Previdência Social (idem, ibdem).

Ao analisar a evolução do emprego a partir da implantação da Zona Franca de Manaus observa-se um crescimento extraordinário, mas insuficiente se considerarmos a explosão demográfica no Estado e principalmente na capital, Manaus. Essa análise será objeto do segundo capítulo desse trabalho.

Os dados citados acima ilustram que a ocupação desordenada e irracional da Amazônia brasileira trouxe sérios problemas para a região. No campo a região viveu sérios conflitos com um salto nada louvável para os agricultores. De acordo com relatório anual editado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1988, na região Norte aconteceram 141 conflitos de terra envolvendo 80.852 pessoas com um saldo de 48 assassinatos. No ano seguinte (1989) registrou-se 157 conflitos de terra onde foram assassinadas 14 pessoas. Infelizmente esses números só tenderam a crescer nas décadas seguintes. Registrou-se 57 mortes no campo na região amazônica, sendo 33 no Pará, 09 em Mato Grosso, 08 em Rondônia, 04 no Maranhão, 02 em Tocantins e 01 em Roraima.<sup>12</sup>

Os grandes grupos empresariais representantes do capital nacional e estrangeiro que acorreram a Amazônia no período da ditadura militar sabiam o que os esperava. No solo e no subsolo da imensa floresta tropical brasileira havia uma enorme quantidade de riquezas adormecidas, agora devidamente mapeadas pelo Projeto RADAM, como foi descrito anteriormente.

A Amazônia se constitui em área estratégica no que diz respeito à reserva de recursos minerais para a economia brasileira, senão vejamos:

---

<sup>12</sup> Ver mais dados a respeito em *Conflitos no Campo – Brasil: 1988, 1989, 2000, 2003* editado pela CPT (Comissão Pastoral da Terra). A CPT é um organismo ligado à Comissão para o Serviço da caridade, da Justiça e da Paz, Pastorais Sociais da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Em 24 de outubro de 1986, encontravam-se registradas no Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) do Ministério das Minas e Energia (MME), 60.720 áreas do subsolo em todo o país, com uma superfície total de 1.624.585 km<sup>2</sup>.

Desse número de áreas, 41% - 23.973 - situam-se na Amazônia, totalizando, no entanto, 1.344.835 km<sup>2</sup>, ou seja, 82% da superfície global.

É uma área reservada equivalente a toda a Região Sudeste (Minas Gerais + São Paulo + Rio de Janeiro + Espírito Santo) somada ainda com os estados do Paraná e Rio Grande do Sul (FERNANDES, et al, 1987, p. 9).

Todavia, uma grande parte dessas reservas encontrava-se nas mãos de grupos de capital estrangeiro. Para se ter uma idéia “só os grupos formados por capital estrangeiro detêm 367.617 km<sup>2</sup>, área superior aos estados de São Paulo e Santa Catarina” (FERNANDES, et al, 1987, p. 20).

A Amazônia possui também, água doce em abundância; pois é detentora da maior reserva de água doce do globo; contendo a maior bacia hidrográfica do planeta, onde se encontra um grande potencial energético calculado em 70.000 MW. Além de uma enorme biodiversidade vegetal e animal, Becker (1990).

Segundo Oliveira, o melhor é que era “[...] tudo de ninguém, pois só pertencia aos índios” (2000, p. 19). Para os governos militares toda essa riqueza estava posta num “vazio demográfico e econômico”, já que para eles os indígenas, os seringueiros e ribeirinhos não eram “ninguém”. Os militares sentiam a necessidade de se implementar uma política para a região, que ao mesmo tempo em a ocupasse estrategicamente, houvesse o aproveitamento de suas riquezas naturais.

Na estratégica política dos governos militares para a Amazônia, que ficou conhecida como período da “Ocupação Recente” ou dos “Grandes Projetos” agropecuários, agrominerais, agroflorestais e agroindustriais, fundamentada no desenvolvimento a qualquer preço, onde se criou condições para a penetração, expansão e reprodução do capital monopolista na Amazônia constava também o incremento e o desenvolvimento da produção industrial. Daí a concepção e implantação no seio da floresta tropical, do Modelo Zona Franca de Manaus.

### 1.1.3 – A Criação do Modelo Zona Franca de Manaus

A Amazônia desde os primórdios de sua ocupação teve e continua a ter participação efetiva no processo de mundialização do capitalismo, pois sempre foi *locus* da expansão e reprodução do capital.

O modelo pensado, elaborado e adotado pelo governo militar pós 1964 para o Brasil, passava necessariamente pela ocupação econômica da Amazônia. O modelo fundamentava-se numa política de “economia aberta” e “dependente” sustentada principalmente na exportação de recursos naturais e na industrialização por substituição de importação<sup>13</sup>.

A Amazônia (Legal) apresentava-se como espaço privilegiado para a expansão e reprodução da nova fronteira do capital, pois dispunha de quantidades incalculáveis de recursos naturais. No dizer de Becker, “[...] uma das últimas fronteiras para a expansão capitalista mundial, a Amazônia brasileira é espaço geopolítico privilegiado para ação de corporações transnacionais” (1990, p. 179). Pois, segundo a autora

[...] a Amazônia Legal apresenta, como vantagens, a possibilidade de apropriação de grandes porções de espaço. Essa possibilidade é facilitada pela extensão territorial, baixa densidade demográfica e fraqueza de organizações sociais capazes de resistir à nova apropriação. Configura-se, assim como espaço onde é possível implementar novas estruturas, abrir mercados para investimentos e para implantação de produtos de alta tecnologia e/ou tecnologia madura, bem como expandir o mercado financeiro mundial (BECKER, 1990, p. 184).

Cumpre-nos assinalar que certas correntes do pensamento político nacional acreditavam ou continuam acreditando que só povos economicamente fortes poderiam resgatar a Amazônia do estágio de isolamento produtivo em que se encontrava. Daí a formulação de políticas totalmente voltadas para a atuação do capital estrangeiro na região.

---

<sup>13</sup> Alguns autores como Celso Furtado (1979), por exemplo, denominam de “Industrialização por Substituição de Importação a estratégica adotada pelos países de economia agro-exportadora durante a Segunda Guerra Mundial. Tais países passaram a estimular a industrialização interna de muitos produtos que antes eram importados devido à escassez e os altos preços dos mesmos, dando início assim, ao processo de industrialização.

No contexto da ocupação econômica da Amazônia a implantação da Zona Franca de Manaus no seio da floresta tropical representa o projeto de mundialização do Capital monopolista que se iniciou nos anos seguintes a Segunda Guerra Mundial, para ser mais preciso, a partir dos anos 1950 do século XX. A nova maneira de reprodução do capital se dava agora, numa nova divisão internacional do trabalho.

A partir dessa nova reorganização da produção, os países periféricos, subdesenvolvidos, além de produzirem e exportarem matérias-primas agrícolas e minerais se transformam também em produtores e exportadores de produtos industrializados. Convém lembrar, no entanto, que a industrialização desses países atendeu muito mais aos interesses dos países desenvolvidos e industrializados do que a dos países periféricos, subdesenvolvidos. Isto porque em alguns casos os trabalhadores, isto é, a grande massa da população, não consegue comprar os objetos que são por eles produzidos. Tais produtos são destinados, na maioria das vezes, para o mercado externo.

Os países desenvolvidos, num processo de expansão do capital, instalam filiais de suas empresas em alguns países subdesenvolvidos, principalmente onde a matéria-prima é abundante, com um expressivo mercado consumidor e mão-de-obra barata e abundante. No caso da Zona Franca de Manaus, apesar de as empresas estarem instaladas no meio da floresta amazônica e das dificuldades de transporte advindas disso, ainda assim, as vantagens oferecidas pelo governo eram e continuam sendo compensatórias à reprodução do capital.

Daí fazer-se mister que os vários ciclos de desenvolvimento econômico da Amazônia – extrativista, agrícola e industrial – sejam analisados num contexto não apenas local, mas sim, em âmbito mundial e a partir do desenvolvimento das forças produtivas e da divisão internacional do trabalho.

Como ficou demonstrado anteriormente, foi a partir dos anos de 1960, mais especificamente na segunda metade dessa década, que o Estado passa a atuar de maneira mais

efetiva na região. Desta feita a Amazônia é definitivamente incorporada aos planos e objetivos da União. Isto é, “a Amazônia articulou-se sob nova forma, com o sistema econômico e político nacional e internacional” (IANNI, 1986, p. 60). A criação da SUDAM constitui-se no marco definitivo para a “dinamização da economia amazonense [...], criou incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e estrangeiros” (IANNI, 1986, p. 60-61).

No decurso dessa década, segundo Ianni (1986) parecia que os órgãos tanto do governo federal como estadual estavam orientados no sentido de favorecer a industrialização. Na concepção do governo, “industrializar, a qualquer custo, parecia ser o único caminho para trazer a Amazônia ao século XX, ou emancipá-la dos males do extrativismo” (idem, p. 62).  
E continua o autor:

[...] na ideologia dos governantes e técnicos predominava a tese de que a industrialização, o desenvolvimento econômico e o progresso social eram elos necessários e encadeados do mesmo processo básico de industrialização a qualquer preço (IANNI, 1986, p. 62).

O processo de industrialização na Amazônia segundo Ianni (1986) se dá a partir de dois modelos: o primeiro deles foi denominado de modelo de “Substituição de Importações Regionais” (SIR) e o segundo, conhecido como modelo de “Enclave de Importação”.

O modelo de Substituição de Importações Regionais (SIR),

[...] atingiu seu auge em meados da década de 60. Em essência, foi uma tentativa de transferir o modelo da SUDENE (tido então como bem sucedido) para a Amazônia. O fundamento lógico dessa abordagem é conhecido: pela substituição das importações, uma região periférica (isto é, um exportador líquido de produtos primários) pode reduzir sua dependência em relação aos interesses industriais dos centros dinâmicos. A fazê-lo, a região que substitui importações espera alterar em seu favor as relações de troca inter-regionais e aumentar a retenção de renda pela redução do escapamento causado pela importação (IANNI, 1986, p. 63).

Esse primeiro modelo teve pouco sucesso no sentido de alavancar o desenvolvimento industrial na região. Analisando o modelo Ianni observa que um dos fatores de insucesso do

modelo reside em que este, “baseia-se numa falsa analogia com o modelo de substituição de importação nacional, que pressupõe a existência de barreiras comerciais tarifárias e/ou não-tarifárias” (1986, p. 63).

Como dentro de um mesmo país isso não existe faz com que as indústrias das regiões periféricas não consigam competir com os centros mais desenvolvidos. “No caso específico da Amazônia, o modelo SIR teve certa validade antes da década de 60, quando o isolamento físico regional atuou de fato como uma barreira comercial” (IANNI, 1986, p. 63).

Outro fator que veio contribuir para que o modelo SIR não emplacasse na Amazônia, ainda segundo o mesmo autor, pode estar relacionado ao tamanho do mercado. A região além de apresentar mercado consumidor pequeno estava muito disperso geograficamente. O autor ainda cita a própria criação da Zona Franca de Manaus como causa do insucesso do modelo SIR devido aos incentivos fiscais dados as empresas que recebiam aprovação da SUFRAMA. Tudo isso contribuiu para que o modelo de Substituição de Importação Regional não lograsse êxito na região amazônica.

O segundo modelo de incremento da industrialização na Amazônia foi o de “enclave de importação”. Esse modelo

[...] entrou em moda com a criação da Zona Franca de Manaus. Sua premissa básica é que os países subdesenvolvidos têm muito a ganhar se começarem pelas indústrias “modernas”, ao invés de se desenvolverem de baixo para cima a partir do processamento de problemas químicos primários (IANNI, 1986, p. 65).

Ianni (1986) critica o modelo em alguns pontos como, por exemplo, a questão das ‘ligações para trás’. Segundo o autor,

Argumenta-se que ao serem criados mercados para os produtos das indústrias do “enclave de importação”, as ligações para trás são estabelecidas dentro do país e os componentes internos substituem aos poucos os que antes eram importados (p. 65).

É bem verdade que isso acontece, porém não no mercado regional, mas sim quando o “enclave de importação” se realiza entre países. O que aqui é tido pode ser verificado “pela experiência da Zona Franca de Manaus. Indústrias do “enclave de importação” localizadas em Manaus (por exemplo, Eletrônicas e Têxteis Sintéticos) praticamente não criaram ligações para trás com a economia regional “(IANNI, 1986, p. 65). Pois como se pode ver:

Mesmo quando se transferem as fábricas de componentes para a área do distrito para com isso conseguir mais incentivos, isso rigorosamente não altera a situação de dependência tecnológica, pois esses bens ditos intermediários são produzidos a partir de uma tecnologia e de uma base industrial que estão muito longe das zonas francas, pois a tecnologia permanece nas matrizes (SILVA, 2000, p. 35-36).

Para Ianni (1986), apesar de todas as imperfeições que o modelo de “enclave de importação” apresenta, este foi o que mais êxito logrou. Esse êxito se deveu a três causas principais:

Em primeiro lugar, as indústrias do “enclave de importação” produzem para um amplo mercado nacional, e não para um mercado regional. Em segundo, suas vantagens fiscais são tão grandes que a concorrência das indústrias extra-regional não constitui ameaça séria (de fato, o contrário tem mais probabilidade de ser verdadeiro). Em terceiro, essas indústrias são quase sempre filiais de companhias nacionais ou multinacionais. Por conseguinte, os problemas de financiamento interno, gerência e reconhecimento de marcas registradas são grandemente reduzidos (MAHAR apud IANNI, 1986, p. 65-66).

A concepção do modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) se deu no bojo do conjunto de medidas adotadas pelos governos da Ditadura que se implantou no Brasil no período posterior ao golpe de 1964. Os militares tinham como objetivo precípuo ocupar e aproveitar economicamente os recursos naturais da região Amazônica e ao mesmo tempo visavam também, com essas medidas, integrar a região aos novos ditames da economia mundial.

A ZFM foi criada no intuito de desenvolver uma industrialização que viesse utilizar os recursos da natureza amazônica. Pode-se perceber isso ao lermos o capítulo II art. 3º do Decreto no. 288 de 28 de fevereiro de 1967 quando diz:

A entrada de mercadorias estrangeiras na Zona franca, destinadas a seu consumo interno, industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento agropecuário, pesca, instalação e operação de indústrias e serviços de qualquer natureza e a estocagem para reexportação, será isenta dos Impostos de Importação e sobre produtos Industrializados.

Todavia o que se ver é que no decorrer de sua implantação a Zona Franca concentrou-se muito mais na indústria de montagem de produtos estrangeiros criados e desenvolvidos muito longe da ZFM, lá nos países onde se encontram as matrizes das indústrias instaladas no Pólo incentivado de Manaus. Hoje, passados quarenta anos de sua criação e implantação, ainda é muito incipiente a industrialização que aproveite a biodiversidade amazônica.

O capitalismo, a partir da Segunda Guerra Mundial procura uma reorganização e uma reorientação para vencer mais uma de suas inúmeras crises internas para continuar conquistando espaços e expandindo seus lucros. Nessa linha de pensamento Pinto, apud Silva, se expressa nestes termos:

[...] nem a originalidade, nem o compromisso com o desenvolvimento regional faziam parte das dinâmicas historicamente conhecidas das zonas francas, mas que era ponto pacífico a sua natureza de dinamização e desenvolvimento de setores da economia mundial em regiões em processo de integração ao sistema capitalista (2000, p. 20).

A Zona Franca de Manaus é resultado da reorganização e da reordenação do processo produtivo a nível mundial. O crescimento industrial nos países centrais impulsiona a conquista de novos mercados ao mesmo tempo, consumidores de produtos industrializados e fornecedores de matéria-prima. Porém a lógica agora é outra.

A proliferação de zonas francas é um sinal real das transformações sofridas no processo de produção. As empresas ultrapassam os limites territoriais de seus Estados- Nação e se mundializam. A produção de produto transpõe os galpões de suas fábricas, e este passa a ser produzido em vários países ao mesmo tempo, é o que se chama de globalização ou mundialização da produção.

A linha de produção cruza agora não hangares gigantescos num único local, mas o globo. Algumas delas paravam nas extraterritoriais “zonas francas” ou fábricas offshore<sup>14</sup>, que agora começavam a espalhar-se esmagadoramente pelos países pobres com mão-de-obra barata, e, sobretudo feminina e jovem, outro novo artifício para escapar ao controle de um só Estado. Assim, uma das pioneiras, Manaus, no interior da floresta amazônica, fabricava artigos têxteis, brinquedos, produtos de papel, eletrônicos e relógios digitais para empresas americanas, holandesas e japonesas (HOBSBAWM, apud MOURÃO, 2006, p. 127).

Esse salto no processo produtivo só foi possível graças ao avanço nos transportes e nas comunicações. O avanço nesses setores “diminuiu” os espaços e “encurtou” as distâncias entre os Estados-Nação possibilitando uma maior agilidade na transnacionalização do capital.

Como pode ser observado,

O modelo de zonas francas não nasceu aleatoriamente. É oriundo da ordem internacional imperialista mais desenvolvida, que aqui significa a existência de mecanismos reguladores das relações desiguais entre povos, nações, blocos. Esse modelo deve-se, em grande medida, ao processo de valorização do capital e ao aumento da concorrência internacional (SILVA, 2000, p. 32).

As zonas francas estão instaladas em países onde suas matrizes, devido às vantagens que lhes são concedidas pelos países pobres, podem auferir grandes lucros. Muitas são as vantagens que os países-sede das empresas transnacionais recebem, senão sejam:

[...] a diminuição de custos de transportes das matérias-primas; redução dos custos de transportes de produtos acabados; redução dos custos salariais; disponibilidade de uma abundante força de trabalho qualificada; diminuição dos custos de investimento inicial e, em consequência, do percentual de capital imobilizado devido aos estímulos fiscais e materiais, e os serviços gerais e outras regulamentações de vantagens (PINTO, apud, SILVA, 2000, p. 33).

Na hora da escolha dos locais onde as zonas francas irão ser implantadas conta muito o grau de dependência dessas economias, até porque esse processo de dependência vai interferir diretamente em suas normas de funcionamento. Apesar do discurso desenvolvimentista dos políticos locais, o que se quer na realidade é resguardar o aumento da

---

<sup>14</sup> “O termo offshore entrou no vocabulário público civil a certa altura da década de 1960, para descrever a prática de registrar a sede legal de empresa num território fiscal generoso, em geral minúsculo, que permitia aos empresários evitar os impostos e outras restrições existentes em seu próprio país” (HOBSBAWM, 1997, apud, MOURÃO, 2006, p. 127).

rentabilidade dessas empresas multinacionais, além é claro da perpetuação do grau de dependência econômica e tecnológica entre as nações pobres e as ricas.

A dependência entre países ricos e pobres evidencia-se na transnacionalização do capital, isto é, empresas dos países ricos se transferem para os países pobres. A mundialização do capital efetivado através das zonas francas é uma maneira de possibilitar sua reprodução (do capital) sem limites de fronteiras e sem quaisquer restrições. Isto pode ser verificado nos próprios termos da ONUDI (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial) quando estabelece:

Que as zonas francas possuam órgãos administrativos autônomos, para organizá-las e gerenciá-las e promover as facilidades de funcionamento, mediante remoção de bloqueios burocráticos, que devem ser reduzidos ao mínimo;

Esse órgão deve representar-se como entidade oficialmente vinculada e reconhecida nos respectivos países (SILVA, 2000, p. 35).

A SUFRAMA, na Amazônia Ocidental é o órgão do Governo Federal responsável pelo funcionamento da Zona Franca de Manaus. A SUFRAMA é uma autarquia com personalidade jurídica e patrimônio próprio. É assim que ela é definida no capítulo III, artigo 10º do Decreto-Lei no. 288 de 28 de fevereiro de 1967:

A administração das instalações e serviços da Zona Franca será exercida pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com sede e foro na cidade de Manaus, capital do Amazonas.

A SUFRAMA está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Ao ser criada em 28 de fevereiro de 1967, vinculava-se ao Ministério do Interior, que a partir de 09 de agosto de 1999 pelo Decreto no. 3.131, passou a ter essa nova nomenclatura.

Os países ricos, no processo de relação das forças produtivas, criam mecanismos que favoreçam os seus interesses em prejuízo das nações subdesenvolvidas, haja vista que

[...] a totalidade das zonas francas industriais tem se implantado em países economicamente dependentes que passaram pela experiência do colonialismo e que apresentam, igualmente, determinados graus de controle do Estado sobre a sociedade e suas instituições (SILVA, 2000, p. 36).

Nos países capitalistas pobres o capital podia se reproduzir livremente sem as dificuldades enfrentadas nos seus países de origem, visto que no período em que foram criadas as zonas francas os países capitalistas desenvolvidos “enfrentavam dificuldades, especialmente no plano interno, com a forte articulação, experiência e combatividade do movimento sindical dos trabalhadores que resistia à exploração do sistema produtivo” (OLIVEIRA, 2007, p. 48).

Por estas e outras razões pode-se afirmar que a implantação da Zona Franca de Manaus, uma das primeiras zonas francas do mundo e a “primeira no Brasil”, Oliveira (2007) “faz parte de um momento importante de uma inovação mundial decisiva, cuja maturidade seria atingida anos depois” (SILVA, 2000, p. 28.), não é apenas fruto do desejo desenvolvimentista do Estado nacional. “A concepção e a decisão de implantação da Zona Franca de Manaus são oriundas de processos e relações mais amplas que efetivam um movimento de descentralização da produção capitalista fora das zonas originárias” (SILVA, 2000, p.39).

O Governo Militar ao criar e implantar a Zona Franca de Manaus no centro geográfico da Amazônia, o fez a partir de uma visão geopolítica de “proteção das fronteiras e de adensamento populacional do grande vazio amazônico” (BEZERRA, 2000, p. 89). O Estado brasileiro da Ditadura Militar cria órgãos como a SUDAM (Decreto-lei Nº. 5.173, de 27 de outubro de 1966) que além de ser uma presença ativa e efetiva do Estado na Amazônia procura dinamizar e intensificar a reprodução do capitalismo na Amazônia brasileira por meio de incentivos fiscais e financeiros que passam a ser implementados por instituições como o Banco da Amazônia S/A (BASA) e Banco do Brasil (BB) sob a supervisão da SUDAM (IANNI, apud MOURÃO, 2006).

A Amazônia nutre as condições necessárias para as grandes empresas que buscavam e buscam a expansão de mercado em escala mundial, Oliveira (2007) e queiram aqui se instalar.

É neste contexto que nasce o projeto de desenvolvimento econômico e social (?) para a Amazônia Ocidental<sup>15</sup>, o modelo Zona Franca de Manaus. Projeto que colocava mais uma vez a Amazônia a disposição do capital mundial. O modelo representa as novas tendências do capital globalizado. Época do capital e do emprego móvel. Este (capital) estará onde as vantagens forem mais generosas, Mourão (2006). A Amazônia dos militares se apresenta como a fronteira capaz de absorver e fazer reproduzir o capital excedente norte-americano, japonês e europeu.

O capitalismo, em plena expansão, busca se transnacionalizar e encontrar uma nova maneira de aumentar sua lucratividade. As empresas saem de seus países de origem e buscam outras paragens, localizam-se principalmente nos países periféricos onde a chance de lucratividade é muito maior, pois além dos incentivos de várias ordens oferecidos pelos governos, ainda podem contar com uma mão-de-obra abundante e barata. Assim, então,

Instala-se em Manaus um parque industrial moderno, de montagem de aparelhos eletrônicos, sem qualquer absorção de matérias-primas locais, regionais e nem mesmo nacionais e emprega-se mão-de-obra mais barata, porque desqualificada, principalmente a feminina e do menor, com investimentos vultosos de capital (SALAZAR, 1985, p. 11).

Aqui no seio da maior floresta tropical da Terra, o capital vem montar suas fábricas, usufruindo dos incentivos fiscais do governo e de uma mão-de-obra barata e abundante e ao mesmo tempo sem qualquer experiência de organização sindical, uma vez que os trabalhadores sempre empregaram sua força de trabalho em outro processo produtivo, o extrativismo, Salazar (1985).

---

<sup>15</sup> Apesar de o projeto Zona Franca está sediada na capital do Estado do Amazonas, ele tem uma abrangência para toda a Amazônia Ocidental, que equivale aos estados do Acre, Amazonas, Rondônia, e Roraima.

Essa nova dinâmica do processo produtivo internacional na qual os países capitalistas desenvolvidos transferem as filiais de suas empresas para os países capitalistas subdesenvolvidos denomina-se de globalização da produção.

O espaço amazônico mais uma vez estará a disposição do capital estrangeiro, para que este possa realizar sua reprodução como lhe aprouver.

No dizer de Mourão:

[...] o processo de internacionalização e transnacionalização da economia que, segundo Hobsbawn (1997), caracteriza-se pela expansão das multinacionais, por uma nova divisão internacional do trabalho e pelo aumento do financiamento externo (offshore). Nesta perspectiva, a Zona Franca de Manaus está inscrita no chamado “espaço global”, articulada com a política do governo militar de integração e ocupação da Amazônia (2006, p. 127).

A Zona Franca de Manaus tem sua gênese no Projeto de Lei nº. 1.310 de 23 de outubro de 1951, apresentado pelo deputado federal Francisco Pereira da Silva, que inicialmente propunha a criação de um *porto franco*. Mais tarde, emendado pelo deputado Mauricio Joppert, transformou-se no Decreto-lei nº. 3.173 de 06 de junho de 1957 que modifica o projeto original de *porto* para *zona franca*.

O Decreto-lei nº. 3.173 de 06 de junho de 1957 foi regulamentado pelo Decreto-lei nº. 47.754, de 02 de fevereiro de 1960. Todavia a ZFM estava criada apenas no papel. Na prática “não causou o impacto desejado na economia da Amazônia devido à orientação básica estabelecida, que a experiência de dez (10) anos demonstrou não ter os incentivos essenciais para o desenvolvimento da área” (BOTELHO, 2006, p. 25). Somente dez anos depois é que foi institucionalizada como Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) pelo Decreto-lei nº. 288 de 28 de fevereiro de 1967, que numa concepção mais arrojada propõe “criar um pólo de desenvolvimento econômico no centro geográfico da Amazônia com isenções fiscais e facilidade de consumo interno essenciais, para a atração de capitais e mão-de-obra que assegurem o seu rápido crescimento” (idem, p. 26).

O Decreto-lei nº. 288 de 28 de fevereiro de 1967 que cria a ZFM assim a descreve no se Artigo 1º:

A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram os centros consumidores de seus produtos.

E para sua plena efetivação estabelece:

- a) Uma área de 10.000 Km<sup>2</sup> para a Zona Franca de Manaus, incluindo a cidade de Manaus e seus arredores;
- b) Isenção fiscal de importação para matérias-primas e produtos destinados à industrialização e consumo interno;
- c) Isenção do Imposto de exportação nas vendas para o estrangeiro;
- d) Equivalência de exportação brasileira para o estrangeiro àqueles produtos destinados à Zona Franca de Manaus, a fim de permitir condições de concorrência de produção nacional com importação estrangeira (BOTELHO, 2006, p. 26).

As forças políticas nacionais que criaram e implantaram a ZFM representavam as elites conservadoras da sociedade local e nacional e alimentavam uma concepção geopolítica de orientação expansionista e imperialista. Conseqüentemente, para esse grupo, somente um projeto de desenvolvimento industrial a qualquer preço seria capaz de tirar a Amazônia e especificamente o Amazonas do atraso econômico em que se encontravam. Não importava que tal projeto viesse comprometer a própria independência do país.

A essa concepção, Salazar (1992) denomina de “desenvolvimento colonizado” (apud, SILVA, 2000, p. 48). Na análise de Salazar tal projeto cada vez mais vai se “afastando de um projeto histórico de nacionalismo endógeno, baseado na independência nacional, na integração regional latino-americano e na construção de uma democracia social (apud, SILVA, 2000, p. 48-49).

A concepção do projeto ZFM reflete a ideologia do governo da Ditadura Militar quanto ao processo de ocupação econômica da Amazônia. A ZFM vem no bojo do que ficou

conhecido como “Operação Amazônica”. O governo militar do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, a exemplo do que havia acontecido no Peru com a chamada “lei da selva peruana”, instituiu uma série de medidas reformistas para reestruturar a política de incentivos para o desenvolvimento da Amazônia brasileira. Tais medidas começam com a edição de algumas leis. A primeira delas foi a lei no. 5.122 de 28 de setembro de 1966

que transformou o Banco de Crédito da Amazônia S.A. (BCA) em Banco da Amazônia S.A. (BASA), direcionando-o “não apenas para ser o agente de financiamento do grande plano, mas para ser uma instituição dirigida fundamentalmente a apoiar a iniciativa privada [...]” (GARCIA, s/d, 42).

Em seguida, no dia 27 de outubro do mesmo ano o governo edita as leis 5.173 e 5.174. A lei 5.173 extinguiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), “transferindo para esta instituição os encargos do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. A segunda lei, a de número 5.174, dispõe “sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica” (GARCIA, s/d, p. 42), tais como:

Isenção total do Imposto de Renda, até 1982, para as empresas que se instalassem até 1971, ou que, já instaladas, ampliassem, modernizassem ou aumentassem, até o final daquele exercício, o índice de industrialização de matérias-primas, colocando novas instalações em operação.

Isenção de Imposto e taxas sobre a importação de máquinas e equipamentos destinados a projetos declarados prioritários para o desenvolvimento regional.

Dedução no cálculo do Imposto de Renda de todas as pessoas jurídicas registradas no país, de até 75% do valor das obrigações emitidas pelo BASA, destinadas ao Fundo de Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia, por elas adquiridas; e de até 50% do valor das inversões feitas em projetos agrícolas, pecuários, industriais e de serviços básicos, declarados pela SUDAM como de interesse para o desenvolvimento regional (GARCIA, s/d, p. 42).

Outras medidas também foram implementadas. A Emenda Constitucional no. 21 de novembro de 1966 suprimiu o parágrafo único do artigo 199 da Constituição Federal; e deu nova redação ao caput desse artigo: “Art. 199 – Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União aplicará, em caráter permanente, quantia não inferior a três

por cento de sua renda tributaria”. E ainda, o Decreto-Lei no. 288 de 28 de fevereiro de 1967 reformulou a Lei no. 3.173 de 06 de junho de 1957 dando uma nova dimensão à Zona Franca de Manaus. Esse conjunto de medidas tomadas pelo governo de Castello Branco (15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967) chamou-se “Operação Amazônica”.

A implantação do modelo ZFM fez-se por etapa. Num primeiro momento o modelo operava apenas como área de livre comércio. Somente dez anos depois pelo Decreto-lei nº. 288 de 28 de fevereiro de 1967 o modelo toma outro direcionamento. Seu objetivo primeiro era o de operacionalizar o desenvolvimento industrial, comercial e agropecuário no seio da Amazônia Ocidental brasileira,

O modelo ZFM desde sua gênese até os dias atuais passou por várias reformulações. Em linhas gerais, segundo Arminda Mourão podem-se traçar três dessas etapas ou fases pelas quais a ZFM tem passado:

A primeira delas (1966-1976) é caracterizada pela liberdade das importações, predominando o fluxo turístico com os consumidores em busca de produtos estrangeiros que só poderiam ser comercializados em Manaus [...]

A segunda fase (1976-1990) é marcada pelo estabelecimento dos índices mínimos de nacionalização para produtos industrializados na ZFM (comercializados nas demais localidades do território nacional) e pelo contingenciamento às importações, o que acaba por caracterizar as limitações da ZFM com o intuito de adaptá-la à política econômica nacional.

A terceira fase tem início em 1991 e caracteriza-se como um período de crise, em virtude da política industrial e de comércio exterior do Governo Federal, que promoveu a abertura do mercado brasileiro às importações, possibilitando a entrada indiscriminada de produtos estrangeiros no país (MOURÃO, 2006, p. 128-129).

Já Flavia Skrobat Barbosa Grosso, hoje (2007) superintendente da SUFRAMA, na apresentação do livro Modelo de Desenvolvimento Zona Franca de Manaus – História, Conquistas e Desafios, descreve cinco fases pelas quais passou a SUFRAMA no decorrer dos quarenta anos de vigência do modelo, acompanhando assim as mudanças no ambiente político e econômico do país.

Na primeira fase, em que o comércio era a dinâmica central do modelo, a SUFRAMA atuava, sobretudo, no controle de entrada e estocagem de mercadorias, com foco em Manaus e funcionando mais como uma instituição aduaneira. Na segunda fase, em que a indústria de montagem se tornou relevante, a atuação da SUFRAMA passou a realçar a gestão de incentivos à industrialização, iniciando a abertura de seu foco para toda a Amazônia Ocidental e passando a atuar mais como controladora de projetos. Na terceira fase em que outras regiões do país passaram a oferecer também incentivos fiscais significativos, o modelo teve que se adaptar para disputar empreendimentos e a SUFRAMA passou a destacar em suas funções, também, a atração e promoção de investimentos, transformando-se em braço político federal na região e, por isso, maturando-se como autarquia com atuação externa. Na quarta fase, em que o modelo foi forçado a se adaptar às políticas nacionais de abertura econômica, incertezas cambiais e controles de gastos, a SUFRAMA passou a incluir em suas funções a gestão de processos produtivos básicos e a busca de modernização industrial; convertendo-se em instância regional das políticas industriais nacionais e, por isso, fortalecendo-se como articuladora e mediadora dos interesses regionais perante os regionais. Na quinta fase, em que o modelo foi compelido a buscar inserção internacional e a possuir atrativos não apenas tributários; - face às discussões sobre sua prorrogação – a SUFRAMA começou a remodelar-se para atuar como agência de desenvolvimento regional comprometida, ao mesmo tempo, tanto com o fortalecimento do Pólo Industrial de Manaus quanto com o fomento e a interiorização do desenvolvimento em toda a Amazônia Ocidental. Baseado em sólido planejamento estratégico passou a estimular exportações, inserir-se nas negociações comerciais do Brasil, investir em potencialidades regionais, direcionar investimentos para interiorização, fortalecer o sistema de ciência, tecnologia e inovação local, ampliar a formação de capital intelectual de vanguarda, ampliar as opções logísticas regionais e investir em infraestrutura produtiva. É nessa fase que surgem iniciativas de vulto como o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), o Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CT – PIM), a Feira Internacional da Amazônia, o Centro Logístico Avançado de Distribuição (CLAD) e outros (s/d, p. 6-7).

O governo central a partir do Decreto-lei nº. 288 de 28 de fevereiro de 1967 juntamente com o Decreto-lei nº. 291 de 28 de fevereiro de 1967 configura a geopolítica do Estado brasileiro para a interiorização do capitalismo na Amazônia Ocidental, Botelho (2006). A institucionalização da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) pelo Decreto-lei nº. 288 de 28 de fevereiro de 1967 cria incentivos para a região e estabelece 30 anos como prazo de vigência para o programa, o que terminaria no ano de 1997. Antes, porém de findar esse prazo o Presidente José Sarney através do Decreto-lei nº. 92.560, de 16 de abril de 1986, amplia os incentivos dados a ZFM para até 2007.

Quando o país ensaiava os primeiros passos como nação livre e democrática, depois de vinte um anos de um regime autoritário em 1988, e promulga sua nova Carta Constitucional, estende o prazo dos incentivos por mais 25 anos, ou seja, os incentivos findariam em 2013

(SALAZAR, 1992, apud, SILVA, 2000). No Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias, no seu artigo 40 lê-se: “É mantida a Zona Franca de Manaus, com suas características de área de livre comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais, pelo prazo de vinte e cinco anos, a partir da promulgação da Constituição”.

A Constituição de 1988 não só prorroga o prazo dos incentivos, mas também amarra sua extinção à modificação na letra da Lei Federal, quando diz no Parágrafo Único do artigo supracitado: “Somente por lei federal podem ser modificados os direitos que disciplinam ou venham a disciplinar a aprovação dos projetos na Zona Franca de Manaus”.

No primeiro ano do governo do Presidente Lula (Luiz Inácio Lula da Silva) o Congresso Nacional aprova a Emenda Constitucional nº. 42, de 19 de dezembro de 2003 preservando e estendendo os incentivos fiscais para a Zona Franca de Manaus até 2023.

Para Botelho (2006) o modelo ZFM se estrutura

[...] na abstenção pelo Estado brasileiro de arrecadação de determinada carga tributaria concernente à produção, a título de incentivos fiscais especiais, como instrumento de atração do K (sic). Elemento indispensável para o atingimento daqueles objetivos motivadores da idealização do Projeto ZFM (p. 87).

Buscando atingir os objetivos para os quais o modelo Zona Franca de Manaus fora idealizado e efetivado, houve no decorrer de sua história vários momentos em que foi preciso prorrogar a vigência do prazo de seus incentivos. Cada vez que isso acontecia, havia uma verdadeira “queda de braço” entre as forças políticas do Centro-Sul e as da Amazônia, principalmente da Amazônia Ocidental. Os representantes do primeiro grupo, as forças do Centro-Sul, lutavam para verem extintos os incentivos dados à Zona Franca de Manaus. Por outro lado os representantes do segundo grupo, os que representavam a Amazônia procuravam preservar e estender o máximo possível os prazos dos incentivos concedidos ao modelo. Nesse embate até hoje a Amazônia tem saído vitoriosa, pois a Zona Franca de Manaus tem conseguido se estabelecer até os dias atuais.

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) foi criada e regulamentada pelo Decreto nº. 61.244 de 28 de agosto de 1967.

Nos seus quarenta anos de existência, como já demonstramos acima, o modelo ZFM tem passado por várias oscilações. Não obstante tem se mantido como alternativa viável, pelo menos de crescimento econômico, senão para toda a Amazônia Ocidental, ao menos para o Estado do Amazonas. No entanto, a pior crise vivida pelo modelo aconteceu na década de 90 do século passado quando da abertura do mercado nacional para produtos estrangeiros durante o governo do Presidente Collor de Melo. Senão vejamos:

O parque industrial, que em 1990 registrara significativa expansão (US\$ 8,4 bilhões de faturamento bruto, 76.798 empregos diretos, US\$ 827,80 milhões em salários e encargos sociais), experimentou queda vertiginosa nos anos seguintes. Em 1991 o faturamento bruto reduziu-se a US\$ 5,9 bilhões; número de empregos diretos, a 58.875; a massa de salários e encargos sociais, US\$ 556 milhões. Os números decresceram mais ainda em 1992: US\$ 4,5 bilhões de faturamento bruto; 40.361 empregos diretos; US\$ 364,11 milhões de salários e encargos. Em 1992 registrou-se também acentuada queda dos níveis de produção de grande número de bens fabricados na Zona Franca de Manaus (GRACIA, s/d, 117).

Todavia, outros fatores, além da abertura de mercado, também contribuíram para a redução na contratação de mão-de-obra no Pólo Industrial de Manaus (PIM). O mais importante deles – e que afetou diretamente a Zona Franca de Manaus, pois ela está integrada ao capitalismo mundial – foi as modificações ocorridas no processo de produção capitalista a nível internacional, a chamada “reestruturação produtiva”, o que alguns teóricos como, por exemplo, Piore e Sabel (1984) chamam de “especialização flexível” e H. Kern e M. Schumam (1984) de “novo conceito de produção”(apud HIRATA, 2000, p. 129).

Essa reorganização/reestruturação da produção capitalista a nível mundial intensificou-se a partir da década de 1980. Segundo Antunes (1995) essa foi “uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital” (1995, p. 15). Tais modificações afetaram diretamente os postos de trabalhos. Como nos diz

Oliveira (2007) “a chamada *reengenharia de produção*, trouxe um forte enxugamento e uma nova conformação/atuação da mão-de-obra” (p. 61).

O Pólo Industrial da Zona Franca de Manaus, apesar da crise dos anos 1990 e das inovações no paradigma da produção capitalista, a partir dos anos 2000, vem recuperando novamente sua capacidade produtiva e de geração de emprego. Conforme dados da SUFRAMA, o Pólo Industrial de Manaus conta hoje (2007) com cerca de 100. 464 mil empregos diretos, chegando à soma de 500 mil entre os empregos diretos e indiretos. No Período de 2002 a 2006 a evolução no número de empregos na SUFRAMA cresceu 55,13%. E no que diz respeito ao faturamento, as indústrias da Zona Franca de Manaus acumulam de janeiro a setembro de 2007 um faturamento na casa dos US\$ 18, 097 milhões<sup>16</sup>.

Para muitos críticos do modelo, a ZFM traz prejuízo para o país devido a renúncia fiscal ao déficit comercial em decorrência das importações. Porém outros, como Bezerra (2000), por exemplo, defendem a tese que o déficit da ZFM é mais social do que comercial, por conta do descompromisso dos governantes para com as causas populares. Esse também é o pensamento de Botelho (2006). Para o autor

O crescimento econômico tem sido importante para a sociedade manauara; o que falta é otimizar seu resultado obtido através da arrecadação dos tributos decorrente de toda atividade econômica possível por conta do Projeto ZFM, aplicando-o estrategicamente e politicamente sem subtrações espúrias. Ou, em outras palavras, substituindo a política pela política [...] (p. 75).

Hoje (2007), passados 40 anos de vigência do modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) o que se observa é uma melhoria relativa da qualidade de vida das populações, não só do Amazonas, mas também da Amazônia Ocidental como um todo. Apesar dos sucessivos recordes na arrecadação estadual a partir da implantação do modelo, o Estado do Amazonas recolheu para o erário público em 2006 cerca de 3,6 bilhões de reais. A arrecadação estadual junto às empresas do (PIM) aumentou em 71,52% no período de 2002 a 2006. Manaus

---

<sup>16</sup> Fonte: AP/CGPRO/COISE/COGEC – Superintendência da Zona Franca de Manaus – setembro de 2007.

arrecada 63% de todos os tributos federais e encargos sociais de toda a 2ª Região Fiscal do Brasil que compreende os Estados do Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre, Mato Grosso, Amapá e Pará.

A arrecadação federal também tem aumentado significativamente no Amazonas. Em 2006 o governo federal arrecadou a soma de 6,875 bilhões de reais, o que representa um aumento na arrecadação federal, no período de 2002 a 2006, de 102,86%, nas empresas da Zona Franca de Manaus.

Pode-se observar, pelo exposto, que o Estado dispõe de somas significativas de recursos para aplicar em políticas públicas. Somente em 2006 ficou para o cofre do Estado do Amazonas o total de 10,851 bilhões de reais<sup>17</sup>. Entretanto, os resultados práticos para as populações mais pobres são ainda insignificantes, haja vista as condições de vida da maioria da população do Estado. No que diz respeito à educação, por exemplo, o Amazonas tem aparecido sempre nas últimas colocações nas estatísticas federais.

É impossível não destacar o crescimento econômico para o Estado do Amazonas e para sua capital, Manaus, a partir da vigência da Zona Franca de Manaus. Todavia, os governos estaduais e municipais, durante esses quarenta anos, pouco tem feito no sentido de implantação de políticas públicas que venham alavancar o desenvolvimento social. Por tudo isso Oliveira (2007) se questiona:

Os objetivos proclamados no período de criação da ZFM explicitavam “preocupação” do governo militar em desenvolver e integrar a Amazônia. Porém, ao longo dos seus 30 anos de existência o que se observa é uma parcialidade no chamado desenvolvimento, cabendo a pergunta: desenvolvimento que favorece a quem (p. 52)?

E continua a autora, “[...] os dados conferiram de forma irrefutável os benefícios e volumosos lucros obtidos pelas empresas ali instaladas, ao passo que as condições de vida dos

---

<sup>17</sup> Ver BOTELHO, João. **Como funciona a Zona Franca de Manaus**, publicado no site <http://empresasefinancas.hsw.uol.com.br>. acessado em 07 de janeiro de 2008.

trabalhadores estão cada vez mais aviltadas” [...] (OLIVEIRA, 2007, p. 52), ao analisar os dados referentes ao faturamento das empresas do PIM no período de 1990 a 2001.

Este trabalho propõe-se investigar a prática do Estado tanto na esfera do governo estadual como municipal a fim sentido de verificar que ações são desenvolvidas a partir dessas vultosas somas de recursos advindos da ZFM, no sentido de viabilizar políticas públicas educacionais desde a educação básica até a pós-graduação, bem como que políticas o Estado desenvolve para estimular a Pesquisa e o Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia em Manaus e no Amazonas.

Políticas públicas voltadas para a ampliação do acesso ao conhecimento - principalmente via escolarização - a toda à população é questão fundamental para alavancar o desenvolvimento regional. A escola - apesar de existirem outros meios como os sindicatos, as igrejas, as associações de moradores, etc. - é lugar privilegiado para a transmissão dos conhecimentos socialmente acumulados pela sociedade às novas gerações.

O Estado tem o dever de investir nos sistemas educacionais para proporcionar às novas gerações condições de apreenderem os conhecimentos científicos, filosóficos, religiosos culturalmente adquiridos pelo ser humano ao longo da história. A moral, a ética, a religião, a arte, a política, a economia e todos os outros conhecimentos, patrimônio cultural da sociedade, são preservados, transmitidos e ou resignificados na e pela a escola, isto é, pela educação (GRAMSCI, apud, MOCHCOVITCH, 1990, p. 65).

## CAPÍTULO 2

### 2 – ZONA FRANCA DE MANAUS E EDUCAÇÃO: ALTERNATIVA PARA UM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTADO (?)

A Amazônia e particularmente o Estado do Amazonas viveu momentos de euforia com o aparecimento da *Hevea brasiliensis* ou como todos conhecem, da borracha da Amazônia. A borracha proporcionou à Amazônia e ao Estado do Amazonas um desenvolvimento econômico sem precedentes na história da região.

A riqueza advinda da economia gomífera desapareceu com a mesma velocidade com que apareceu. Mas e a riqueza gerada durante o período de ouro da borracha? O que aconteceu? Onde encontrá-la? Como sempre acontece com os países dependentes, a riqueza gerada nesses países vai engordar os cofres dos países centrais.

Aos povos da Amazônia, como afirma Pontes Filho (2000, p. 14) [...] “restou apenas o abandono e a solidão do seringueiro relegado à sua trágica sorte”. Os frutos dessa riqueza foram apropriados por grupos estrangeiros que dominavam as grandes firmas exportadoras e por uma minoria de seringalistas residentes na capital.

Na observação de Wagley, com a falência da economia da borracha, sem a força pujante da economia do látex, “esvaziaram-se os cofres estaduais e municipais, pois que fora a borracha sua principal fonte de recursos. As utilidades públicas de numerosas cidades foram deixadas ao abandono e as escolas rurais fecharam por falta de professores (1988, p.73).

Com o desaparecimento da fonte - que para alguns parecia inesgotável - o Estado do Amazonas mergulhou num verdadeiro marasmo econômico. Durante a Segunda Guerra Mundial o governo federal juntamente com os Estados Unidos da América, tenta reanimar economicamente a região. Porém dos “Acordos de Washington” sobrou apenas o Banco de Crédito da Borracha, transformado mais tarde, em 1950, no Banco de Crédito da Amazônia que objetiva operacionalizar o artigo 199 da Constituição de 1946.

Segundo Pontes Filho (2000), este artigo da Constituição de 1946 rezava que 3% da renda tributária anual da União, Estados e Municípios amazônicos deveria ser aplicado no Plano de Valorização Econômica da Amazônia, nos vinte anos posteriores.

Desde a década de 50, mais especificamente durante os anos da Ditadura Militar, muitos projetos foram desenvolvidos no intuito de tirar a região Amazônica do marasmo econômico em que se encontrava. Tais iniciativas do governo federal buscavam integrar a região ao restante do país e, assim, minimizar os desequilíbrios regionais.

Dentre os muitos projetos destaca-se o Projeto Zona Franca de Manaus (ZFM), um dos que melhor representa as investidas do Governo Central na região e, que, pelo menos em alguns aspectos, aparentemente vem dando certo. Do ponto de vista da arrecadação, desde a vigência do modelo o Estado do Amazonas tem elevado o índice a níveis espetaculares.

Neste capítulo pretende-se analisar a evolução da arrecadação da Receita Tributaria do Estado dando ênfase ao desempenho do Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) nos últimos trinta anos no Estado do Amazonas, já que a evolução deste imposto está intimamente ligada ao crescimento do processo produtivo.

## **2.1 – Amazonas: Um Estado Arrecadador**

A concepção do modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) se dá a partir do contexto de reorganização e reorientação do capitalismo em nível mundial. O crescimento industrial nos

países centrais impulsiona as conquistas de novos mercados ao mesmo tempo, consumidores de produtos industrializados e fornecedores de matéria-prima. Na perspectiva de realinhamento do capital, as grandes empresas querem mais.

O capital monopolista ultrapassa os limites das fronteiras de seus Estados-Nação e vai se instalar lá onde existe mercado consumidor em potencial e uma abundância de mão-de-obra barata. A Zona Franca de Manaus é resultado dessa reorganização e reordenação do processo produtivo em nível mundial.

O modelo resgatou a região, mas principalmente o Estado do Amazonas, da situação de falência econômica em que se encontrava. Neste item procurar-se demonstrar, através de dados oficiais, como a partir da implantação do modelo Zona Franca de Manaus o Estado evoluiu economicamente.

No ano de criação da SUFRAMA, 1967, o Governador Danilo de Matos Areosa, em mensagem governamental à Assembléia Legislativa do Amazonas, em sua Previsão Orçamentária, dizia que a receita do Estado foi de Cr\$ 40.084.561.958 cruzeiros e as despesas somaram a quantia de Cr\$ 43.084.561.958, apresentando um *déficit* de Cr\$ 3.409.688.042 cruzeiros<sup>18</sup>.

Todavia, a partir do advento da Zona Franca de Manaus, o Governador João Walter de Andrade passa a contar os *louros*. A arrecadação de 1970 já alcança aumento extraordinário, chegando a um total de Cr\$ 119.464.954,00. Em 1971 o Estado amplia ainda mais seu o poder arrecadador, atingindo 152.064.432,00. Seis anos depois da implantação da SUFRAMA, em 1973, a Receita do Estado, segundo o Governador, alcançou a cifra de Cr\$ 161 milhões de cruzeiros, um crescimento em comparação a 1972 de 44%.

Ainda segundo o Governador João Walter de Andrade, somente o ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadoria) atual ICMS, alcançou uma receita, no exercício passado, de Cr\$

---

<sup>18</sup> Todos os dados referentes à arrecadação do Estado do Amazonas lançados neste item foram compilados das Mensagens governamentais enviadas anualmente à Assembléia Legislativa pelo Poder Executivo estadual (1967; 1970 a 2007).

153 milhões de cruzeiros contra 105 milhões em 1972, o que representa uma diferença para mais de Cr\$ 48 milhões, ou seja, de 45% sobre a arrecadação desse tributo em 1972. A arrecadação geral chegou a Cr\$ 353 milhões, superando a de 1972, em 85 milhões, o que representa 32% de acréscimo.

De acordo com o Governador João Walter de Andrade, na receita de 1972, “comparativamente, com a receita Geral do Estado, excetuando as transferências das áreas de Educação e Saúde e Quota-parte do Imposto sobre mineração, houve uma elevação em relação ao exercício anterior, da ordem de 40,95%” (MENSAGEM, ANDRADE, 1972, p. 12).

O Estado arrecadou como Receita Própria, afora os fundos federais, a importância de Cr\$ 173.146.771. Desse total Cr\$ 153.457.370 é representado pelo ICM, sendo 140.304.993 na capital e Cr\$ 13. 152.427 no Interior.

No ano de 1974 a Receita do Estado do Amazonas foi de Cr\$ 540 milhões. O ICM foi o imposto que mais cresceu chegando a cifra de Cr\$ 250 milhões de cruzeiro. É claro que nesse período houve modernização no sistema fazendário, o que proporcionou um melhoramento no sistema fazendário de arrecadação, em embargo, a implantação da Zona Franca de Manaus foi, sem dúvida, a responsável por esse extraordinário crescimento da arrecadação.

A receita do Estado do Amazonas em 1977 alcançou o total de Cr\$ um bilhão, quatrocentos milhões e oitocentos mil cruzeiros, resultado que superou a receita de 1976, em 19,1%. O ICM foi o imposto que mais cresceu, chegando a um índice de crescimento de 54,5% em relação a 1976, com destaque para o setor de serviços que foi o que mais cresceu alcançando a cifra de 79,4 %.

Com o fim do período áureo da borracha a economia do Estado ficou estagnada. A indústria, principalmente, apresentava um crescimento insignificante até 1967, a partir de

então, com a implantação da ZFM, “o setor industrial do Amazonas passou a ter volume maior na constituição do Produto Interno Bruto, com 27% de participação” (REIS, MENSAGEM, 1978, p.22). Se comparada com 1974, a receita do Estado cresceu em 1978 468,98%, somente o ICM cresceu 472,58% nesse mesmo período.

No dizer do Governador Henocho da Silva Reis, a Zona Franca de Manaus é a grande responsável por esse aumento na arrecadação no Estado do Amazonas.

Em nossa gestão, dentro do processo de ajuste, criou-se a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, que oferece melhor suporte ao aumento explosivo do Setor Comercial, decorrente do crescimento acelerado da ZONA FRANCA DE MANAUS, em sua fase de comercialização (REIS, MENSAGEM, 1979, p. 11).

Fica evidente que a implantação do modelo Zona Franca de Manaus, “oxigenou” as finanças do Estado, pois a cada ano a arrecadação só aumenta, apesar dos incentivos que o modelo concede às empresas que aqui se instalam. Segundo o Governador José Lindoso (1980), “a arrecadação bruta do exercício de 1979 atingiu o montante de Cr\$ 3.970.379.226,94, apresentando um crescimento, em relação ao exercício anterior, da ordem de 77%” (p. 51).

Somente de ICM o Estado arrecadou a importância de Cr\$ 2.008.227.978,08, o que representa 51,58% da arrecadação bruta, em seguida veio o Depósito Restituível (ICM) das empresas incentivadas (ZFM), no valor de Cr\$. 1.800.485.736,28, com participação de 43,34%.

É possível observar a força arrecadadora do Estado do Amazonas depois do advento da Zona Franca de Manaus, comparando a arrecadação do interior do Estado com a da Capital. A arrecadação do interior do Estado representa apenas 3,75% de toda a arrecadação bruta do Amazonas.

Comparando isoladamente o desempenho em 1978 e 1979 do ICM, verifica-se que na composição desta receita, a participação do Interior foi de 6,96%, enquanto a da capital foi de 94,04% (LINDOSO, MENSAGEM, 1980).

Quanto mais o modelo se firma, mais o Estado arrecada. No início da década de 1980, “[...] o Estado atingiu a média de Cr\$ 390.000.000,00 somente na arrecadação do ICM, quando na realidade estimou-se essa receita em Cr\$ 300.000.000,00”. A arrecadação global do Estado do Amazonas atingiu, em 1980, a cifra de 10.206.621.811(idem, ibdem).

No período de 1979/1981 a receita do Estado do Amazonas cresceu em 406,7%, passando de 4,15 bilhões em 1979 para 21,04 bilhões em 1981, o que corresponde um acréscimo de 106,13% sobre a receita do ano anterior. A Receita Tributária foi de Cr\$ 8.847.827, correspondendo um aumento de 85,65% sobre o ano de 1980. No mesmo período o ICM atingiu a cifra de Cr\$ 8.671.810 mil cruzeiros, representando um aumento de 85,25% sobre o ano de 1981. Se comparada a Receita Global<sup>19</sup> à Receita Tributária o aumento equivale a 137,79%. Já a Receita Global em relação à arrecadação do ICM o aumento chega a 142,62%, comparando-se com o ano de 1980.

Comparada com a de 1981, a Recita Global de 1982 cresceu em 115,30%. O ICM obteve um crescimento de 117,61% em relação ao ano de 1981. A Receita Global, em 1982 foi de Cr\$ 42.645.514.661,57 e o ICM foi de Cr\$ 18.871.526.641.

A arrecadação não parou de crescer. A cada ano o Governo podia contar com um montante arrecadado sempre maior que a do ano anterior. Assim o Estado chegou ao final da década de 1980, em 1987, com um *superávit* de Cz\$ 415,1 bilhões. Segundo o governador Amazonino Mendes

---

<sup>19</sup> Na Receita Global estão incluídos os recursos federais transferidos aos Estados.

O valor da receita global estimada no Orçamento do Estado, para o exercício foi de Cz\$ 5.464 bilhões. A receita global arrecadada atingiu o montante de Cz\$ 17.927 bilhões, ou seja, um crescimento de 328,09% sobre o valor orçado que, em valores absolutos, correspondem a um acréscimo de mais de Cz\$ 12. 463 bilhões (MENDES, MENSAGEM, 1988, p. 46).

Ainda segundo o Governador Amazonino Mendes, a arrecadação do ICM no mesmo período “foi de Cz\$7.577 bilhões contra um valor estimado no Orçamento de Cz\$ 3.180 bilhões, representando um acréscimo relativo de 238,39% e o valor absoluto de Cz\$ 4.397 bilhões, em comparação com o valor orçado” (MENDES, MENSAGEM, 1988, p. 46).

No final da década de 1980, mais precisamente, em 1989, segundo o o mesmo governador, a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) “experimentou um período de grande crescimento da arrecadação gerando uma situação altamente positiva para a gestão atual ”(MENSAGEM, MENDES, 1990, p. 43). O crescimento real da arrecadação em 1989 atingiu a cifra de 132,0%, superando assim todos os níveis alcançados nesta última década.

A arrecadação em 1989 atingiu o montante de NCz\$ 3.012 bilhões o que resultou numa variação da ordem de 782,04%, pois a receita estimada era NCz\$ 2.311,48 bilhões, gerando um crescimento real de 30,97%. Foi o ICMS a grande fonte de arrecadação, pois só este imposto arrecadou a quantia de NCz\$ 1.488 bilhões, o equivalente a 48,87% da receita total.

A década de 1990, mais especificamente os cinco primeiros anos dessa década, por uma série de fatores, mas principalmente pela abertura política implementada pelo Governo Collor, trouxe sérios problemas para a Zona Franca de Manaus, e conseqüentemente, para o processo de arrecadação do Estado do Amazonas. Contudo, diz Amazonino Mendes:

A arrecadação do ICMS, principal tributo de competência do Estado, foi de Cr\$ 46,380 bilhões, representando um acréscimo de 15,37% sobre o exercício de 1989, não obstante os reflexos da política econômica do Governo Federal e o elevado índice inflacionário de 1.794,84%, ocorrido no período (MENSAGEM, 1990, p. 16).

Tal avanço na arrecadação do ICMS teve como principal destaque a indústria e o comércio, pois a contribuição de ambos foi de 47,43% e 36,76% respectivamente. No entanto a “Zona Franca de Manaus foi violentamente atingida pelas medidas econômicas adotadas no País durante 1990” (idem, p. 18).

O parque industrial, que em 1990 registrara significativa expansão (US\$ 8,4 bilhões de faturamento bruto, 76.798 empregos diretos, US\$ 827,80 milhões em salários e encargos sociais), experimentou queda vertiginosa nos anos seguintes. Em 1991 o faturamento bruto reduziu-se a US\$ 5,9 bilhões; o número de empregos diretos, a 58.875; a massa de salários e encargos sociais, a US\$ 556 milhões. Os números decresceram mais ainda em 1992: US\$ 4,5 bilhões em faturamento bruto; 40.361 empregos diretos; US\$ 364,11 milhões de salários e encargos. Em 1992 registrou-se também acentuada queda dos níveis de produção de grande número de bens fabricados na Zona Franca de Manaus (GARCIA, s/d, 117).

A crise vivida pela ZFM teve efeito direto sobre a arrecadação do Estado no período, como pode ser visto nos números apresentados pelo Governo.

Para o exercício de 1991, o total da receita orçamentária prevista foi de Cr\$ 285,6 bilhões. A receita global arrecadada foi de Cr\$ 267,0 bilhões, houve um decréscimo nominal de 6,51% sobre o valor estimado no Orçamento do Estado que, em valores absolutos correspondeu um decréscimo de Cr\$ 18,6 bilhões (MENDES, MENSAGEM, 1992, p. 101).

Se houve decréscimo na receita global o mesmo não aconteceu com a arrecadação do ICMS que foi, no período, de Cr\$ 186,3 bilhões, quando o valor orçado era de Cr\$ 137,7 bilhões, o que representa um acréscimo de 35,3% e de Cr\$ 48,6 bilhões se comparado com o valor constante do Orçamento. “A receita tributária, por seu turno registrou decréscimo de 16,6%, comparada à do ano de 1990” (MENDES, MENSAGEM, 1992, p. 102).

Esse mau desempenho, como já dissemos anteriormente, tem sua explicação “[...] na política econômica recessiva, que deprime o nível de negócios, com as possíveis conseqüências sobre o recolhimento de impostos” (Idem, Ibidem).

Analisando esse período recessivo enfrentado pela Zona Franca de Manaus, Mestrinho, em mensagem dirigida a Assembléia Legislativa em 1992, assim se expressa: “[...]”

em 1991 a Zona Franca de Manaus caiu vertiginosamente à cifra de US\$ 5,98 bilhões; no ano passado as fábricas conseguiram fechar o ano com o faturamento de US\$ 4,0 bilhões aproximadamente” (p. 17).

Em 1993 a receita do Estado ainda continua caindo. A receita global foi Cr\$ 65,3 bilhões, o que corresponde um crescimento de 295% em relação ao valor estimado para o período. Todavia, se comparado ao dólar, foi de US\$ 600,9 milhões, o que na verdade representa uma queda real de (55,4%) em relação ao valor estimado.

Na análise desse período recessivo, diz o Governador: se “[...] comparado a arrecadação desde 1990, verifica-se que naquele ano, foram arrecadados em média US\$ 73,4 milhões, já em 1993 essa média caiu para US\$ 47,6 milhões, o que representa uma queda de (35,1%)” (MESTRINHO, MENSAGEM, 1994, p. 121).

A partir da segunda metade da década de 1990, isto é, de 1995 em diante, a Zona Franca de Manaus atinge sua estabilidade produtiva depois da reorientação da produção e volta a ser novamente a grande fonte arrecadadora, não só do Amazonas, mas de toda a região Norte. Vem corroborar com essa análise a fala do Governador Amazonino Mendes em mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Estado em 1996, quando diz:

A Receita Global foi de Cr\$ 1.401,7 milhões em valores constantes de dezembro de 1995, crescimento real de 52,04% sobre o valor arrecadado no ano anterior, destacando-se nas Receitas Tributárias o ICMS, no valor de R\$ 988,4 milhões que superou em 48,84 a receita com esse imposto no ano de 1994[...] (MENSES, MENSAGEM 1996, p.22).

Essa retomada no processo de arrecadação está diretamente ligada com a retomada das atividades econômicas na Zona Franca de Manaus como pondera Garcia (s/d).

A intensificação das atividades econômicas da Zona Franca de Manaus tem determinado o aumento progressivo da base de arrecadação tributária no Estado do Amazonas e a conseqüente redução do saldo líquido da renúncia fiscal que caracteriza o modelo de incentivos estabelecido do Decreto-Lei 288 e legislação complementar (p. 180).

Sempre nessa linha ascendente de arrecadação o Estado do Amazonas atingiu números significativos no período de 1995/1998. Em 1995 a receita foi de R\$ 1.294.003,9 mil reais, e em 1998 chegou a R\$ 1.831.303,0 mil reais, atingindo uma evolução de 41,52; o ICMS respondeu por cerca de 97% do total da arrecadação. No ano seguinte a arrecadação alcançou R\$ 453,4 milhões. Se comparada com 1998 esse crescimento foi de 23,01% na receita total. (MENDES, MENSAGEM, 2000).

Como se pode ver a arrecadação do Estado, desde o final da crise do início dos anos de 1990, vem crescendo ininterruptamente. A receita de 2000 cresceu 14,51% em relação ao ano de 1999. A evolução da Receita Tributária de 1998 (R\$ 1.062.556.007) e a 2001 (R\$ 1.679.414.730) foi de 58,05%. Segundo dado oficial do Governo anunciados na mensagem governamental de 2003, a arrecadação de 1998 a 2002, teve uma variação nominal de 95,52% e real de 50,26%.

De janeiro a novembro de 2004 a receita do Estado atingiu o montante de R\$ 2.507,5 milhões. Tal desempenho projeta um crescimento para o ano de R\$ 2.769,1 milhões. Isso representa um crescimento nominal de 18,08% e real de 10,96%, segundo o INPC/IBGE em relação ao exercício de 2003.

Os dados apresentados até aqui fazem ver que o Amazonas tornou-se, com o advento da Zona Franca de Manaus, um dos estados da União que mais arrecada. A Receita Tributária de janeiro a novembro de 2005 foi de R\$ 2.908.000.000,00 (dois bilhões novecentos e oito milhões de reais), esse montante representa um crescimento de 16,54% em comparação com o mesmo período do ano passado. No ano, esse desempenho chegará a R\$ 3.201.000.000,00 (três bilhões, duzentos e um milhões de reais) o que representará um crescimento nominal de 15,17% e real de 8,9% se comparado com a receita de 2004. No período, comparando 2005 (R\$ 2.710.461.996) com 2004 (R\$ 2.33.4.425.312), o ICMS sofreu uma variação nominal de 16,11%.

A Zona Franca de Manaus é um modelo produtivo fundamentado na renúncia fiscal, todavia apesar disso o modelo não gera prejuízo nem à União nem ao Estado do Amazonas, como demonstra Garcia (s/d).

O comparativo entre a arrecadação de tributos federais e a renúncia fiscal da União permite-nos a inferir que a cada R\$ 1,00 renunciado no período de 1995-2003 correspondeu à arrecadação média de R\$ 0,58. No caso específico dos valores relativos a 2003, o índice médio de arrecadação foi de R\$ 0,63 para cada R\$ 1,00 renunciado (p. 180).

Segundo a autora,

Esses dados se tornam mais evidentes quando se estabelece a relação entre o somatório de todas as receitas líquidas arrecadadas no Estado do Amazonas (federais, estaduais e município de Manaus) e o somatório das renúncias fiscais da União (em toda a área de atuação da Suframa) e das renúncias fiscais do Estado do Amazonas. Entre 1995 e 2003, para cada R\$ 1,00 renunciado fez-se a arrecadação e o pagamento de R\$ 1,15, em média (GARCIA, s/d, p.180).

O modelo Zona Franca desde sua efetiva implantação em 1967 tem gerado aumento significativo na arrecadação do Estado do Amazonas. Fazendo com que Amazonas, apesar dos incentivos concedidos às empresas do setor industrial – devolução total ou parcial dos valores do ICMS – ocupasse em 2003 a 13ª posição no *ranking* dos estados da federação em valor arrecadado de ICMS e o 9º em arrecadação *per capita*.

Esse poder arrecadador que o Estado do Amazonas vem demonstrando ano após ano leva à pergunta: Por que então o Estado ainda apresenta tantos indicadores sociais como os referentes à educação, por exemplo, abaixo de muitos outros estados muito mais pobres de outras regiões, da Amazônia e mesmo de estados que compõem a Região Norte? Esse questionamento será respondido a partir da análise das políticas públicas ou mesmo da falta desta para o setor educacional no Estado do Amazonas descrita no tópico 2.3. A seguir, vai-se apresentar um breve histórico da Educação brasileira priorizando o Ensino Médio e a Educação Profissional no Brasil e no Amazonas, estabelecendo uma análise sobre o

desenvolvimento econômico e social e sua relação com a formação profissional em nível médio no Estado do Amazonas.

## **2.2 – Um Breve Histórico do Ensino Médio e da Educação Profissional no Brasil**

A Educação nacional permite uma reflexão sobre as diretrizes do Ensino Médio e Profissional brasileiro. A intenção desse item é ressaltar alguns momentos da História da Educação brasileira enfatizando principalmente o Ensino Médio e a Educação Profissional nos seus vários contextos políticos específicos.

Os embates e problemas que se enfrenta hoje na organização ou reestruturação do ensino público, por exemplo, não são meras suposições. Suas raízes podem ser encontradas na história do processo de construção do país enquanto nação, “marcada principalmente pela relação e divisão de classes” (GOMES, p. 5), e do enfrentamento e embate das várias forças políticas nacionais que remontam ao Brasil colônia, no qual sempre se priorizou uma educação para as elites, excluindo o povo do processo educativo (GOMES, 1993).

A História da Educação brasileira pode ser dividida em várias fases. A etapa em que houve, por parte do Estado, um relativo afastamento do ideário católico em relação à Educação para abraçar o ideário liberal delinea a proposta inicial deste trabalho. Convém, portanto, destacá-la a partir do ideário católico *versus* o ideário liberal. Esta etapa corresponde ao advento da República (1890). Instalada a República, criou-se o Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, que tem como titular da pasta Benjamin Constant, um dos ideólogos do movimento republicano e grande admirador dos ideais positivistas.

A reforma da educação implementada pelo governo republicano,

[...] aumentou a tendência para os programas enciclopédicos, acumulando no currículo todas as disciplinas consideradas literárias e acadêmicas, dando mais atenção ao estudo das ciências. Na reforma, o ensino Primário, Normal e Técnico ficam de competência dos Estados e o ensino Superior de competência da União; a educação primária tornou-se livre, laica e gratuita (GOMES, 1993, p. 7).

À reforma Benjamim, sucederam-se muitas outras, tais como: a de Epitácio Pessoa (1901-1911), a reforma Carlos Maximiliano (1915-1925), a reforma Rocha Vaz (1925-1931). Esta última, a Rocha Vaz, segundo Gomes (1993) foi a mais eficiente delas porque articulava estados e União. Mesmo assim, pouco impacto teve no processo educativo, pois “não considerava as questões social e econômica do país” (GOMES, 1993, p. 8).

No dizer de GOMES (1993, p. 8, apud ROMANELLI, 1978):

[...] essas reformas não passaram de tentativas frustradas e, mesmo quando aplicadas, representaram o pensamento isolado e desordenado dos comandos políticos, o que estava muito longe de poder comparar-se a uma política nacional de educação.

Evidencia-se assim, a longa e disputada “batalha” entre as forças políticas. No contexto analisado, as forças católicas e as novas forças, as quais, de certa maneira, conquistaram o comando do Estado brasileiro. Isso não se deu de modo “pacífico”, mas a partir de um acirrado embate teórico elitista e contraditório.

A elite dirigente impregnada da ideologia liberal-positivista via na Educação laica e fundamentada no cientificismo a saída para se chegar ao progresso e ao desenvolvimento do país. Para as elites, desenvolvimento é sinônimo de industrialização. Essa idéia na qual a industrialização é sinônimo de desenvolvimento advém dos interesses particulares das elites capitalistas, ou seja, dos seus ideários.

O ideário liberal-positivista representava os anseios da camada urbano-industrial da sociedade, que levou o país à Revolução de 1930. O ideário católico de Educação, todavia, estava ligado às oligarquias agrárias representando o “tradicional” e o “atraso” frente a um país que ensaiava seus primeiros passos rumo à industrialização.

Entretanto, vale ressaltar que esses dois grupos que se enfrentavam são partes da mesma elite dominante. Eles estiveram e estão sempre do mesmo lado. Na realidade, ambos buscavam deter o predomínio do pensamento pedagógico nacional. Tal fato era de suma importância na composição do que Gramsci denomina de bloco histórico<sup>20</sup> (apud, MOCHCOVITCH, 1990, p. 43).

Cury, ao fazer uma análise sobre os dois grupos, destaca:

Ambos queriam fazer valer suas propostas junto ao Estado, supostamente o mediador da vontade nacional. Daí o empenho para influenciar as constituições e as legislações educacionais subsequentes. (CURY apud SEVERINO, 1986, p. 79).

Os liberais, na realidade, representavam a nova força política urbano-industrial que assumiu o poder a partir da Revolução de 1930. No campo da educação foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo como titular da pasta Francisco Campos, que instituiu uma série de mudanças no setor educacional, que ficaram conhecidas com o nome de Reforma Francisco Campos.

No bojo dessas mudanças surge um grupo de educadores dentre os quais podemos citar Francisco de Azevedo, Anísio Teixeira, Almeida Junior, Lourenço Filho e outros. Esse grupo ficou conhecido como os “Pioneiros da Escola Nova” depois que escreveram em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Na análise de Gomes,

O Manifesto estabeleceu os princípios de uma nova política de educação para o Brasil. Proclama a educação como um direito de todos, sem distinção de classes e situação econômica, reivindica escola pública, gratuita, obrigatória e leiga, tratando a educação como problema social (1993, p. 9).

---

<sup>20</sup> Segundo Mochcovitch, para Gramsci, uma classe se constitui como bloco histórico quando consegue fazer valer os seus interesses como se fossem os do conjunto da sociedade.

Toda essa “inovação”, como afirma Cury (apud SEVERINO, op. cit.), na realidade, “representa a adaptação da Política educacional ao processo econômico gerado pelas novas forças produtivas, bem como a adaptação do capitalismo dependente periférico pela reforma educacional dentro do processo de urbanização”.

Na fala de Cury percebe-se como as Políticas de Educação implementadas pelo Estado brasileiro visavam apenas adequar o país às novas exigências do capital internacional. Corroboram para esse entendimento as palavras de Severino (1986); “assim como os demais setores da sociedade a educação também deveria adequar-se cientificamente às exigências da nova situação econômica” (p. 81).

Essa leitura deixa perceber que o Estado brasileiro age como um verdadeiro “malabarista”, tentando atender tanto as oligarquias rurais – apoiadas pela Igreja Católica, quanto aos liberais reformadores que representavam a nova elite emergente da burguesia urbano-industrial. Havia também, a preocupação de não desagradar os setores médios e as classes populares que começavam a se formar nas cidades.

Como é de praxe nas sociedades capitalistas, às camadas populares, no que diz respeito às políticas públicas, como é o caso da Educação, o Estado faz apenas concessões. Nesse sentido, pondera Severino: “para as elites, as escolas que classificam socialmente, para os estratos populares, as escolas que preparam mais imediatamente para o trabalho” (1986, p. 82). Essa assertiva de Severino pode ser verificada na Carta Constitucional de 1937 quando se refere ao ensino técnico-profissional como sendo “destinado às classes menos favorecidas” (GOMES, 1993, p. 9).

Nessa perspectiva, o presente trabalho propõe-se discutir as Políticas Públicas voltadas para o Ensino Médio e Profissional a partir da análise das legislações educacionais brasileiras para esse nível de ensino.

A discussão, acima, sobre a tensão entre os grupos de interesse para fazer valer seu pensamento pedagógico como Política de Estado, abriu espaço para os “partidários leigos da iniciativa privada no campo da educação” (SEVERINO, 1986, p. 83). Num primeiro momento esses privatistas estiveram engrossando as fileiras da Igreja Católica, logo, ao terem seus objetivos atingidos, passaram a lutar para ver seus interesses preservados.

A união dos grupos privatistas leigos aos católicos era apenas uma forma de defender a educação privada, leia-se comercial, e foi garantida na Constituição de 1946 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação promulgada em dezembro de 1961. Como bem afirma Saviani (apud GOMES, 1993, p. 10) “em síntese pode-se concluir que o texto convertido em lei representou uma solução de compromissos entre as principais correntes em disputas. Prevaleceu, portanto, a **estratégica conciliação**” (grifo do autor).

O projeto de lei que deu origem a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tramitou por treze anos no Congresso Nacional de 1948 a 1961. Segundo Gomes essa demora pode ser atribuída a dois fatores:

“de um lado a displicência do legislador e, de outro, as marchas e contramarchas do conflito entre os defensores do ensino público e do ensino privado que se rotulavam defensores da “liberdade de ensino” (GOMES, 1993, p. 10).

Na LDB 4.024/61 em seu artigo 3º, inciso I lemos, “o direito à educação é garantido: Pela obrigação do poder público e pela liberdade **de iniciativa particular** (grifo nosso) de manterem o ensino em todos os graus na forma da lei em vigor”. Percebe-se que os privatistas, tanto os leigos como os religiosos, viram garantido na lei o direito de explorar comercialmente a educação.

Apesar do longo tempo de discussão, poucas conquistas conseguiram as camadas populares nessa legislação. “Da proposta filosófica que subsidiou o texto inicial, quase nada restou. [...] a lei ao ser sancionada, não mais respondia aos anseios da sociedade, não só pelo

favorecimento maior à iniciativa privada, e sim porque a lei havia ‘envelhecido’ (GOMES, p. 10-11).

A Lei 4.024/61 assim estruturou o ensino no país: ensino pré-escolar, composto de escolas maternas e jardins de infância; ensino primário de quatro anos, podendo ser acrescido dois anos a mais, com programas de artes aplicadas; ensino médio, subdividido em dois ciclos: o ginasial, de quatro anos e o colegial de três anos, ambos por sua vez compreendendo o ensino secundário e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e da formação de professores) e ensino superior.

A LDB 4.024/61 possibilitou a ampliação da rede pública das escolas básicas nesse período, assim como fez pela primeira vez a articulação completa entre os ramos secundário de 2º ciclo e profissional para fins de acesso ao ensino superior.

Tal articulação fica evidente, considerando a possibilidade para que os cursos ministrados pelo SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), o primeiro criado em 1942 e o segundo em 1946, pudessem ser organizados de tal maneira que equivalessem ao nível fundamental (1º grau) e ao técnico (2º grau). Até então, esta equivalência não existia e os cursos profissionalizantes não preparavam os alunos para o ensino superior (KUENZER, 2001, p. 83).

Segundo Kuenzer (2001), o Ensino Médio ou secundário de 2º ciclo só passa a se estruturar como curso com os estudos regulares a partir da Reforma Gustavo Capanema em 1942. Havia uma diferenciação entre o curso colegial como era conhecido e o científico ou clássico que tinha a finalidade de preparar os jovens para o ensino superior.

Obviamente que não se tratavam de todos os jovens, apenas dos jovens mais abastados, ou seja, dos filhos da classe dirigente. Se na lógica do capital, no campo material é dado àqueles que compõem a força de trabalho apenas o suficiente para se reproduzirem enquanto tal (MARX, 1985), assim também o é no campo intelectual.

No que diz respeito à instrução, aos filhos dos trabalhadores é destinado só o suficiente para que estes se reproduzam enquanto força de trabalho capaz de manter o processo produtivo. No caso da emergente sociedade burguês-industrial brasileira era essa a lógica adotada no tocante à formação da classe trabalhadora.

A LDB 4.024/61 trazia no seu bojo “[...] a existência de dois projetos pedagógicos distintos que atendem às necessidades definidas pela divisão técnica e social do trabalho de formar trabalhadores instrumentais e trabalhadores intelectuais através de sistemas distintos” (KUENZER, 2001, p. 15).

Outro período de destaque na História da Educação brasileira é aquele em que os setores médios e as classes populares, impulsionados pelo relativo progresso da sociedade urbano-industrial, avançam na organização social e política e conseguem conquistas sociais históricas. Fato que incomoda as elites dirigentes conservadoras, que apoiadas pelas Forças Armadas de maneira truculenta, interrompem esse processo de conquistas.

“Com o golpe de 1964, instala-se uma nova ordem política no país” (GOMES, 1993, p. 11). O Estado democrático de Direito é banido, os direitos civis caçados. O sonho de uma pátria democrática, livre e soberana mais uma vez fora adiado. As reformas de base propostas pelo governo de João Goulart – de forte apelo popular – tornavam-se uma ameaça aos interesses do capital nacional e internacional.

O movimento estudantil fazia eco aos movimentos populares; reclamava-se também por reformas amplas para toda a sociedade. Por isso, representava uma ameaça à nova ordem estabelecida, daí ser necessário “conter” tais “ameaças”. No intuito de desmobilizar os estudantes, o governo militar propõe a Reforma Universitária com a aprovação Lei 5.540 de 28 de junho de 1968. Não cabe aqui analisar essa questão, pois o intuito dessa pesquisa é discutir o Ensino Médio e Profissionalizante.

A reorganização do Estado brasileiro requeria também uma reorientação ideológica da Política educacional do país (SEVERINO, 1986) que adequasse o projeto pedagógico ao modelo econômico iniciado nas décadas de 1940/50 que tinha na industrialização financiada pelo capital estrangeiro seu principal componente.

Nessa perspectiva o Governo da Ditadura Militar de Emílio Garratazzu Médici, na gestão do então Ministro da Educação Jarbas Passarinho, reformulou o ensino de 1º e 2º graus com a edição da lei 5.692 de 11 de agosto de 1971. Essa reforma, assim como a universitária, não contou com a participação popular, foi realizada em regime de urgência por grupos de trabalho (tecnoburocratas) instituídos diretamente pela Presidência da República, que, de acordo com o Decreto da Presidência, tinham apenas trinta dias para concluir seu relatório. No Congresso Nacional, tramitou com o mesmo caráter de urgência, portanto não contemplava os anseios da sociedade.

Como pode ser observado, o regime busca apenas adequar o sistema educacional às novas exigências do mercado internacional. A reforma coincide com a expansão do modelo taylorista/fordista<sup>21</sup> no mundo do trabalho e o processo de industrialização nacional necessita de mão-de-obra capaz de assumir as linhas de montagem da indústria nascente.

A lei 5.692/71 em seu artigo 1º definiu como objetivo do ensino de 1º e 2º graus: “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”. Como bem pondera Gomes (1993), dificilmente se poderia alcançar tais objetivos considerando a conjuntura social e política do momento histórico.

---

<sup>21</sup> A respeito do modelo taylorista-fordista ver HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao Modelo da Competência. In: **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. FERRETTI et. al. Petrópolis: Vozes, 2000; ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

Na referida lei, “a equivalência entre os ramos secundário e propedêutico é substituída pela obrigatoriedade da habilitação profissional para todos os que cursassem o que passou a ser chamado de ensino de 2º grau” (KUENZER, 2001, p. 16).

Na realidade a lei vem atender aos reclamos de uma sociedade que começa a se industrializar, fundamentada no modelo taylorista-fordista e que necessita de uma grande massa de trabalhadores, no dizer de Hirata (2000, p.129), “semiqualeificados” e hábitos para atuar em suas linhas de montagem.

A reforma tecnicista procura aplicar à Educação o modelo vivido nas indústrias. Percebe-se nessa lei a ênfase que é dada à preparação para o trabalho de acordo com o que o mercado espera. No artigo 5º alínea “a” do parágrafo 2º lê-se: “terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no 2º grau”.

A lei 5.692/71 radicaliza a dualidade sempre existente no tocante ao Ensino Médio brasileiro. Desde a lei 4.024/61, percebemos essa dualidade. Uma educação geral e propedêutica para os filhos dos dirigentes e futuros dirigentes em potencial e para os filhos dos trabalhadores uma escola técnica, instrumental que apenas treinava para a execução de tarefas (CASTRO e SILVA, 2003, p. 19).

A reorientação do Ensino Médio, segundo Kuenzer, no governo da ditadura demonstra pelo menos três de seus objetivos:

1. a contenção da demanda de estudantes secundaristas ao ensino superior [...];
2. a despolitização do ensino secundário, por meio de um currículo tecnicista;
3. a preparação de força de trabalho qualificada para atender às demandas do desenvolvimento econômico que se anunciava com o crescimento obtido no “tempo do milagre” [...] (2001, p. 17).

As pretensões de o governo militar ao implementar as modificações na LDB 4.024/61 eram claras. A intenção era atender as exigências do capital internacional, sobremaneira do capital norte-americano.

O novo governo assina acordos de cooperação com o USAID - United States Aid International Development - (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2001 p. 33). Convênios que colaboravam técnica e financeiramente com a reorganização da Educação nacional (Severino, 1986) para preparar mão-de-obra para assumir os postos de trabalho na lógica industrial do paradigma taylorista/fordista, no contexto da Teoria do Capital Humano.

Kuenzer (2001) citando o Parecer 45/72, sobre o assunto, elenca uma relação de 130 possíveis cursos profissionais, sendo 52 habilitações plenas (nível técnico) e 78 habilitações parciais (nível auxiliar). Nesse aspecto, é a lei 5.692/71 que vai, pela primeira vez, colocar a “Educação para o trabalho como intenção explícita”.

Esse modelo, ao transformar toda a escola em Escola Técnica, vai trazer sérios problemas para a Educação do país em nível médio. O alunado não recebia Educação geral para ingresso no Ensino superior, tampouco, qualificação para o trabalho, como já foi demonstrado acima.

No início da década de 1980, as pressões da sociedade civil como um todo por escolas de formação geral que preparassem para o Ensino Superior, juntamente, com “pressões que surgiram da burocracia estatal e dos empresários da educação” (FRIGOTTO, et. al 2001, p. 33) levaram o governo à reformulação da lei 5.692/71. “De início, foram feitos ajustamento nos currículos das escolas; posteriormente, uma flexibilidade foi introduzida pelo Parecer do Conselho Federal de Educação 76/75” (FRIGOTTO, et. al, 2001, p. 32).

O Parecer 76/75 institui o que ficou conhecido como “Habilitação Básica”, um meio termo entre o Ensino Técnico e a Educação Geral. O Parecer em pauta constitui-se a reforma da reforma, e deixa transparecer o fracasso da reforma pretendida pela lei 5.692/71. Então, o governo do Golpe edita finalmente a lei 7.044/82 que extingue a Educação profissionalizante compulsória no 2º. Grau.

Novamente a legislação retoma o dualismo do Ensino Médio nacional. Todavia, não mais como no período antes da lei 4.024/61 onde não havia equivalência entre os cursos propedêuticos e técnicos. Essa dualidade segundo Frigotto estava “no plano dos valores e dos conteúdos da formação” (2001, p. 35).

Embora ambos dessem oportunidade para o acesso ao Ensino Superior, quem optasse pelo ensino técnico dificilmente chegaria à Universidade, pois sua carga horária estava voltada para os conteúdos específicos e não para a cultura geral e humanística e, como se viu acima, com uma carga horária muito reduzida de apenas 2.200 horas. Analisando tal realidade, pondera Frigotto,

[...] os estudantes que cursavam o ensino técnico ficavam privados de uma formação básica plena que, por sua vez, predominava nos cursos propedêuticos, dando, àqueles que cursavam esses cursos, vantagens em relação às condições de acesso ao ensino superior e à cultura em geral (1993, p. 34).

Esse período de exceção<sup>22</sup> do Estado brasileiro forjou no cadinho<sup>23</sup> dos movimentos e das lutas sociais uma sociedade ávida de participação que pela organização social e política, fazia valer os seus direitos. Nos meados da década de 1980, depois de grande mobilização social e política, há uma sensível desestabilização do governo do Golpe de 31 de março de 1964. Em 1985 o país elege, ainda que de maneira indireta, seu primeiro Presidente civil depois de quase vinte anos de um regime ditatorial. Ensaia-se, desse modo, os primeiros passos para o processo de redemocratização do país.

O movimento pela redemocratização do país leva à instalação do Congresso Nacional Constituinte que ao mesmo tempo em que tem a função de legislar tem a incumbência de escrever uma nova Constituição para o país. Durante o Congresso Nacional Constituinte

---

<sup>22</sup> Considera-se o período de 1.964 à 1.985 quando os militares estiverem governando o país com poderes quase que absolutos.

<sup>23</sup> Segundo o dicionário Aurélio, vaso empregado em operações químicas a temperaturas elevadas, o mesmo que crisol; figurativo, aquilo que serve para evidenciar as boas qualidades do indivíduo.

1987/88, travou-se um grande embate entre as forças conservadoras e as forças progressistas para fazer valer no texto da Lei direitos que haviam sido usurpados durante o regime de exceção. Dentre esses direitos os de se ter garantido na nova Constituição uma educação pública, laica, democrática, gratuita e universalizada.

As forças liberais conservadoras tentaram de todas as maneiras moldar a Constituição imprimindo-lhe o seu perfil. No entanto, as forças progressistas, representadas pelas organizações sindicais das várias categorias, pelos movimentos populares e médios e pelos partidos políticos mais comprometidos com as causas democráticas, conseguiram assegurar na Lei Maior do país muito dos direitos conquistados ao longo dos anos. Dentre as várias conquistas asseguradas a Educação é destacada como direito público subjetivo (Art. 208, inciso VII parágrafo 1º).

As forças progressistas reivindicavam a Educação pública básica e unitária que abarcasse todo o processo educativo, desde a Educação infantil ao Ensino Médio. No dizer de Frigotto( et. al, 2005), o embate teórico dava-se no sentido de garantir e oportunizar tanto ao filho do rico quanto ao do trabalhador as condições necessárias para uma formação geral e humanística – politécnica - que vinculasse a “educação à prática social e o trabalho como princípio educativo” (ibdem). Uma educação capaz “[...] de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas”. (FRIGOTTO, et. al, 2005, p. 35). Na análise do mesmo autor “isto significaria explicitar como a ciência se converte em potência material no processo de produção” (FRIGOTTO, et. al, op. cit., 35).

O esforço das forças progressistas por construir uma Constituição que contemplasse os direitos conquistados ao longo da história de luta da sociedade civil rendeu frutos. E no que se refere à Educação, a Constituição Federal promulgada em 05 de outubro de 1988, traz escrito em seu Artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será

promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

É nesse contexto de redemocratização e de euforia cívica que as forças progressistas mencionadas acima tentarão construir uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional fundamentada no Artigo 22, inciso XXIV da nova Constituição que resguarda à União o direito de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

Assim, em dezembro de 1988 foi apresentado pelo Deputado Otávio Elísio o projeto de lei 1.258/88 na Câmara Federal, visando à construção da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Projeto este amplamente discutido pela sociedade, principalmente pelas categorias ligadas ao magistério, e que tinha por base o material preparado por Dermeval Saviani denominado “Contribuição à elaboração da nova LDB: um início de conversa”. Foi submetido à discussão na XI Reunião da ANPEd em abril de 1988 e posteriormente publicado no N. 13 da Revista da ANDE (SAVIANI, 1993).

Depois de amplamente discutido e emendado, foi votado e aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados. O projeto teve como relator o Deputado Jorge Hage, projeto esse. Por essa razão este projeto ficou conhecido como Substitutivo Jorge Hage.

Nas eleições presidenciais de 1990 as forças conservadoras saíram vitoriosas. Os partidos de direita, sob a liderança de Fernando Collor de Melo vencem as eleições. As eleições de 1990 mudam completamente as correlações de forças no país; agora o poder está mais afeito às forças conservadoras (SAVIANI, 1993).

A eleição de Collor marca o início da investida das políticas neoliberais<sup>24</sup> no Brasil. Collor passa a conceber inúmeras reformas no sentido de adaptar o país ao novo paradigma nas relações de trabalho e no processo produtivo. Mudanças essas que em nível de capitalismo

---

<sup>24</sup> Para um melhor aprofundamento sobre a doutrina neoliberal, sua origem e desenvolvimento, ver ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI Pablo. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas e o Estado democrático**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

avançado iniciaram-se na década de 1980 (ANDERSON, 1998). Essas reformas – fundamentais na Teoria das Competências ou da Qualidade Total - objetivavam atender internamente aos ditames do capital internacional.

Interrompido o governo Collor pelo impeachment<sup>25</sup> essas políticas serão mantidas integralmente pelo seu Vice Itamar Franco que, com o impedimento do Presidente, assume oficialmente o governo do país. O “receituário” do neoliberalismo será mantido não só no governo de Itamar, mas sobremaneira durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Período em que os organismos internacionais, como o Banco Mundial, por exemplo, foram os mentores das políticas educacionais do país.

O programa de ajuste do país à política neoliberal passa necessariamente por uma reestruturação do processo produtivo (Antunes (1995). Para que a reestruturação da produção seja exitosa é de fundamental importância que se reorganize o sistema educativo. O trabalhador requerido pela nova concepção de acumulação do capital, a “acumulação flexível”, deve ser um trabalhador diferente do trabalhador exigido pelo modelo fordista. O fordismo, segundo Hirata (1997) “[...] exigia uma massa de trabalhadores semi-qualificados, disciplinados e prestes a cumprir rigorosamente as tarefas prescritas segundo normas operatórias codificadas” (p. 24).

O novo modelo ou novo “conceito de produção”, chamado por alguns de “especialização flexível” requer um trabalhador bastante qualificado e polivalente, capaz de trabalhar em equipe e de tomar decisões que venham viabilizar o processo produtivo (HIRATA, 1997). No dizer de Laval (2004) “o ideal da escola é, daí em diante, o “trabalhador flexível”, segundo os cânones da nova representação do gerenciamento” (p.15).

---

<sup>25</sup> Segundo o Dicionário Aurélio o termo significa impedimento. Ato pelo qual, “no regime presidencialista, se destitui, mediante deliberação do legislativo, o ocupante de cargo governamental que pratica crime de responsabilidade.

Nesse contexto, ao trabalhador se exigiu a apropriação do conhecimento produzido e aquisição de novas competências que lhe permitissem agir prática e intelectualmente (KUENZER, 1992, p. 118).

O projeto Jorge Hage, como ficou conhecido, contemplava os anseios populares por uma educação mais democrática e universal. Porém, as forças conservadoras num ápice de “esperteza” e conservadorismo mataram ainda no ventre as aspirações e desejos das camadas mais progressistas da sociedade no que diz respeito a um projeto nacional de educação que viesse oportunizar a todos os brasileiros uma Educação pública de qualidade, democrática e gratuita.

O Congresso Nacional para adequar as novas exigências do processo produtivo à educação aprovou o projeto de LDB proposto pelo senador Darcy Ribeiro a revelia de toda luta e esforços empreendidos pelos grupos progressistas e organizados da sociedade civil.

Contrariando toda a sua história de educador e de intelectual progressista, Darcy Ribeiro elaborou um projeto de lei que contempla em todos os seus aspectos o ideário neoliberal. Aprovado em 20 de dezembro de 1996, esse projeto passou a se constituir na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 9.394/96.

A LDB 9.394/96 assim define educação em seu artigo 1º: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Na letra da nova LDB (lei 9.394/96), no tocante à garantia de uma educação básica mais geral e universalizada, vislumbramos um avanço relativo. A seção IV, artigo 35 e artigo 36, 2º parágrafo incisos I, II, III e IV, respectivamente, da referida lei trata do Ensino Médio como “etapa final da Educação Básica” e depois como “formação geral” que tem por finalidade a:

Consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; aprimoramento do educando como pessoa humana, incluída a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

O Decreto 2.208 de 17 de abril de 1997 que regulamenta o parágrafo 2º do Artigo 36 e os Artigos 39 a 42 da lei supracitada traz no seu bojo novamente a separação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional. O referido Decreto propõe um aligeiramento da Educação Profissional.

Primeiro, propõe no Artigo 5º que “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este”. Segundo, porque não existe a obrigatoriedade de conclusão da Educação básica para que o sujeito concorra a uma profissionalização. A Educação Profissional tem apenas a função de qualificar, requalificar e reprofissionalizar o trabalhador para o mercado.

Na análise de Silva & Castro trata-se:

[...] de uma proposta anacrônica, porque retoma a concepção taylorista-fordista que separa ciência da técnica, ou seja, o saber do fazer, não proporcionando condições para que se forme como sujeito crítico, participativo e atuante, no sentido de adaptar-se às novas exigências das forças produtivas quais sejam, a ciência e a tecnologia (2003, p. 21e 22).

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva elegeu-se em 2002, por uma grande mobilização das forças progressistas que deste há muito buscavam implantar reformas estruturais que levassem o país à superação da dependência em todos os seus matizes. Um dos seus compromissos com essas forças progressistas ligadas à Educação era uma reformulação no campo educacional.

Passados dois anos de seu primeiro mandato, houve uma tímida reformulação no que se refere ao Ensino Médio e a Educação Profissional. Houve a revogação do Decreto 2.208/97 pelo Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004. O referido Decreto propõe uma integração entre o ensino médio e a Educação Profissional.

No Artigo 4º do Decreto em discussão lê-se: “A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no parágrafo 2º do artigo 36 e 40 e parágrafo único do artigo 41 da Lei 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio” [...]

No Artigo 4º, parágrafo 1º, está explicitado como essa integração se dará:

Primeiro de forma **integrada** oferecida somente para quem já tenha concluído o ensino fundamental [...]. Segundo de maneira **concomitante**, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio [...] pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso. Terceiro, de forma **subseqüente**, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

Apesar de tímidas, as modificações propostas no Decreto 5.154/04 podem alavancar mudanças significativas no Sistema de Ensino Nacional. O ensino médio integrado além de proporcionar uma educação geral possibilita aos jovens condições de conquistarem um lugar no mercado de trabalho, mesmo que isso não se constitua regra numa sociedade desigual como a nossa.

Nesse contexto, mais do que nunca, faz-se mister a construção de um Ensino Médio integrado, na mesma perspectiva da escola unitária pensada por Gramsci, que “conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o entrementes como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige” (Apud, MOCHCOVITCH, 1990, p. 53 e 54).

Não obstante, o que vemos acontecer na realidade é a imposição do projeto Liberal/tecnicista de educação. Daí se fazer necessário que a sociedade civil organizada se mobilize na perspectiva da construção de uma Educação Básica emancipatória, democrática,

única e universal que dê aos estudantes as condições necessárias para adquirir habilidades e competências fundamentadas numa sólida base técnico-científica. É inconcebível a idéia de poder existir técnica sem ciência.

É preciso que se reflita sobre as problemáticas e indefinições do Ensino Médio e do Ensino Profissional no país, com o objetivo de compreender o sentido das Políticas institucionais para este nível de ensino, partindo da relação entre seus processos de elaboração e implementação.

O discurso implícito de escola dualista se materializa através da separação entre Educação básica e Formação profissional. A primeira, através da educação humanística, prepara os futuros dirigentes. Intelectuais, com a capacidade de pensar, decidir e, enfim dirigir a sociedade. A segunda, como que uma educação de “segunda classe”, prepara o trabalhador para desempenhar as funções instrumentais na hierarquia do trabalho.

Esta dualidade estrutural, segundo Kuenzer, faz com que o Ensino Médio no Brasil, constitua-se como o nível de mais difícil enfrentamento. Por sua dupla função, preparar para a continuidade de estudos e ao mesmo tempo para o mundo do trabalho.

Destacamos outra abordagem dessa autora sob a dupla função desse nível de ensino ao se referir à criação do Sistema de Educação Tecnológica em paralelo, inclusive na gerência, ao Sistema Nacional de Educação.

“[...] quando imaginávamos pelo menos superado ao nível das idéias e políticas públicas, o velho principio educativo com sua proposta dualista e antidemocrática ressurgiu das cinzas com todo o vigor e apoio institucional” (KUENZER, 2001, p.50)

Apresenta-se como justificativa para a criação do Sistema a proposta de que a educação tecnológica seria a “solução” para o desenvolvimento do país. Parte-se da constatação de que o desenvolvimento atingido pelos países de Primeiro Mundo só foi possível pelo investimento sistematizado em modernas tecnologias.

Essa visão guarda estreita relação com a “velha e superada” Teoria do Capital Humano<sup>26</sup> que concebe a Educação como determinada pelas leis do mercado. Esta concepção é sistematizada nos documentos do MEC que indicam cursos rápidos, baratos, adequados à demanda de qualificação específica e que trazem retorno individual e social.

Lombardi & Saviani (2005), contrapõem-se a essa visão economicista de Educação, pois consideram que a união entre instrução e trabalho industrial não tem por objetivo simplesmente o aumento da produtividade, visto que seu objetivo principal deveria ser a formação omnilateral e politécnica do homem, ou seja, uma formação integral que considerasse as dimensões mental, física e técnica a qual se opõe à unilateralidade da educação burguesa.

A proposta do Sistema de Educação Tecnológica ao pleitear investimento público na Educação tecnológica representa mais uma distorção na Política de financiamento da Educação no Brasil. Os programas de financiamento usam o discurso da democratização da Cultura, da Ciência e da Tecnologia para acobertar o atendimento aos interesses do capital ao invés de canalizar os investimentos para a universalização da Educação básica e para a expansão e melhoria da qualidade dos níveis de ensino Médio e Superior. (KUENZER, 2001, p.51)

Vistas as reais intenções da Educação Profissional se afirma que a expansão das escolas profissionais não representa avanço no desenvolvimento democrático e sim perpetua as diferenças de classe. Cria-se uma falsa impressão de mobilidade social pela qualificação profissional que é relativa, pois sabemos que existe todo um conjunto de fatores que determinam essa situação.

A Educação Profissional é a negação formal do direito à educação básica e ao acesso a todos os níveis do Sistema Nacional de Educação. Para a formação de homens de segunda

---

<sup>26</sup> Para maior aprofundamento a respeito da Educação como Capital Humano, ver SHULTZ, Theodore. **O Valor econômico da educação**. Tradução WERNEK, P.S., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

categoria, há clientes de uma educação diferenciada segundo sua origem de classe. A cidadania pela metade, só formalmente reconhecida, mas concretamente nunca realizada.

O preparo que a cidadania exige nas sociedades democráticas, fundamental para a igualdade de oportunidades e para o respeito aos direitos humanos, é incompatível com o preparo que o sistema produtivo requer, ou seja, fundamentado na hierarquia e na desqualificação. (KUENZER, 2001, p. 47)

A lógica do projeto neoliberal que vem sendo desenvolvida nos últimos governos, sob a orientação de organismos internacionais, exige que os países mantenham sua pobreza em níveis aceitáveis de maneira que permita a sua integração ao movimento de globalização da economia, sem perturbar a ordem, continuando a serem explorados sem causar problemas.

Pressupõe-se que a História da Educação Profissional no Brasil emerge de uma Educação alienadora que usa o processo de alienação material para afastar o indivíduo do processo de produção e, ao mesmo tempo, do processo de alienação cultural e intelectual para fazer com que ele não se dê conta disso.

### **2.3 – Políticas Públicas de Universalização do Ensino Médio e da Educação Profissional para Atender o Modelo ZFM**

A análise realizada nesse item do presente trabalho estará fundamentada nas Mensagens de Governo desde a década de 1970, 1980, 1990 e 2000, tendo como o último ano de análise o ano de 2006. A Mensagem lida a cada ano, no início dos trabalhos legislativo pelo Poder Executivo, constitui-se numa espécie de “prestação de contas” deste para com o Poder Legislativo, isto é, para com a sociedade. Aí o chefe do Executivo expõe suas ações de governo. Relata de maneira detalhada que projetos foram passíveis de execução e quais aqueles que ainda estarão em pauta para o próximo exercício.

Nas Mensagens Oficiais que os governos enviam anualmente à Assembléia Legislativa no início de cada legislatura, constam as ações de governo nas suas várias áreas de atuação, como saúde, habitação, saneamento básico, economia e finanças, produção, educação etc. Elegeu-se as Mensagens como base de análise das ações dos vários governos do Estado do Amazonas no período estudado, no campo da Educação, de modo especial, as ações voltadas para o Ensino Médio e a Educação Profissionalizante no Estado.

Chama a atenção o fato de que não foi possível encontrar nos arquivos oficiais, nas décadas estudadas, todas as Mensagens. Todavia, não comprometerá o resultado da análise, porque em cada década, apenas uma ou outra Mensagem não foi encontrada.

### 2.3.1 – Na Década de 1970

O Amazonas como todos os estados da Federação pautou suas políticas públicas educacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional da década de 1970 sob a égide da lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, que reformou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961. A lei 5.692/71 “modificou toda a parte da LDB relativa aos ensinos primário e ginásial (1º grau) e colegial (2º grau)” (SAVIANI, 1993, 19).

A partir da Segunda Guerra Mundial disseminou-se, primeiramente entre as nações de capitalismo avançado, a crença de que a educação teria um valor econômico, pois um maior investimento em educação renderia um maior crescimento econômico. Tal ideologia ultrapassou as fronteiras dos países ricos chegando até aos países subdesenvolvidos, ou do Terceiro Mundo (ROSSI, 1980). Segundo os teóricos que defendiam esse pensamento, tal fato não servia apenas para diminuir as diferenças entre as classes sociais, mas também para estreitar as distâncias entre os países ricos e pobres.

O regime político implantado após o golpe de Estado de 31 de março de 1964 exigia uma adaptação do processo educacional à nova Ordem Internacional, já que o novo modelo socioeconômico adotado pelo país, fundamentado na industrialização, passava a exigir.

Essa análise terá início na década de 1970, com a Mensagem de Governo de 31 de março de 1972 do então governador, Eng. João Walter de Andrade, nomeando pelo governo federal para governar o Estado do Amazonas.

O governador procura demonstrar que sua administração estará em consonância com o Governo Federal no sentido de dispensar vultosas somas em recursos financeiros para alavancar o desenvolvimento (leia-se industrialização) e levar o país à modernidade. Daí seu governo buscar investir maciçamente no Estado e ter elegido o setor educacional como prioridade para permitir sua imersão no mundo da modernidade.

O governador tem reservado para o Estado no Orçamento Plurianual de Investimento a quantia de “cerca de Cr\$ 492.198.814,00 (quatrocentos e noventa e dois milhões, cento e noventa e oito mil e oitocentos e catorze cruzeiros) que serão aplicados neste Estado [...]” nos anos de 1972, 1973 e 1974 (ANDRADE, MENSAGEM, 1972, p. 7).

A crença do período, a partir da disseminação da “Teoria do Capital Humano”, é de que o investimento em educação é fator determinante para o crescimento econômico. A esse respeito assim se expressa Schultz (1967, p. 63): “[...] a instrução e o progresso do conhecimento constituem importantes fontes de crescimento econômico”.

Tal teoria vincula direta e imediatamente a questão do desenvolvimento econômico, e da produção à educação, como se o simples acesso aos meios educacionais fossem suficientes para que o indivíduo/trabalhador pudesse galgar melhores condições de vida, Frigotto (1989).

Para os países subdesenvolvidos, entrar na modernidade era sinônimo de industrializar-se. Daí as autoridades governamentais brasileiras assumirem, pelo menos discurso, a

educação como prioridade. Pois a educação, além de importante na formação e qualificação da mão-de-obra era fator fundamental para a mobilidade social.

A fala do Governador João Walter de Andrade deixa claro o quanto a Teoria do Capital Humano influenciou o poder político recém instalado no Amazonas.

Não é fato desconhecido ser a educação um dos insumos mais valiosos para o desenvolvimento das nações, sendo verdade também não desconhecida que, para a educação, o Governo brasileiro vem deslocando substanciais e sucessivas parcelas, por ver, no aprimoramento do homem, no avanço de uma tecnologia onde o dado educacional é uma constante, uma das poucas saídas para se fazer frente ao subdesenvolvimento (ANDRADE, MENSAGEM, 1972, p. 13).

E continua o Governador do Amazonas

[...] um realístico projeto educacional, voltado para a ambiência do Estado, foi deflagrado, com a utilização das mais diversas ferramentas de ação, com o objetivo de dar ao homem desta área uma cultura que não o isole da vida, mas que, por uma afirmação, enriqueça a sua participação como agente das grandes transformações econômicas em direção ao desenvolvimento (ANDRADE, MENSAGEM, 1972, p. 14).

Segundo o Governador João Walter de Andrade a missão do educador na Amazônia é “[...] ganhar o homem para a tarefa de construção do crescimento econômico e social na área” (ANDRADE, MENSAGEM, 1972, p. 14). Nesse período a Zona Franca de Manaus começa a dar seus primeiros passos e, nessa linha de pensamento que atrelava o crescimento econômico à educação, o governo passa a investir na formação de recursos humanos. Nesse intuito, o governo de João Walter de Andrade realizou convênios com as Universidades de Juiz de Fora e de Guanabara para a formação de professores, com o objetivo de regionalizar o ensino. Nas palavras do Governador,

Coroaram o esforço educacional deste governo o começo de implantação da Reforma do Ensino, que ora se desenvolve, e o plano de expansão da rede na capital e no interior. A estes esforços, resultados de um trabalho da equipe governamental no setor da Educação, deve-se acrescentar a realidade próxima da Universidade de Tecnologia da Amazônia, para qual a Secretaria de Educação e Cultura vem desenvolvendo, com os especialistas do MEC, uma ação realística, moldada em padrões desenvolvimentistas para a área (ANDRADE, MENSAGEM, p. 15).

Assim em 1971 o governo cria mais de cinquenta e quatro cursos e a Secretaria de Educação e Cultura realiza convênios da ordem de Cr\$ 7.763.674,86 (sete milhões, setecentos e sessenta e três mil, seiscentos e setenta e quatro cruzeiros e oitenta e seis centavos), para serem aplicados ao longo de 1972, pois segundo o Governador João Walter de Andrade,

[...] no âmbito da ação planejada do governo, o desenvolvimento do setor da educação situa-se como uma das metas básicas, porquanto não se poderia pensar num espaço desenvolvimentista sem a ampliação e o melhoramento do sistema educacional (ANDRADE, MENSAAGEM, 1973, p. 16).

Nesta visão de ampliação do setor educacional com propósito de incrementar o desenvolvimento o Estado mantinha vários cursos de licenciaturas parceladas e de curta duração no interior em convênio com os “campi” avançados e o Projeto Rondon nos municípios de Tefé, Parintins e Humaitá. Objetivava também ampliar tais convênios para o Alto Solimões, abrangendo os cursos de Letras, Estudos Sociais, Ciências, Administração e Supervisão Escolar.

O governo de João Walter de Andrade abraçou a idéia de educação como fator de desenvolvimento com tal veemência que isso fica transparente nos discursos em todas as suas Mensagens, senão vejamos nesse trecho:

Esse programa desenvolvido pelo Estado na área do ensino Superior está imediatamente ligado à formação de mão-de-obra especializada para suprir a extraordinária demanda de pessoal qualificado no setor industrial e para atender a expansão do ensino médio na capital e no interior (ANDRADE, MENSAGEM, 1973, p. 17).

O alinhamento das políticas do Estado às idéias do capital humano também fica claro na implantação de programas de administração escolar fundamentados numa política de planejamento educacional tanto em nível de macro quanto de micro sistema. O governo vai trabalhar na perspectiva de formação de especialistas em educação como Orientadores, Supervisores e Administradores escolares. Além do que trabalhará no sentido de expansão e

recuperação da rede física, no sentido de oportunizar uma maior ampliação do número de alunos matriculados.

No ano de 1972 o governo construiu dez (10) prédios escolares em Manaus e seis (06) no Interior do Estado, totalizando quarenta e cinco (45) salas de aulas, criando oportunidade para oito mil e cem (8.100) novas vagas, com rodízios de três turnos. Além do que foram recuperados ainda trinta e seis (36) prédios escolares na Capital correspondendo a trezentos e dezoito (318) novas salas, com capacidade para cinqüenta e sete mil e duzentos e quarenta (57.240) estudantes. No Interior foram recuperados doze (12) prédios abrigando dez mil e seiscentos e vinte (10.620) estudantes.

Em 1973, através do programa “Operação Escola”, o governo de João Walter investiu o equivalente a Cr\$ 9.314.355,00 (nove milhões, trezentos e catorze mil e trezentos e cinqüenta e cinco cruzeiros) na construção, ampliação e recuperação de unidades escolares; equipamento de unidades escolares na capital, implementação do Sistema de Supervisão e Orientação Pedagógica; implementação da Reforma do Ensino de 1º Grau e implantação e implementação da Escola Polivalente.

Ao abrir os trabalhos legislativos de 1975, numa retrospectiva desde 1971, o governador João Walter de Andrade reafirma que a educação foi, sim, prioridade de seu governo quando diz:

O setor educacional do Estado mereceu especial atenção de minha administração, tendo em vista a relevância do papel que exerce no sentido da formação das novas gerações e de sua importância para o desenvolvimento do Amazonas e de toda a região (ANDRADE, MENSAGEM, 1975, p. 44).

O Ministro Henoah da Silva Reis assumiu o governo do Amazonas em 1975 e governou até 1978. Em sua primeira mensagem, passado um ano a frente do Estado, em 1º de março de 1976, diz reconhecer a importância que a educação tem para o desenvolvimento do Estado. Tanto é que elegeu a educação como uma das metas prioritárias do Plano de

Desenvolvimento do Estado. Daí ter envidado esforços principalmente para estender o acesso ao maior número possível de alunos, a partir da:

Ampliação da rede escolar e melhoramento das condições das escolas já existentes e intensificações dos cursos de alfabetização, do aperfeiçoamento de professores, reforma curriculares, do programa de merenda escolar, educação esportiva e busca de aprimorada cultura (REIS, MENSAGEM, 1977, p. 10).

O Governador Henocho Reis, visando ao atendimento à educação, procurou integrar as ações educacionais às ações do PDA (Plano de Desenvolvimento do Amazonas). Nesse sentido programou e implementou a “Operação Escola” com o objetivo de ampliação e recuperação de grupos escolares.

O Plano de Desenvolvimento do Amazonas (PDA) proposto por Henocho Reis para os anos de 1976 a 1979 tinha na política educacional uma de suas diretrizes prioritárias para o desenvolvimento do Estado. Seus objetivos globais podem assim ser sintetizados:

Reformulação de currículos com vistas à sua adequação às novas exigências pedagógicas e socioeconômicas, buscando-se continuamente o melhoramento da qualidade do ensino e o aumento da produtividade educacional;

Expansão da oferta de matrículas em toda a rede oficial de ensino, a ser obtida através do aproveitamento da capacidade ociosa, da ampliação e recuperação das unidades existentes e da construção de novas;

Aperfeiçoamento do processo de planejamento educacional obedecendo racionalmente suas etapas de execução, acompanhamento, controle, avaliação e replanejamento;

Vigorosa política de capacitação de recursos humanos (REIS, PDA, 1976).

Além desses objetivos que dizem respeito à educação em geral o Plano contava ainda com dois exclusivos para o ensino de 2º Grau. O primeiro que visava,

Criar mecanismos para integrar a escola com a comunidade, sob a forma de estágios supervisionados, como parte da organização curricular e outras organizações comunitárias no âmbito educacional; e o

Segundo mais no sentido do apoio técnico, deveria,

Prestar assistência técnica e financeira às instituições particulares de ensino, visando não só à expansão quantitativa, como também a melhoria do ensino (REIS, PDA, 1976).

Tais objetivos visavam estabelecer mecanismos de integração do sistema educacional com o progresso científico e tecnológico e o sistema social global, como é o caso de toda política educacional adotada pelo governo central do Brasil e pelas unidades federadas, como o Estado do Amazonas, por exemplo, que ora é analisado. Suas ações na área educacional estão relacionadas diretamente ao desenvolvimento, o que deixa claro seu alinhamento a Teoria do Capital Humano.

Como bem afirma Finkel (apud FRIGOTTO, 1989, p. 125),

Los programas nacionales de desarrollo deberán incorporar esfuerzos propios encaminados a: a) Mejorar los recursos humanos y ampliar las oportunidades, mediante la elevación de los niveles generales de educación y salud; el perfeccionamiento y la expansión de enseñanza técnica y la formación profesional, dando relive a la ciencia y tecnología.

Na análise de Frigotto (1989) a Teoria do Capital Humano toma corpo aqui no Brasil exatamente quando o Estado brasileiro se associa ao capital monopolista internacional e se radicaliza o modelo de desenvolvimento altamente concentrador.

A utilização da teoria, aqui também assume uma dupla dimensão. A educação passa a ser evocada como um instrumento de modernização - o fator preponderante, para a diminuição das “disparidades” regionais – subdesenvolvidas, não-desenvolvidas, em desenvolvimento e desenvolvidas – se daria mediante a modernização dos fatores de produção, especialmente pela qualificação da mão-de-obra (FRIGOTTO, 1989, p. 129).

Nessa visão, os governos enfatizam em seus planos e programas a necessidade e importância de se democratizar a educação. Os governos entendiam que o simples acesso a educação já era suficiente para que houvesse distribuição de renda e diminuição da desigualdade social. A fala de Simonsen descrevendo as medidas necessárias para melhorar a distribuição de renda é reveladora nesse sentido:

A primeira dessas medidas consiste em alargar o sistema educacional do país de modo a maximizar a democratização das oportunidades. As grandes diferenças de renda resultam menos da falta de mobilidade social do que das desigualdades do padrão educacional [...] (SIMONSEN apud FRIGOTTO, 1989, 129).

O Governador Henocho da Silva Reis parece ter plena clareza da importância do alargamento da educação no Estado do Amazonas, sobretudo, com o advento da Zona Franca de Manaus. Daí, segundo o Governador, ter priorizado o setor em seu governo. Somados, os recursos do PDA, chegam à quantia de Cr\$ 813.188.000,00 (oitocentos e treze milhões cento e oitenta e oito mil cruzeiros), o que representa 10,2% dos recursos globais deste exercício (REIS, PDA, 1976). O governador, como Professor que era, diz ter assumido a educação como prioridade em seu governo. Nas palavras do governador:

“[...] nessa área, determinamos de logo a comunhão de esforços e a conjugação de interesses no sentido de universalização o mais possível à Educação no Estado. Como Professor, outro não podia ser o comportamento do governante, que não fosse ter a Educação como preocupação básica, premissa indispensável a qualquer processo de preocupação (REIS, MENSAGEM, 1976, p. 17).

Segundo o Governador Henocho da Silva Reis, a política estadual de educação de seu governo galgou-se nas diretrizes nacionais que tinham por princípio a democratização do ensino, através do atendimento da demanda social do ensino de 1º e 2º Graus e supletivo. Para o governador, como resultado dessa política de expansão da rede física, o número de matrículas em 1977 atingiu 188 mil alunos; somente no ensino de 2º Grau foram matriculados 14.744, destes 2.364 no interior do Estado (REIS, MENSAGEM, 1978).

Dentro desse enfoque, a Secretaria de Estado da Educação e Cultura realizou em 1976 as seguintes atividades: acabou com o mini-vestibular para facilitar o acesso da população estudantil ao ensino do 2º Grau e fechou contrato com estabelecimentos particulares de ensino para o atendimento dos alunos egressos do 1º Grau, já que o Estado não tinha como receber

essa demanda em suas escolas. O Estado então fez uma espécie de compra de vagas no valor de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) (REIS, MENSAGEM, 1976).

O Estado aumentou consideravelmente o número de vagas nas escolas oficiais de ensino de 2º Grau, depois que verificou que o problema advinha do mau aproveitamento do espaço. Depois de redimensionar os espaços ociosos, a SEDUC (Secretaria de Estrado da Educação e Cultura), que contava com 7.391 vagas na capital e 554 no Interior, passou a 12.526 e 950 respectivamente, um acréscimo de 5.531 novas vagas.

Como na década de 1970 entra em vigência a lei 5.692/71 que reforma o ensino de 1º e 2º Graus, os governos desse período buscam se adequar à nova lei. O Governo de Henoch Reis (1977) desenvolve ações no sentido de atualização de Currículos e Programas do Ensino de 2º Grau; elaboração de proposta para a implantação do 2º Grau nos municípios de Boca do Acre, Benjamim Constant, Humaitá, São Gabriel da Cachoeira, Manicoré, Tabatinga, Codajás, Nona Olinda do Norte, Borba, Novo Aripuanã e Barcelos.

O governo implementa ações no sentido de treinar os professores que iriam trabalhar nos municípios onde se implantariam o 2º Grau, assim como busca o aperfeiçoamento de Recursos Humanos para as áreas administrativas e pedagógicas para atuar na capital e em alguns interiores.

Pelo exposto pode-se concluir que até praticamente o final da década de 1970 a educação em geral e o Ensino Médio e Profissionalizante – já que a partir da vigência da lei 5.692/71 todo ensino de 2º Grau é compulsoriamente profissionalizante - estava concentrado quase que exclusivamente na capital do Estado.

O analfabetismo, nesta década, grassava todo o Estado. O setor educacional estava totalmente caótico. Porém, como se pode ver a capital do Estado é muito mais bem assistida. Para tentar minimizar essa realidade, o Estado vem envidando esforços no sentido de expandir o ensino de 1º Grau, mas também o de 2º Grau, que por força de lei tem caráter

profissionalizante (Lei 5.692/71). Isto pode ser comprovado pelos dados apresentados na mensagem governamental de 1976.

Em 1975 o Estado contava com um efetivo de 66.728 (sessenta e seis mil e setecentos e vinte oito) alunos matriculado no 1º Grau e 7.205 (sete mil, duzentos e cinco) no 2º Grau. O número de alunos matriculados em 1976 no 1º Grau era de 84.908 (oitenta e quatro mil, novecentos e oito), enquanto no 2º Grau esse número subiu para 12.147 (doze mil, cento e quarenta e sete) alunos matriculados. O que mostra uma diferença de 1975 para 1976 de 23, 122 por cento para maior. Somente o ensino de 2º Grau cresceu 37, 500 por cento no período. (REIS, MENSAGEM, 1976).

O ensino de 2º Grau desenvolvia-se no Estado em dois níveis. Os cursos de nível Técnico: Assistente de Administração, Técnico em Contabilidade, Secretariado, Técnico em Estatística, em Geologia, em Mecânica, em Edificações e Habilitação para o Magistério de 1º grau (1ª a 4ª séries); e cursos de Habilitação Básica: Mecânica, Eletricidade, Eletrônica, Construção Civil, Administração, Comércio, Crédito e Finanças e Saúde.

Em 1977, para ampliar o ensino de 2º Grau, Reis implantou o projeto de Habilitações Básicas na área administrativo-financeira (Família Ocupacional III), que compreendia os cursos de Administração, Comércio, Crédito e Finanças. Tais cursos foram implantados nas escolas Marquês de Santa Cruz, Marcio Nery e Escola Polivalente, com duração de quatro anos, com clientela inicial de 767 alunos. Em 1978 esse projeto deveria estender-se às Unidades Educacionais Benjamim Constant, Colégio Amazonense D. Pedro II, Estelita Tapajós e Ruy Araújo, com duração de três anos e oferta de 3.900 vagas.

Na área tecnológica, “em regime de intercomplementariedade com a Escola Técnica Federal do Amazonas [...] – Família Ocupacional I, que compreende Mecânica, Eletrônica, Eletricidade e Construção Civil, para ser implantado em 1978 na Unidade Educacional

Benjamim Constant, com duração de três anos e clientela inicial de 510 alunos” (REIS, MENSAGEM, 1978, p. 25).

O ensino de 2º Grau sofreu uma grande evolução no Estado na década de 1970. Em 1975 o Estado contava com 7.945 alunos matriculados entre a capital e o interior. Em 1978 esta soma atinge a cifra de 14.790 (catorze mil, setecentos e noventa) alunos em oito de suas Unidades Educacionais de ensino de 2º Grau, e mais 2.200 (dois mil e duzentos) alunos matriculados em escolas particulares com quem o Estado mantinha convênios, perfazendo um total de 16.990 (dezesesseis mil, novecentos e noventa) alunos somente na capital (REIS, MENSAGEM, 1979).

As ações dos governos dessa década (1970) no sentido de universalizar o Ensino de 2º grau no Amazonas foram significativas, assim como a ampliação desse nível de ensino. Entretanto o resultado é pouco animador, considerando que a população residente de 15 a 19 anos no Estado em 1970 que, portanto, deveria estar cursando esse nível de ensino, era de 109.944 habitantes, no entanto, a rede oficial, contando as matrículas mantidas na rede particular, detinha matriculados em 1978 apenas 16.990 alunos.

A compra de vagas em escolas particulares – uma prática comum nos anos 1970 e 1980 - mais do que uma maneira de garantia de direito à educação da classe trabalhadora, funcionou como uma artimanha do Estado para transferir dinheiro público para alavancar os empresários da Educação. Nesse sentido assim se expressa o governador: “Isto permitiu aliviar a pressão da clientela sobre a rede pública. Por outro lado, funcionou como uma injeção de recursos na rede particular, que se ampliou e modernizou” (REIS, MENSAGEM, 1979, p. 14).

Realmente, parece que a estratégia do Estado funcionou. Houve uma proliferação da rede particular, tanto em nível de Ensino Médio como de Educação Profissionalizante –

muitas de qualidade duvidosa. Enquanto isso, embora tenha havido a ampliação da rede física estadual, o padrão de qualidade das escolas públicas estaduais ainda deixava muito a desejar.

É verdade e não se pode negar que, no período, houve um relativo avanço no setor educacional como um todo e no ensino de 2º Grau em particular, principalmente no que se refere ao interior do Estado. Porém, no final da década de 1970 a rede oficial cobria apenas 13 municípios<sup>27</sup> do Estado com o ensino de 2º Grau, perfazendo um total de 3.380 (três mil, trezentos e oitenta) alunos.

No ano de 1978 foi matriculado no ensino de 2º grau nas três séries, na capital e no interior, o total de 20.320 (vinte mil e trezentos e vinte) alunos, dos quais 5.294 concluíram em 1978.

Em mensagem de 1979 à Assembléia Legislativa, na qual o Ministro Henoch da Silva Reis, então Governador do Amazonas, expõe as ações do último ano de seu mandato, se expressa com orgulho de ter elegido a educação como prioridade de governo.

O desafio, que nos propomos, tão logo assumimos o Governo do Estado, foi não deixar sem escola, pelo menos em Manaus, nenhuma criança em idade escolar, o que felizmente conseguimos até agora, graças à eficiência, esforço e boa vontade da equipe que escolhemos para dirigir o setor educacional, ideal que coincide com a meta proposta pela UNESCO, de levar a totalidade das crianças à escola primária (REIS, MENSAGEM, 1979, p. 14).

José Lindoso, o último dos governadores indicado pelo poder ditatorial para governar o Amazonas, começa seu mandato em 1979, final da década de 1970 e início da década de 1980. Assim como seus antecessores acredita ser a educação fator de fundamental importância para que o Estado chegue ao desenvolvimento socioeconômico. Por isso, segundo o Governador José Lindoso, logo que assumiu o poder: “executou programas sob a coordenação da Secretaria de Educação e Cultura e órgãos vinculados, tanto na expansão e

---

<sup>27</sup> Em 1978 a rede oficial cobria com o ensino de 2º grau apenas os municípios de Barreinha, Boca do Acre, Borba, Benjamim Constant, Coari, Codajás, fonte Boa, Humaitá, Itacoatiara, Manacapuru, Manicoré, Maués, Nova Olinda do Norte, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, Tabatinga, Tefé, Urucará e Nhamundá

aproveitamento mais rentável da rede escolar como na melhoria da qualidade do ensino” (MENSAGEM, 1979, p. 107).

Além do atendimento no sentido de expandir o acesso à escolaridade, desenvolveu ações diretamente para ampliar o ensino de 2º Grau. Para tanto, criou um Centro Intercolegial no Distrito Industrial com capacidade para três mil alunos para atender a parte especial do currículo de 2º Grau.

Nessa mesma linha, sempre procurando elevar o índice de matrículas, as ações do governo vêm de encontro a tal objetivo. Para viabilizar esse propósito investiu na construção de escolas. Neste ano de 1979 construiu e entregou devidamente equipadas 22 unidades escolares, das quais 18 nos municípios do interior do Estado para o ensino de 1º grau. Além de construir novas unidades, também atuou na recuperação e ampliação entregando 118 unidades devidamente equipadas para o funcionamento do ensino de 1º e 2º graus, sendo 62 no interior.

Essa ação resultou num aumento de 26,3% no número de salas de aula. Em 1978 o Estado contava com 4.329 salas de aula, chegando a 5.468 em 1979. Esse resultado fez com que houvesse uma considerável ampliação no número de matrículas, quando o Estado do Amazonas atingiu a cifra de 149 mil alunos matriculados no 1º grau, 21 mil no 2º grau e 24 mil no supletivo.

Somando-se as redes federal, estadual, municipal e particular foram atendidos 273 mil alunos de 1º grau e 28 mil de 2º grau, representando um acréscimo de 10% e 4,6% respectivamente, em relação a 1978 (LINDOSO, MENSAGEM, 1979).

Mesmo reconhecendo o avanço, pelo menos quanto à ampliação da rede física e do aumento efetivo no número de matrículas, a presença do Estado no setor educacional, como pode ser constatada já no final da década de 1970 era ainda muito deficitária – na capital um pouco menos – porém nos municípios do interior a situação chegava a ser calamitosa.

Nos poucos municípios e mesmo na capital, onde eram oferecidos cursos técnicos e de habilitação, estes funcionavam de mal a pior, pois além das instalações serem precárias faltava laboratórios, bibliotecas, material didático-pedagógico. Se não bastasse, os professores que ministravam aulas, na sua grande maioria, não possuíam habilitação para trabalhar com esse nível de ensino. Então, o que acontecia na verdade era uma verdadeira improvisação.

### 2.3.2 – Na Década de 1980

O governo de José Lindoso na década de 1980 tem a mesma política de seus antecessores. Trabalhará no sentido de promover o alargamento educacional nos níveis iniciais e de 2º grau, principalmente atuando na expansão da rede física. Isso fica evidente no seu discurso na abertura dos trabalhos legislativos de 1980, quando assim se expressa:

Na expansão da rede escolar, foi iniciada a construção de 9 unidades para ensino de 1º grau, sendo 2 na capital e 7 no interior do Estado, nos municípios de Parintins, Boca do Acre, Manicoré, Autazes, Tapauá, Coarí e Manacapuru; 1 centro de estudos supletivos para atender 3 mil clientes (sic); de 1 centro intercolegial no Distrito Industrial para atender a parte especial do currículo do 2º grau, com capacidade para 3 mil alunos. Todos serão entregues com os equipamentos necessários (LINDOSO, MENSAGEM, 1980, p. 107).

E continua o Governador José Lindoso,

[...] as filosofias preconizadas pelo Plano de Governo vêm, igualmente, sendo perseguidas com afinco, de sorte que possa alcançar uma melhor qualidade de ensino, ao mesmo tempo que aproxima o processo educacional, o mais possível, da realidade de vida do homem amazonense, sobretudo o do interior (LINDOSO, MENSAGEM, 1980, p. 137).

Como pode ser observado, no Amazonas do início dos anos 1980, apesar dos discursos dos governos dizerem que a educação era prioridade de suas administrações, o ensino do 2º grau ainda não chegava a todos os municípios do Estado.

Existe no Governo de José Lindoso uma forte tendência para alinhar o setor educacional ao progresso, ao crescimento econômico, ao desenvolvimento, o que fica claro nessa fala do Governador:

Definiu-se, igualmente, no Plano de Governo o direcionamento para um ensino integrado à realidade e aos valores culturais amazonenses e voltado para a profissionalização do indivíduo no seu meio – providência julgada indispensável para a política de fixação do homem ao seu “habitat”, de fundamental importância para o processo de desenvolvimento (LINDOSO, MENSAGEM, 1980 p. 141).

Atrelar o progresso econômico ao processo de investimento em educação era a tônica dos discursos de muitos teóricos da economia da educação, como Schultz e outros. Todos teóricos surgidos no seio dos países avançados. Tal discurso foi assumido pelos governos dos países latino-americanos, e que, na sua maioria, viviam sob regimes ditatoriais.

Somente com um investimento maciço em educação, pensavam eles, poderiam tirar seus países da situação de miséria absoluta em que se encontravam. Entretanto, essa visão pedagógica não busca questionar a estrutura produtiva, as relações de produção na qual seus países estão inseridos nem o lugar que estes ocupam na divisão internacional do trabalho no modo de produção capitalista.

Essa visão pedagógica conservadora acredita que o processo econômico dos países virá quando cada indivíduo for capaz de, pela educação, conquistar o seu desenvolvimento.

Numa crítica a essa visão educacional, Rossi (1980) diz que para os conservadores a escola tem como função, além de outras, a de “[...] dar a cada indivíduo uma profissão de modo a permitir-lhe assumir seu “lugar na sociedade” e contribuir para o “bem comum” (p. 25).

Na e pela escola, o trabalhador, de maneira individual passa a acreditar que a “escola é a via do seu acesso às classes dominantes” (Rossi, 1980, p. 28), pois cada sujeito que souber “aproveitar” de maneira correta a oportunidade de se escolarizar, conseguirá por mérito

pessoal transpor a barreira da exclusão; ideologia que se torna hegemônica, não só através da educação, mas também por ela.

Essa argumentação é totalmente irreal visto que

[...] não é o nível de escolaridade que define o padrão de remuneração salarial, mas o mercado de trabalho que impõe ao trabalhador de todos os níveis as normas às quais estes, são obrigados a aderir, sem qualquer possibilidade de mudá-las, pelo menos ao nível individual (ROSSI, 1980, p. 69).

O Governador José Lindoso, persegue no Amazonas, a mesma meta de política educacional que era proposta pelo Governo Federal, bem na ótica da Teoria do Capital Humano<sup>28</sup>, ou seja, ampliar o mais possível o acesso dos brasileiros a escolarização, uma vez que essa era a única saída para os países pobres, subdesenvolvidos chegarem ao tão esperado desenvolvimento.

Os teóricos dessa tese chegavam a demonstrar com dados estatísticos tal fato. Segundo Rossi tais pensadores conservadores afirmam que,

[...] os países onde a educação escolar é mais desenvolvida e generalizada são aqueles que apresentam maior progresso econômico e social; que a pessoa educada percebe maiores salários que o analfabeto, e que uma pessoa com maior número de anos de escolaridade ganha mais do que outra com menos (ROSSI, 1980, p. 17).

Schultz (1967) compara o investimento no sistema educacional ao que é feito na exploração de petróleo e no aperfeiçoamento das técnicas extrativas. Assim se expressa: “De modo semelhante, é ‘lucrativo’ a existência de um sistema educacional organizado para descobrir talento humano, e que busca desenvolver a sua técnica para alcançar este objetivo” (p. 56).

---

<sup>28</sup> Segundo Rodrigues (2008) apud Frigotto, a Teoria do Capital Humano surgiu nas décadas de 50/60 no bojo das teorias do desenvolvimento, nos grandes Centros capitalistas. Esses teóricos acreditavam que o investimento em educação isto é, em capital humano permitiria aos países subdesenvolvidos saírem dessa condição, assim como aos indivíduos, pois lhes garantia além de melhores empregos e conseqüentemente melhores salários, permitia-lhes mobilidade social. Ver também LAVAL, Christian. A Escola não é uma empresa – O neo-liberalismo em ataque ao ensino público, principalmene o capítulo 2: Do conhecimento como fator de produção, p. 21-38.

Nessa perspectiva, o Governo conseguiu expandir consideravelmente a escolarização no Estado em nível de ensino de 2º Grau. Em 1981 a rede estadual atendeu 21.884 alunos, sendo 16.383 alunos em suas 12 escolas na capital e 3.435 no interior.

Através de escolas conveniadas foram atendidos mais 1.766 alunos na capital e 300 no interior. No ano seguinte, 1982, o ensino de 2º Grau no Estado alcançou o total de 28.708 alunos, dos quais 16.412 em 20 escolas da capital e 6.463 em 33 escolas da rede estadual no interior e mais 5.833 em 12 escolas particulares conveniadas. Todavia, se comparado ao total da população residente de 15 a 19 anos em 1980 que era de 160.647 habitantes, essa parece ser uma quantia ainda muito aquém da expectativa.

Apesar de todo investimento na expansão da rede física escolar, o sistema estadual em 1982 ainda não possuía vagas suficientes para atender a demanda. O Estado comprou 3.300 vagas em onze escolas da rede particular de 2º Grau para atender a demanda, o que custou para o erário público a quantia de Cr\$ 52.280.000,00.

Com o advento da Zona Franca de Manaus, o Governo começava vislumbrar o horizonte do crescimento econômico. Daí a necessidade de se ampliar as oportunidades educacionais, no sentido de qualificar mão-de-obra para as indústrias que estavam se instalando e as que ainda viriam a se instalar no Pólo Industrial.

O ano de 1982 é o último da intervenção do poder ditatorial no Estado do Amazonas. Com a abertura política iniciada durante o governo do então Presidente Gel. João Batista de Figueiredo foi permitido eleições diretas para governadores de estado e prefeitos de capitais. A abertura política concedeu ainda anistia a muitos presos políticos que puderam voltar ao país e concorrer às eleições de 1982.

Gilberto Mestrinho, governador cassado pelo golpe em 1964, volta ao Amazonas e se torna o primeiro Governador eleito democraticamente depois de 1964 e assume o poder do Estado em 1983.

Em mensagem ao Poder Legislativo em 1984, o Governador Gilberto Mestrinho ao analisar seu primeiro ano de mandato como governador eleito pelo voto popular, assim se expressa:

A formação integral do educando como célula inicial para o surgimento, no futuro, de uma sociedade mais justa, é o modelo educacional que esta administração pretende levar à comunidade estudantil de nosso Estado, nos quatro anos de gestão. Esta formação para a juventude de nosso Amazonas será embasada numa Educação Regionalizada, pois é necessário que a criança e o jovem aprendam a ser amazônida do Amazonas (MESTRINHO, MENSAGEM, 1984, p. 93).

Como seu antecessor, tem o mesmo discurso de assumir a educação como meta prioritária de governo, bem como não mediria esforços para fazer com que a educação chegasse a todos os amazonenses.

Segundo o Governador Gilberto Mestrinho em 1983, o Estado do Amazonas tinha um total de 267.837 (duzentos e sessenta e sete mil, oitocentos e trinta e sete) alunos matriculados, dos quais 23.559 somente no 2º grau, sendo 16.765 (dezesesseis mil, setecentos e sessenta e cinco) na capital e 6.794 (seis mil, setecentos e sessenta e quatro) alunos matriculados no interior, o que corresponde a um crescimento de 3,8% em relação a 1982.

O governo de Gilberto Mestrinho para 1983, em consequência desse crescimento e do grande número de criança em idade escolar fora da escola, direciona os recursos “para a área de construção, ampliação, recuperação e modernização de prédios escolares, na tentativa de aumentar o número de salas de aulas e, por via de consequência de oportunidades educacionais (MESTRINHO, MENSAGEM, 1984, p. 94).

O Governador Gilberto Mestrinho em Mensagem de 1986 assim se expressa: “Agora no Amazonas todos têm vagas” [...] (MENSAGEM, MESTRINHO, 1986, p. 55). Para que isso fosse viabilizado o governo deu ênfase à ampliação física da rede escolar. Durante 1985 foram construídas 181 escolas, sendo 15 na capital e 166 no interior, somando 265 salas de

aula, além da recuperação de mais 235 escolas, 46 na capital e 191 no interior, criando assim, 32.220 novas vagas, distribuídas do pré-escolar ao ensino de 2º grau.

Na abertura dos trabalhos legislativos de 1987, o Governador Gilberto Mestrinho assim se expressa:

Se for por vaga escolar ninguém ficará sem estudar no Amazonas. Nem em Manaus e nem no interior. A afirmação dita no início do Governo Gilberto Mestrinho, foi cumprida. Construindo uma escola a cada três dias, o Governo projetou o ensino como um serviço público a serviço de todos, fomentando o gosto pelo estudo para milhares de jovens. Mais do que isso: o Governo promoveu a qualidade do ensino melhorando escolas, aumentando os salários dos professores e instituindo o ensino regionalizado adequado as condições de cada área ou município (MESTRINHO, MENSAGEM, 1987, p. 57).

Nota-se na fala acima que há um empenho no sentido de ampliar a rede física para expandir o mais possível a escolarização no Estado. Porém, mesmo estando presente no discurso a questão da qualidade do ensino parece não se efetivar de fato na prática no dia-a-dia escolar. Os administradores estavam preocupados em mostrar números. Mas como observa Bezerra (2003, p. 50),

[...] a expansão quantitativa e extensão da escolaridade foram-se processando de forma desordenada, construindo-se um número cada vez maior de escolas, sem diminuir o *déficit* quantitativo de vagas, sobretudo para atender aos anos iniciais da escolaridade.

Os governos iam se alternando no poder e a cada mandato via-se ampliar o número de escolas e de vagas, todavia, o *déficit* não diminuía, na mesma proporção. O Governador Gilberto Mestrinho, como visto anteriormente, diz em sua mensagem de 1987 que por falta de vagas no Amazonas ninguém ficaria sem estudar. O Governo se orgulha do número de escolas construídas e das vagas disponibilizadas a cada ano. Porém, o Estado desconhecia que a evasão e a repetência eram fatores preponderantes, na questão da falta de vagas nas escolas da rede pública. Faltava-lhe um diagnóstico preciso do sistema escolar do Estado, pois,

construir escolas para abrigar o fracasso sem cuidar da qualidade do trabalho que será realizado dentro delas, pode interessar aos políticos, aos empreiteiros, mas certamente não à sociedade e aos usuários do sistema de ensino (MELLO apud BEZERRA, 2003, p. 50).

É bem verdade que na década de 1980/90 quase não houve alternância de poder. Afora José Lindoso e Paulo Pinto Nery, que governaram o Estado até a abertura política do Presidente João Batista de Figueiredo, o Estado do Amazonas, nesse período foi administrado apenas por Gilberto Mestrinho e Amazonino Mendes. Talvez seja essa a razão pela qual os indicadores educacionais no Estado tenham sido tão baixos, apesar de os governos, nos discursos, terem “investido” tanto em educação, ou melhor, terem “construído” um grande número de escolas no período.

A Secretaria de Estado da Educação no final da década de oitenta, em 1989 mais precisamente, contava com 401 escolas destinadas ao ensino de 1º Grau sendo 128 na capital e 273 no interior e 90 escolas que atendiam ao ensino de 2º Grau, 33 na capital e 57 no interior.

O Amazonas careceu de um verdadeiro plano educacional que visasse realmente melhorar o ensino público no período. Pelo exposto fica claro que investir em educação é mais do que construir escolas, uma vez que apesar da busca pela ampliação da rede física para expandir a escolarização, no Amazonas o sistema é

[...] incapaz de manter o alunado e de promovê-lo gradualmente, até a conclusão do curso. Grande parte dos matriculados abandona a escola (ou dela é expulso). Nos anos de 1986 a 1990 a evasão no primeiro grau esteve muito alta, em torno de vinte e dois por cento (BEZERRA, 2003, p. 94).

O Governador Amazonino Mendes, ainda no final da década (1987), continua com as mesmas preocupações de seus antecessores. A meta é investir na ampliação de vagas na rede pública estadual para estender o ensino a uma parcela cada vez maior de cidadãos. Na fala do Governador:

As diretrizes governamentais para o setor educacional tinham como meta: construção, equipamentos e operacionalização de escolas para a formação de técnicos de nível médio, voltados para a vocação da população interiorana nas especialidades de pesca, madeira, construção naval e mineração (MENDES, MENSAGEM, 1988, p. 77).

Segundo o Governador Amazonino Mendes também é prioridade de seu governo, no âmbito educacional,

[...] dotar o corpo docente da SEDUC de condições que incentivem a melhoria de qualidade de ensino, através de treinamento, reciclagem, participação em seminários, cursos, congressos e remuneração justa e compatível com as disponibilidades financeiras do Estado (MENDES, MENSAGEM, 1988, p. 77).

Para viabilizar seu projeto o Governador trabalha no sentido de ampliar, recuperar e construir novas escolas. Em 1989 recupera 41 escolas o que beneficiará 53.738 alunos. Foram ampliadas 23 escolas e construídas mais duas novas, abrindo mais 2.200 novas vagas. No Interior foram recuperadas 18 escolas o que possibilitou o atendimento a 14.030 alunos e a construção de mais dez, ampliando as vagas para 4.560.

Segundo o Governador Amazonino Mendes, a Secretaria de Estado da Educação e Cultura (SEDUC) contava com o seguinte quadro físico e funcional. Trinta e dois mil quatrocentos e noventa e cinco (32.495) servidores entre professores, técnicos em educação e auxiliares administrativos; administrativamente estava dividida em dezenove (19) Unidades Educacionais na capital com 135 escolas e 33 no interior com 309 escolas; com um total de 180.114 alunos matriculados na capital e 172.726 nos municípios do interior do Estado.

No final da década de 1980, apesar do “investimento” na expansão da rede física, o Estado ainda comprava vagas nas escolas da rede particular de ensino, uma prática muito comum no início da década de 1970.

A implantação do Programa de Compras de Vagas junto a Rede Particular de Ensino de 1º e 2º Graus importou em NCz\$ 7.620.145,1 (SETE MILHÕES, SEISCENTOS E VINTE MIL, CENTO E QUARENTA E CINCO CRUZADOS NOVOS E DEZOITO CENTAVOS) (MENDES, MENSAGEM, 1990, p. 80).

O Governador Amazonino Mendes, além de atuar para ampliar a rede física, também, pelo menos no discurso, procura desenvolver ações no sentido de capacitar o corpo docente e técnico da SEDUC. Para tanto, realizou um encontro regional de educação onde reuniu professores e técnicos da Secretaria em colaboração com a Fundação Universidade do Amazonas para discutir o ensino de 2º Grau. Deste encontro surgiu um documento intitulado “Uma Política para o ensino de 2º Grau no Amazonas” de onde se originou o Programa de Reorganização do ensino público de 2º Grau.

A partir desse encontro, foram elaborados todos os componentes curriculares dos cursos não profissionalizantes semestrais e seriados. Instituiu-se o Programa de Reforma do Ensino Público de 1º e 2º Graus Regular, implantado no início de 1988. O ensino de 2º Grau foi reorganizado da seguinte maneira: ensino profissionalizante em três anos; ensino profissionalizante em um ano através do Instituto de Educação Profissional e ensino não-profissionalizante seriado em três anos.

O que se pode observar é que apesar do esforço considerável na expansão da rede escolar oficial, na década de 1980, sobremaneira na oferta de vagas, o Estado ainda apresenta uma defasagem de “atendimento de 20,4% da população na faixa etária de 7 a 14 anos; elevadas taxas (21,5%) de repetência e evasão [...]” (BEZERRA, 2003, p. 102 e 103).

Ainda na análise da mesma autora a situação do 2º Grau também não é nada boa. Esse nível de ensino apresenta vários problemas quais sejam:

[...] baixo índice de aprovação, significativa taxa de evasão, baixa qualidade do ensino ministrado; insuficiência de equipamentos para a efetivação do currículo na prática; e falta de maior integração escola comunidade, dificultando o cumprimento do estágio curricular (BEZERRA, 2003, p. 103).

Para melhorar o nível do ensino de 2º Grau, propõe elevar em 4,0% o índice de aprovação, todavia não diz como isso será atingido. Pelo visto suas metas para o ensino de 2º Grau não alcançaram seus objetivos. Para o ensino profissionalizante haverá uma

reestruturação física, administrativa e curricular de quatro escolas da capital, onde serão implantados quatro Institutos Profissionalizantes que atenderá 500 alunos. Na verdade esse é número muito baixo, se considerado o universo de 29.900 alunos matriculados para esse nível de ensino em 1988 sendo 19.341 somente na capital do Estado.

### 2.3.3 – Na Década de 1990

Analisando as mensagens governamentais observa-se que existe uma tônica recorrente desde a década de 1970. Primeiro a de que a educação é meta prioritária em todos os programas de governo. Segundo é que para todos os governos, priorizar o setor educacional é atuar no sentido de ampliar a capacidade da rede física para expandir e democratizar a escolaridade para todos.

Isso fica evidente na análise feita nos discursos dos governadores nas mensagens governamentais. Segundo o Governador Amazonino Mendes, o seu governo construiu em 1990 treze novas escolas na capital, com a oferta de 166 salas de aulas, beneficiando 19.920 alunos. No interior foram construídas oito escolas com oferta de 70 salas de aulas, o que beneficiaria 8.400 alunos. O que representa 21 novas escolas com 236 salas de aulas, beneficiando 28.320 alunos.

Segundo o Governador Amazonino Mendes, o Estado aumentou em 5% o número de vagas no interior e em 11,6% na capital, o que corresponde a uma média de 8,38% em todo o Estado. Para o Governador, esse foi o maior crescimento na oferta de matrículas na capital durante os últimos dez anos. Tal fato possibilitou a oferta de 97.880 novas vagas em 1990. Nesse ano sobraram segundo dados do Governo, 18.723 vagas na rede oficial do Estado (MENDES, MENSAGEM, 1991).

O Governador Gilberto Mestrinho em 1991 volta ao poder para seu terceiro mandato. Passados quase dez anos de seu primeiro mandato, o discurso de Mestrinho a respeito da

política educacional para o Estado continua o mesmo. Seu governo deverá continuar a política de expansão, recuperação e construção de unidades escolares. Segundo o Governador, tal ação permitiu ao Estado atender a mais de vinte mil novos alunos, comparando-se a 1990/1991 (MESTRINHO, MENSAGEM, 1992), visto segundo Gilberto Mestrinho,

A educação sempre foi e é uma prioridade de nosso Governo. Através dela, pode-se preparar as gerações de hoje para a solução de problemas do amanhã, para enfrentar e diminuir as dificuldades de vida, que exigem maior competitividade e, ao mesmo tempo, preparar as populações emergentes para os desafios futuros. A população educada e escolarizada poderá combater, com conhecimento, as inconveniências que lhe são impostas (MESTRINHO, MENSAGEM, 1993, p. 23).

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 1991 a população de 10 a 19 anos de idade somava 542.261 habitantes, o que corresponde a 25,78% do total da população do Amazonas, que à época era de 2.103.243 habitantes.

O que causa estranheza quanto à política de expansão e ampliação da rede física no Estado é que, na sua mensagem oficial de 1991, o Governador Amazonino Mendes diz que “sobraram 18.723 vagas na rede oficial do Estado”. Já em 1993, o Governador Gilberto Mestrinho constrói 20 escolas e reforma outras 30, o que representa um total de 22.290 novas vagas, 13.920 na capital e 8.370 no interior o que ainda não é suficiente para atender a demanda.

O quadro funcional da SEDUC era o seguinte: professores 25.573; Técnicos em educação 646; administrativos 6.753. Tinha um total de 489 escolas, sendo 154 na capital e 335 no interior do Estado. O total de alunos matriculados era de 475.321 alunos do Pré-Escolar ao Ensino Médio em todo o Estado.

O Governador Gilberto Mestrinho, em mensagem de 1994, relata seu investimento na ampliação e expansão da rede física oficial. Nesse período, constrói trinta e oito novos estabelecimentos de ensino, totalizando 531 novas salas de aula, possibilitando a geração de 71.683 novas vagas. Ampliou 19 escolas, disponibilizando, assim, mais 10.665 novas vagas.

O quadro funcional da SEDUC em 1994 era de, segundo dados oficiais, 39.713 funcionários, dos quais 28.047, ou seja, 71% eram professores (MESTRINHO MENSAGEM, 1994).

Segundo o Governador Gilberto Mestrinho seu plano de “realizar uma grande reforma no sistema de ensino no Amazonas é uma realidade” (MENSAGEM, MESRINHO, 1994, p. 39), isso porque ampliou a rede física. Mestrinho entende que reformar o “sistema de ensino” consiste apenas em construir escolas. O seu governo planejou e construiu um modelo novo de escola os conhecidos GM3, que se mostraram, na prática, de muito pouca funcionalidade.

O Governador Gilberto Mestrinho diz ter realizado uma “reforma no ensino” no Estado do Amazonas. Apesar da propalada reforma, o Governador Amazonino Mendes, ao assumir seu segundo mandato, reconhece o baixo índice na qualidade do ensino na rede oficial.

Nas palavras do Governador “a baixa qualidade do ensino ministrado, faz permanecer, de forma insistente, acentuados índices de evasão e reprovação” (MENSAGEM, AMAZONINO, 1995, p. 27). Segundo o Governador Amazonino Mendes a própria estrutura organizacional da SECUC “dificulta a operacionalização do sistema educacional em nosso Estado” (idem, 27).

O Governador Amazonino Mendes já deixa transparecer no seu discurso a nova linha metodológica que orientará as políticas educacionais no Estado. No Amazonas, os Governos assumem de maneira explícita o modelo neoliberal que na educação se materializa na Pedagogia das Competências ou da Qualidade Total.

Segundo o Governador Amazonino Mendes, para reverter esse quadro o seu governo irá promover a “valorização do magistério e a assistência ao estudante” (idem, ibdem). Pelo visto tais medidas ficaram apenas no discurso, ou então em ações que se pode julgar errôneas, como por exemplo, a compra e distribuição de materiais escolar de péssima qualidade e, em

muitos dos casos, comprados por um preço acima do praticado no mercado, pois na prática, não têm o efeito desejado. Quanto à “valorização do magistério”, os professores, ainda estão a esperar por esse dia.

O processo pedagógico não pode ser analisado sem que seja considerado o contexto socioeconômico no qual está inserido, isto é, sem uma visão da totalidade. Essa categoria no dizer de Lowy (2003) “significa a percepção da realidade como um todo orgânico, estruturado no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto” (p. 16).

No dizer de Antunes (1995), quando o processo produtivo se reestrutura, toda a sociedade também se reestrutura. A década de 1980 se caracterizou por grandes mudanças no mundo do trabalho. Dentre as várias mudanças ocorridas nesse período o autor destaca:

Grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica, invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital; vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários; o fordismo e o taylorismo já não são únicos e se mesclam com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo [...] sendo em alguns casos até substituídos, como a experiência japonesa a partir do toyotismo, permite constatar (ANTUNES, 1995, p. 16).

Tais modificações, embasadas no neoliberalismo, tiveram início em nível mundial desde o início dos anos de 1970, mas intensificaram a partir do início dos anos 1980/1990. No Brasil esse processo de reestruturação produtiva teve origem no início dos anos 1980, mas acelerou-se nos anos de 1990 com a abertura econômica proposta e implementada pelo Governo Collor e, mais tarde, aprofundada nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FILGUEIRAS, s.d; RAMOS, 2002; ANTUNES, 1995).

Essa nova maneira de organizar o processo produtivo modifica as relações sociais de produção. “Como consequência e, ao mesmo tempo, reforço, afirma-se com uma força

extraordinária a ética individualista”, como afirma Frigotto<sup>29</sup> (2002, p. 14). O que passa a interferir direta e profundamente no discurso e na prática pedagógica dos anos 1990 e 2000.

Na análise de Frigotto (2002), “no campo pedagógico esta ética manifesta-se sob as noções de competência, competitividade, habilidade, qualidade total, empregabilidade” [...] (p. 14). Não se fala em emprego, mas em empregabilidade. O indivíduo precisa adquirir competência para que seja absorvido pelo mercado de trabalho.

O mercado é exigente e só os mais “capazes” isto é, os mais competentes terão acesso a ele. Na produção flexível, no dizer de Ramos (2002), houve um deslocamento conceitual da noção de qualificação para a noção de competência. Ainda segundo a autora “[...] o conceito de qualificação, no que apresenta de mais objetivo, ordenou historicamente as relações sociais de trabalho e educativas, frente à materialidade do mundo produtivo” (p. 41).

A qualificação garantia ao trabalhador posto de trabalho, isto é, um emprego, uma carreira profissional e uma remuneração que variava de acordo com sua qualificação e que estava fundamentada na formação e no diploma (RAMOS, 2002).

Já a noção de competência ou de competências

[...] não se deduzem automaticamente dos saberes. A profissionalização, quer dizer, a construção de competências ou de competência, exige mais que os saberes. Em consequência, a construção de competência coloca em causa os conteúdos da formação, os métodos da transmissão e a certificação pelo diploma (ROCHE, apud, RAMOS, 2002, p. 62).

Daí, no dizer de Roche (apud RAMOS, 2002, p. 63), “entre a qualificação, no seu sentido conceitual, e as competências, existiria uma distância importante”. Sem embargo, Ramos discorda dessa posição e prefere acompanhar Bollon e Duboi “quando dizem que a qualificação não pode se reduzir à noção de competência porque esta subestima a dimensão social das relações de trabalho” (2002, p. 68).

---

<sup>29</sup> As citações de FRIGOTTO, Gaudêncio encontram-se no prefácio do livro de Marise Nogueira Ramos, **A Pedagogia das Competências: Autonomia ou Adaptação?** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

O mundo rígido do modelo produtivo do fordismo é substituído por outro modelo mais flexível e que adéqua a produção à lógica do mercado. Tais transformações afetam diretamente as relações de trabalho, onde direitos historicamente conquistados são fragilizados, “de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase” (ANTUNES, 1995, p. 17).

Nesse mundo flexível, a qualificação certificada pelo diploma já não garante ao sujeito um lugar no mercado de trabalho, isto é, um posto de trabalho. Nesse sentido, o modelo de competências o colocaria sempre em estado de empregabilidade. O modelo de competência atribui ao sujeito individualmente a responsabilidade pelo seu sucesso ou insucesso profissional.

No mundo produtivo fala-se da busca da qualidade pelas empresas para que aumentem sua produtividade, para que se tornem competitivas. Esse mesmo discurso é adotado na educação. Segundo Frigotto, “instaura-se uma reforma educativa autoritária e em consonância com o ajuste neoliberal tanto no plano institucional quanto no plano da concepção educativa” (2002, p. 16).

Ainda na concepção de Frigotto (2005), “as reformas educacionais dos anos 1990, mormente a orientação que balizou o Decreto 2.208/96 e seus desdobramentos, buscam uma mediação da educação às novas formas do capital globalizado e de produção flexível” (p. 73).

Agindo em sintonia com essa política educacional, o Governador Amazonino Mendes, no Amazonas, em mensagem governamental de 1996, já adota essa nova orientação. Em discurso, o Governador diz que é necessário resgatar “[...] a credibilidade da escola pública e da **qualidade do ensino** (grifo nosso), através de uma política educacional que assegure oportunidade igual para todos” [...] (MENDES, MENSAGEM, 1996, p. 40).

O Governador Amazonino Mendes não fica só no discurso, procura implementar ações de governo para adequar-se à política neoliberal. Daí o Governador ter partido imediatamente

para uma reestruturação administrativa do Estado, começando com o enxugamento da máquina estatal, já que a instituição do Estado mínimo é uma das orientações da doutrina neoliberal.

A Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos corta um número significativo de servidores, de 39.233 servidores em janeiro de 1995, com o “ordenamento” adotado pelo Governo, passa-se a 25.975 servidores, uma redução de 35,9%.

Objetivando a se adequar as orientações neoliberalizantes, o Governador Amazonino Mendes propõe uma reestruturação no Ensino Médio e na Educação profissional. Tal propósito, segundo Amazonino Mendes, visa qualificar melhor o estudante com vistas a atender ao mercado de trabalho. Nesse intuito o Governo criou sete Centros de Excelência Profissional<sup>30</sup>, dos quais três já deveriam ser instalados em 1996.

Esses Centros funcionariam nas seguintes escolas, com especialidade nos cursos: Sólton de Lucena (Contabilidade); Colégio Estadual Dom Pedro II (Turismo); Instituto de Educação do Amazonas – IEA (Magistério de 1ª a 4ª série, para 1997); colégio Djalma Batista (Enfermagem e Patologia Clínica); Escola Estadual Petrônio Portela (Eletrônica e Eletrotécnica); Colégio Castelo Branco (Administração) e Escola Francisca Botinelly (Humanidades) (MENDES, MENSAGEM, 1996).

A efetivação dos Centros de Excelência Profissional acima mencionados resultou na desativação de dezesseis escolas estaduais onde funcionavam cursos profissionalizantes que atendiam a população jovem no Estado. A desativação<sup>31</sup> desses cursos pelo Estado não se justifica, já que o Governo em mensagem dirigida à Assembléia diz que objetiva “reestruturar” o Ensino Médio e profissionalizante para qualificar melhor o estudante com vistas a atender ao mercado de trabalho.

---

<sup>30</sup> Conforme Resolução 76/97 do Conselho Estadual de Educação do Amazonas, aprovada em 29 de agosto de 1997.

<sup>31</sup> A respeito da desativação das Escolas Técnicas no Estado do Amazonas, ver Dissertação de Mestrado de Ágida Maria Cavalcante dos Santos sob o título: “Processo de Desativação das Escolas Técnicas Estaduais no Amazonas”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFAM.

Verdadeira essa assertiva, o Governo não poderia desativar os cursos existentes, mas sim, reestruturá-los e reorganizá-los, num processo de ampliação do número de vagas para que assim, viesse atender à juventude que deseja ingressar no ensino profissionalizante na busca de conquistar um lugar no concorrido mercado de trabalho.

Há claramente uma enorme distância entre o discurso e a prática, pois na abertura dos trabalhos legislativos de 1997 assim se pronuncia o Governador Amazonino Mendes:

O princípio norteador da política educacional do Estado é o fortalecimento da escola, considerando o aluno foco privilegiado no processo educativo. No ano de 1996, a oferta de vagas obteve um incremento de 7% em relação ao período de 1995, o mesmo acontecendo com o número de salas de aulas que foi de 10,5%. O destaque desta política é o projeto Centro de Excelência Profissional, que se caracteriza por um novo modelo de escola de 2º grau, que vai possibilitar um ensino profissionalizante e acadêmico altamente qualificado, compatível com as novas e rápidas transformações tecnológicas e científicas, formando jovens capazes de suprir com eficiência as necessidades de recursos humanos de um mercado competitivo (MENDES, MENSAGEM, 1997, p. 21).

Os cursos técnicos desativados em 1996 seriam substituídos pelos cursos oferecidos nos Centros de Excelência, porém para as dezesseis escolas profissionalizantes desativadas, o Governo criou apenas sete Centros de Excelência, e o que é mais grave, apenas três funcionariam no ano de 1996. Na prática apenas quatro desses Centros chegaram a funcionar. Essa ação demonstra que o Governo não está priorizando a educação profissionalizante como propala em seu discurso.

O Governo de Amazonino Mendes também não levou em consideração o mercado de trabalho demandado pela Zona Franca de Manaus, ao desativar esses Cursos Técnicos. E o que é pior, o projeto “Centro de Excelência Profissional” não vingou, pois teve apenas a duração do mandato do governador que o idealizou.

Pelos dados apresentados na pesquisa de Santos (2003), as escolas onde se desenvolviam os Cursos Técnicos na rede estadual contribuíam para capacitar e qualificar “quadros em nível médio para atender ao mercado comercial e industrial, sobretudo do Estado

e da Zona Franca de Manaus” (p. 16). A desativação dessas escolas a partir de 1998 deixou a rede estadual com uma deficiência de mais de 9.000 vagas no que concerne ao ensino profissionalizante.

Para Santos “a ausência das Escolas Técnicas Estaduais destruiu, assim, o axioma de que a Escola prepararia para o trabalho e, conseqüentemente, o exercício da cidadania” (2003, p. 17).

A desativação das Escolas Técnicas Estaduais está de acordo com a política neoliberal, que é de abrir o mais amplamente possível o setor para a iniciativa privada. A partir desse período houve um aumento considerável de escolas profissionalizantes mantidas pela iniciativa privada. Enquanto em 2005 a rede estadual matinha 350 alunos na Educação Profissional de Nível Técnico, a rede privada contava com um total de 3.949 alunos matriculados. A partir de 2006, com a criação do CETAM, há um crescimento significativo no número de alunos matriculados na rede estadual, no entanto a rede particular ainda apresenta um número bem acima daquele da rede estadual e maior ainda que o número do ano anterior, somando 4.064 alunos<sup>32</sup>.

O Governador Amazonino Mendes descreve um quadro bastante otimista da educação no Estado em 1999. Segundo o Governador,

Temos um quadro na Educação no Estado, que não é diferente dos demais serviços, cuja solução é, também, gerencial e operacional. Dispomos de uma rede física de educação das melhores do País, com escolas modernas, civilizadas e dignas do ponto de vista físico. É bem verdade que existem lacunas geográficas, dado o crescimento gigantesco e desordenado da cidade de Manaus, situação que se agrava com a preferência que a sociedade vem fazendo pela rede pública em relação à rede particular de ensino (MENDES, MENSAGEM, 1999, p. 21).

O governador esquece que essa “preferência” que a sociedade vem dando a rede pública, é fruto do arrocho salarial e da crise econômica, fruto da abertura econômica e do

---

<sup>32</sup> Conforme dados apresentados no Censo Escolar 2005/2006, capturado no site [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br) em 12/08/2008 às 10h36min horas.

processo de privatização iniciada pelo governo Collor e continuada nos dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso. Tal situação tem levado a classe média a fazer opção pela escola pública já que não consegue manter seus filhos na rede particular de ensino.

No Amazonas, os governos entendem que escola se faz apenas com salas, cadeiras e quadro-de-giz. A maioria das escolas da rede estadual não possui biblioteca, quadra de esportes, laboratório e outros equipamentos de fundamental importância para o bom desenvolvimento pedagógico.

Os governos sucessivamente têm esquecido que a construção de uma escola está para além das salas de aulas. E que somente assim, se alcançará a tão propalada qualidade na educação. Pelo visto, no que diz respeito à educação com qualidade, muito ainda precisa ser feito. O próprio Governador Amazonino Mendes na mesma mensagem reconhece que ainda são muitos os problemas vividos pela educação no Estado:

[...] na verdade, temos uma enorme deficiência no que diz respeito à qualidade do ensino; embora o setor tenha tido um avanço gigantesco no Governo anterior, resente-se, exatamente em relação, como se disse, ao gerenciamento e à operacionalidade (MENDES, MENSAGEM, 1999, p. 22).

Entretanto, nas entrelinhas de seu discurso o Governador encontra um culpado para a “enorme deficiência no que diz respeito à qualidade do ensino no Estado”. O problema reside no “gerenciamento e na operacionalização” não na falta de políticas educacionais de Estado que venham de encontro às demandas populares. Mais adiante diz ser

[...] notório o despreparo metodológico e intelectual da rede escolar, seja por desleixo ou por falta de visão política educacional brasileira, seja pela alimentação decenária do espírito reivindicativo, apoiado pela opinião pública e por teóricos ou segmentos políticos que plasmam a ausência total de autocrítica do setor (MENDES, MENSAGEM, 1999, p. 22).

Como pode ser observar o problema não está nas políticas educacionais de Estado, mas sim na falta de “gerenciamento” ou no “despreparo metodológico e intelectual”. O

Governador não afirma, mas deixa transparecer nas entrelinhas que o grande responsável é o professor. Por isso, Amazonino Mendes crer ser muito fácil a resolução desse problema, para isso, propõe

[...] caminhos inteligentes e rápidos, valorizando o professor, através de cursos apropriados de reciclagem com conseqüente avaliação em exame compatível, e estimulando-o através de premiação, instituindo gradação nas escolas em busca de padrão com vistas a conferir-lhes autonomia econômico-administrativa, criando o espírito emulativo, numa irradiação da capital para o interior, visando a, no prazo de quatro anos, estruturarmos uma rede de ensino absolutamente vitoriosa, seja no padrão físico, seja na política remunerativa (idem, ibd., p.22).

Fica claro no discurso do Governador Amazonino Mendes que o grande problema da falta de qualidade no processo de ensino na rede oficial está no professor. Sendo assim, fica fácil resolver tal problema, basta que o professor seja “reciclado” através de “cursos compatíveis”, - entenda-se por “cursos compatíveis” programas de treinamentos específicos, ações estas que muitas vezes retira o professor de sala e não lhe acrescenta quase nada. Além disso, o professor deverá ser estimulado no seu espírito “emulativo” isto é, se trabalhar de acordo com o “receituário” será recompensado financeiramente, do contrário, ficará sem qualquer reposição salarial.

Ações desse tipo é um estímulo ao individualismo, bem na ótica da reprodução flexível, pois gera a competição entre os membros da categoria, desestimulando qualquer ação coletiva. O acompanhamento de desempenho do professor é realizado a partir de um processo avaliativo.

Tais ações tipificam que o governo estadual está alinhado às políticas e metas do governo central que vem desde o final dos anos 1980 e início da década de 1990, seguindo fielmente as orientações neoliberalizantes dos organismos internacionais que se fundamentam numa ética individualista.

Na análise de Castro et. al. (2006),

a avaliação institucional da educação brasileira, proposta pelo G-7 por intermédio dos organismos internacionais de cultura, como a UNESCO, OREALC, CINTERFOR, em parceria com os organismos financeiros BID, GATT, CEPAL, é um complexo e eficaz mecanismo de re-significação política (p. 25 e 26).

Tal avaliação se fundamenta em categorias que privilegiam a iniciativa privada e seduzem a todos, levando-os a acreditarem que só existe saída pelas vias do Neoliberalismo, isto é do capital. Então se fala numa educação que possibilite a formação flexível, a polivalência, a competitividade e a Qualidade Total. Somente assim poderia surgir uma sociedade eficiente e competitiva, porém gestada a partir da iniciativa privada, pois o Estado tem se mostrado ineficiente no trato da coisa pública.

Tanto o governo estadual quanto o federal falam de Qualidade Total, porém a realidade é de “[...] pouca ou nenhuma qualidade. A qualidade total, na visão econômica neoliberal, é que conduzirá o país ao ingresso na economia globalizada” (CASTRO, et. al., 2006), p.29.

No entanto, o Estado do Amazonas contava até o início dos anos 2000 com apenas uma Universidade, mantida pelo Governo federal e uma mantida pelo Governo estadual, o UTAM (Instituto Tecnológico da Amazônia), criado no início dos anos de 1970. E o que é pior, a nível federal, a partir da “onda” neoliberal, a nação assiste a um sistemático sucateamento das Instituições de Ensino Superior, para justificar a ideologia de que o Estado é ineficiente na gestão da coisa pública, o que justificaria a proposta privatista do grupo que estava no poder.

Dessa maneira, sem investimento nas Universidades, fica difícil de o país “ingressar na economia globalizada”, pois como bem analisa Castro et. al. (2006), “sem um projeto educativo consistente não existe domínio de tecnologia. Nessas condições, os países industrializados pensam os modelos e os não industrializados apenas realizam” (p. 30). Nessa perspectiva, o Governador Amazonino Mendes diz que o governo deve abandonar

[...] por completo conceitos até então estanques de solução para o setor (educacional) [...] e atuar numa [...] visão globalizada, sem se importar com os eventuais esperneios provocados, aqui e acolá pelos historicamente superados, que empunham, dolosa ou culposamente, a bandeira do atraso com a rotulação de modernidade (MENDES, MENSAGEM 1999, p. 22).

Na fala do Governador vê-se nitidamente que há um propósito em desqualificar os setores progressistas da sociedade que lutam para ver garantidos os direitos constitucionais dos cidadãos principalmente no que respeita a educação de qualidade para todos, pois “em uma sociedade democrática e moderna, a qualidade da educação é um direito inalienável de todos os cidadãos, sem distinção” (SILVA, 1999, p. 52).

No final da década de 1990 ainda se fala em ampliação do acesso escolar, mas a tônica do discurso se volta para a questão da qualidade. No dizer do Governador Amazonino Mendes,

[...] o grande empenho do Governo do Amazonas na área da educação, está voltado para o aprimoramento da qualidade do ensino e para a ampliação do acesso escolar, metas elegidas como prioritárias, em consonância com a política nacional de educação (MENDES, MENSAGEM, 2000, p. 23).

Na análise aqui desenvolvida fica claro que, para os diversos governos, ampliar a rede física consiste simplesmente na construção de salas de aulas equipadas com cadeiras e quadro-de-giz. Quando esses governos falam em investimento em educação, deve-se entender recuperação ou construção de novas escolas, que não contam com um mínimo de infraestrutura. Mais uma vez é importante chamar a atenção para o fato de que a maioria das escolas da rede oficial de ensino não dispõe de quadra de esportes, laboratórios, auditórios e bibliotecas.

Como pode ser visto em 1997, para um efetivo de 488.672 alunos, a rede estadual de ensino contava apenas com 215 bibliotecas. E o pior, muitas vezes aquilo que o governo chama de biblioteca é apenas um amontoado de livros, numa sala de aula adaptada, sem as

mínimas condições de atendimento ao alunado, ou porque o espaço é inadequado ou porque a escola não dispõe de pessoal treinado para o serviço.

No final da década de 1990, o Ensino Médio foi reestruturado com uma nova matriz curricular para, segundo o Governador Amazonino Mendes, aproximar o alunado das novas exigências da sociedade, incluindo disciplinas como Informática, Sociologia e Filosofia.

Essa proposta de reestruturação do Ensino Médio atendia apenas a algumas escolas, oitenta na capital e setenta e uma no interior, atingindo 95.115 alunos, com a previsão de crescimento para 2000, de 10 a 15 por cento. Tal crescimento estava atrelado ao financiamento do Ensino Médio por organismos internacionais como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), a partir da elaboração – com a assessoria da UNESCO – do Plano de Reforma e Expansão do Ensino Médio (PEM).

No que diz respeito à Educação Profissional, o Estado passou a oferecer os cursos de pós-médio nos Centros de Excelência Profissional (CEP's). Todavia, mais do que um crescimento na oferta de oportunidade para os jovens amazonenses, tal mecanismo se transformou numa maneira de excluir os jovens do acesso ao ensino profissional. O Sistema institui a partir de 1999, os exames de seleção para o curso de Magistério no Centro de Excelência Profissional (CEP) Instituto de Educação do Amazonas e para o Ensino Médio no Colégio Amazonense D. Pedro II.

O Amazonas, contando apenas as escolas da rede oficial, fechou a década de 1990 com um total de 489 estabelecimentos de ensino, sendo 173 na capital, 316 no interior. O quadro de docentes era de 16.057, dos quais 3.444 atuavam no Ensino Médio. O Estado contava em 1999 com um total de 479.959 alunos matriculados, destes, 109.449 no Ensino Médio<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> Cf. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino, Departamento de Planejamento e Gestão Financeira, Gerencia de Estatística; Indicadores Educacionais 1998 a 2003 (p. 9 e 12).

### 2.3.4 – Na Década de 2000

O Estado do Amazonas inicia os anos 2000, segundo dados dos Indicadores Educacionais da SEDUC (1998 – 2003), com o seguinte perfil educacional. Entre a rede particular e oficial de ensino, o Estado contava com um total de 954.841 alunos, sendo que destes, 480.847 alunos estavam matriculados na rede estadual de ensino, dos quais 106.623 estavam matriculados no Ensino Médio. O Estado contava com um total de 32.968 professores, dos quais 15.774 compõem a rede Estadual e destes, 3.606 estavam lotados no Ensino Médio.

A Secretaria de Estado da Educação e da Qualidade de Ensino pauta suas ações em quatro grandes eixos quais sejam: 1) Expansão e Melhoria da Base Física; 2) Gestão Autônoma na Escola; 3) Revitalização Pedagógica; e 4) Desenvolvimento Profissional.

Segundo o Governador Amazonino Mendes a partir da primeira ação - Expansão e Melhoria da Base Física - o Estado poderia atender não só a população que se encontra fora do Sistema, mas também o crescimento vegetativo da demanda e ainda eliminaria o turno intermediário e abandonaria a compra de vagas da rede de ensino particular. Segundo o Governador, “para dois mil e um (2001) estão previstas 24.960 novas vagas decorrentes da construção de 20 escolas com 230 salas e da reforma e ampliação de 44 escolas com 21 novas salas de aula” (MENDES, MENSAGEM, 2001, p. 125).

O eixo três – Revitalização Pedagógica – na visão do Governador,

Tem o objetivo de garantir a qualidade do processo educativo formal e não-formal com a adoção de novas metodologias, recursos tecnológicos, ações curriculares e complementares indutoras do desenvolvimento intelectual, crítico e criativo dos alunos (MENDES, MENSAGEM, 2001, p. 132).

O Governador Amazonino Mendes pretende viabilizar o eixo três a partir de várias ações, que segundo ele, seriam necessárias para a efetivação dessa política, isto é, “garantir a

qualidade do processo educativo”. No que concerne ao Ensino Médio, destacam-se alguns projetos como o Proinfo, programa responsável pela informatização das escolas.

Daí surgiu o Centro de Informática Benjamim Constant – CEINFOR. Todos os alunos da rede oficial estavam obrigados a cumprirem uma carga horária de 80 horas em Informática. O Centro também tinha como objetivo a capacitação dos professores que trabalhavam no Ensino Médio. Porém, em fins de 2001, apenas três escolas da rede estadual estavam informatizada.

É preciso observar também que a informatização das escolas, propalada pelo Governador Amazonino Mendes como forma de efetivar a adoção de “novas metodologias e recursos tecnológicos”, está simplesmente jogando com as palavras, pois apenas as secretarias das escolas recebiam computadores para o trabalho administrativo. Os computadores não serviam como ferramentas para os professores e alunos no sentido de auxiliar no processo ensino-aprendizagem.

Outro programa dentro do terceiro eixo foi o projeto “Tempo de Acelerar”. A finalidade prática desse programa era diminuir o grande índice de distorção idade-série nas estatísticas oficiais. O Governo, através da Secretaria de Estado da Educação e da Qualidade do Ensino (SEDUC), selecionou e treinou mil e cem orientadores/professores que trabalhariam com todas as disciplinas do Ensino Médio. O aluno em menos de um ano e meio de estudos, poderia concluir essa modalidade de ensino.

Não precisa uma análise muito demorada para perceber que esse programa contradiz a busca da qualidade para a educação requerida e buscada nas lutas de educadores progressistas. Uma qualidade que está embasada na redução das desigualdades sociais (SILVA, 1999). Entretanto, está muito bem afinada à teoria da Qualidade Total, proposta pela nova direita que prega a polivalência. Um professor/orientador deveria dar conta de trabalhar todas as disciplinas, da Física à Língua Portuguesa.

No campo do “Desenvolvimento Profissional”, o quarto eixo de ação do Governo pautou-se principalmente pela habilitação, graduação e plenificação de docentes. Apesar de o Governador falar que a área de desenvolvimento profissional do Sistema Educacional vinha “recebendo atenção especial principalmente na destinação de recursos para habilitação, capacitação e atendimento integral do profissional da educação” (MENDES, MENSAGEM, 1999, p. 136), o Estado ainda não conta com um programa de incentivo ao aperfeiçoamento profissional para os professores do quadro.

A valorização do Magistério é uma tônica nas mensagens de todos os governos aqui analisados. O Governador Eduardo Braga se orgulha em dizer que nos últimos quatro anos a SEDUC formou mais Mestres e Doutores do que nos 35 anos anteriores.

O que ele não diz é que o professor quando é aprovado num programa de Mestrado ou Doutorado necessita pedir “Licença para Interesse Particular”, isto é, o professor se afasta da função sem remuneração se quiser dar continuidade a sua formação profissional, pois o Estado não libera o professor com ônus pela Secretaria, para dar continuidade a seus estudos. Certamente o mérito por tão grande quantidade de Mestres e Doutores é mais dos professores, que sacrificaram seus salários, do que do Estado.

Ao término de seu terceiro mandato, em mensagem anual dirigida à Assembléia Legislativa em 2002, assim se expressa o Governador Amazonino Mendes: “Cumprindo o terceiro mandato de governador, exatamente no último ano de exercício, vale marcar, tanto quanto possível, o pensamento que norteou a ação básica do meu terceiro governo” (MENDES, MENSAGEM, 2002, p. 15).

Segundo o Governador o “pensamento que norteou a ação básica” de seu terceiro mandato foi a educação.

O grande empenho do meu governo tem sido proporcionar uma Escola Pública de **Qualidade**, para as crianças, jovens, e adultos, por entender que o **conhecimento** é o único caminho para uma ação verdadeiramente libertadora. Com tal percepção, orientamo-nos por uma filosofia educacional, que estimule, no próprio ambiente escolar, a capacidade de reflexão, de aprendizado, de crítica e de criação, buscando transformar os jovens em cidadãos preparados para uma convivência social justa e igualitária (MENDES, MENSAGEM, 2002, p. 270).

Na análise do Governador Amazonino Mendes, o seu governo empreendeu uma verdadeira revolução tanto na dimensão quantitativa quanto qualitativa na educação do Amazonas. No que diz respeito à dimensão quantitativa, o Estado disponibilizou um total de 88 mil novas vagas, o que representa uma evolução em 20% em relação ao número anterior de vagas. No que diz respeito à dimensão qualitativa, o Estado desenvolveu uma “reforma radical e permanente na própria concepção de escola e na sua filosofia de educação” (idem, ibdem).

O discurso modernizador do Governador Amazonino Mendes se mostra muito bem alinhado a “ideologia neoliberal da Qualidade Total” (SILVA, 1999.p. 47) apregoada pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial, por exemplo, e que passou a orientar as ações dos governos nas décadas de 1990 e 2000.

O que vem se percebendo, efetivamente, com auxílio dos estudos e das pesquisas, é que a qualidade na educação não passa de oratória. São desenvolvidas campanhas de grande repercussão na mídia, mas que na prática, no chão mesmo da escola, não produzem os resultados divulgados. Concluí-se, então, que nem quantidade nem qualidade. Nem a realidade nem a cópia. É a cópia da cópia (SILVA, 1999, p. 61).

Apesar de o Governador Amazonino Mendes falar de “reforma radical na própria concepção de escola e na sua filosofia de educação”, o que vem acontecendo é o distanciamento da discussão do processo pedagógico, da questão do ensino e da aprendizagem em si. O que se coloca como pressuposto para a qualidade na educação é o financiamento e a compra de novas tecnologias como mecanismo para engendrar a qualidade. Porém não se discute currículo.

Os Centros de Excelência Profissional, criado em 1996, pelo governo de Amazonino Mendes, em 2001 já estavam desativados pelo mesmo governo e já se apresenta uma nova modalidade de escola para o Ensino Médio, as Escolas de Tempo Integral. Assim como os Centros de Excelência Profissional as Escolas de Tempo Integral exigem exame de seleção para que os jovens possam ingressar nessas escolas, o que faz ver que o discurso propalado pelo Governo de promoção da Qualidade nas escolas públicas do Estado é falacioso, pois como diz Silva (1999), “qualidade para poucos não é qualidade, é privilégio” (p. 52).

Ao iniciar seu primeiro mandato a frente do Governo do Estado do Amazonas, Carlos Eduardo de Souza Braga, falando do seu compromisso com a educação, assim se dirige a Assembléia Legislativa:

Os investimentos nessa área estão acontecendo, e acontecendo celeramente: investimentos em EDUCAÇÃO, no exercício de 2003, algo em torno de 500 milhões de reais na SEDUC, algo mais de 75 milhões de reais na UEA e algo mais de 9 milhões de reais na CIENCIA E TECNOLOGIA, através da FAPEAM<sup>34</sup> e da SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, significando que o Estado avançou muito na solução do problema educacional (BRAGA, MENSAGEM, 2003, p. 13).

O Governador Eduardo Braga mantém o mesmo discurso de seus antecessores principalmente no que concerne a educação. Porém, seguindo as metas dos organismos internacionais, deve prioritariamente investir na Educação Básica. Nessa linha diz Braga:

A Educação Básica é fundamental no alicerce da escolaridade e de que um ensino de qualidade só é possível pelo trabalho de professores capacitados em escolas que disponham de condições adequadas ao processo ensino-aprendizagem, o Governo do Estado não perdeu de vista esses dois pressupostos em programas, projetos e ações para o setor educacional (BRAGA, MENSAGEM, 2003, p. 20).

Reafirma o compromisso com a construção de novas escolas e a recuperação das já existentes no sentido de ampliar o número de vagas. O Governo de Eduardo Braga, em 2002, ampliou em 37.530 novas vagas a rede estadual de ensino.

---

<sup>34</sup> Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM.

No que se refere ao Ensino Médio o governo de Eduardo Braga criou o “Programa Qualidade do Ensino Médio” e o “Programa Qualidade da Educação Profissional”. O primeiro programa foi desenvolvido a partir do “Projeto Escola Jovem”, que tem a finalidade de “formar cidadãos a partir do desenvolvimento no jovem aluno de competências e habilidades que possam contribuir para a análise e resolução de problemas no contexto em que está inserido” (BRAGA, MENSAGEM, 2003, p. 20). O segundo, “Programa Qualidade da Educação Profissional”, desenvolveu-se a partir de ações que visavam qualificar

[...] o aluno em relação ao mercado de trabalho, com o oferecimento de cursos de Educação Profissional de nível básico e técnico, tendo como foco a satisfação das exigências do mercado de trabalho, com direcionamento específico ao Pólo Industrial de Manaus, cada vez mais competitivo e, portanto, exigente na contratação de profissionais (Idem, ibdem).

Essa proposta de ensino implementada pelo Governo de Eduardo Braga traz de volta o velho e antigo dilema da dualidade que acompanha o Ensino Médio há anos no país. A uns – os filhos das elites - é dada a oportunidade de uma formação geral e a outros - os filhos dos trabalhadores - apenas a preparação profissional de nível básico e técnico, isto é, a educação passa a ser tomada como simples treinamento; como adestramento para o trabalho. Uma visão bem estreita de educação.

Essa conduta do Governador Eduardo Braga pautada pela manutenção da dualidade e voltada para a Teoria do Capital Humano, agora na sua nova versão – a Pedagogia das Competências e da Qualidade Total – vai de encontro aos interesses das classes populares da construção da escola unitária na perspectiva gramsciana. Para Gramsci a escola unitária é a chave para criar uma nova relação entre educação e trabalho (DIEDERICH, 2000).

O conceito de omnilateralidade que Gramsci resgata em Marx está imbuído de significado. Nessa perspectiva, segundo Diederich (2000), a educação deve contribuir “na transformação dos indivíduos em sujeitos. Nesse processo o homem constrói a consciência de

pertencer a uma classe social, no sentido de construir e consolidar uma nova concepção de homem e de sociedade” (p.62).

A visão de educação defendida pelo Governador Eduardo Braga é totalmente diferente daquela defendida por Marx e Engels e por Gramsci, visto que na perspectiva de Marx e Engels (apud, DIEDERICH, 2000) a educação não deve apenas instrumentalizar o aluno, isto é, treiná-lo para executar tarefas, mas sim, deve lhe oferecer condições de pensar a si e ao mundo e, se vendo nele (mundo), propor alternativas de transformação.

O Governo de Eduardo Braga tem, não só o discurso, mas também a prática norteadas pelas diretrizes dos organismos internacionais, como proposta de reestruturação do ensino visando fundamentar as bases neoliberais nos países chamados “emergentes”. Esses organismos internacionais vinham “apontando o ensino técnico como ineficiente, ineficaz e custoso em relação às suas finalidades” (RAMOS, 2002, p. 403).

No contexto da reestruturação sofrida no mundo do trabalho, mais do que uma simples mudança conceitual no uso de determinados conceitos, tem uma dimensão política. Daí a troca do conceito de qualificação pelo de competência no mundo do trabalho. A qualificação valoriza a dimensão política, tem um sentido social, pois valoriza as relações sociais que se dão entre os trabalhadores. Já o conceito de competência tem um caráter mais individual e tende à despolitização dos sujeitos (RAMOS, 2002).

A reprodução flexível necessita não mais daquele (empregado) operário formado na perspectiva do modelo fordista/taylorista, qualificado para executar tarefas pré-estabelecidas, pois o novo modelo requer um trabalhador ágil, que pense rápido e que seja capaz de tomar decisões em benefício da produção (RAMOS, 2002).

Nessa perspectiva o Governador Eduardo Braga cria e implanta, em julho de 2003, o CETAM<sup>35</sup> – Centro de Educação Tecnológica do Amazonas. O CETAM é o órgão do Estado

---

<sup>35</sup> O Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM foi criado pela Lei 2.816 de 24 de julho de 2003 no Governo de Eduardo Braga, conforme Diário Oficial no. 30.183.

responsável pela Educação Profissional em todo o Estado do Amazonas nos níveis básico, técnico, tecnológico e de pós-graduação. Isso significa que a Educação profissional saiu do âmbito da Secretaria de Estado da Educação, pois o CETAM possui orçamento próprio. Além da Educação Profissional é responsável também pela informática educativa e de inclusão digital do Governo.

O Governo de Eduardo Braga procura dar uma resposta bem a gosto da reestruturação do trabalho e da reprodução flexível, tanto na sua constituição como na sua ação. Com a criação do CETAM o Estado deixa de oferecer Educação Profissional de maneira permanente e efetiva pra todos os alunos matriculados no Ensino Médio.

Cada curso no CETAM é um projeto específico; não há atividades permanentes. A oferta se condiciona a avaliação concreta das demandas; a equipe docente é ajustada a cada curso; os cursos são ofertados em instalações próprias e/ou por meio de parcerias; oferece cursos presenciais e a distância.

Tal proposta de Educação Profissional materializa a dualidade nessa modalidade de ensino. O que é mais grave, o Ensino Médio no Estado não tem identidade, já que se encontra na contramão do que diz o artigo 22 da LDB, pois a educação básica – que inclui o Ensino Médio – tem por finalidade “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Na análise de Ramos (s.d),

[...] esta última finalidade deve ser desenvolvida precipuamente pelo ensino médio, uma vez que entre as suas finalidades específicas incluem-se “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando”, a serem desenvolvidas por um currículo que destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura [...] (p. 1).

No Estado do Amazonas, o jovem que deseje/necessite obter uma profissão na etapa média da educação básica encontra-se impossibilitado pelo formato de Ensino Médio e de

Educação Profissional oferecidos pelo Estado. Terá que fazê-lo por um curso de pós-médio ou então terá que optar por um curso de qualificação profissional, que, diga-se de passagem, não pode estar no mesmo nível da Educação Profissional.

Em 2005, o Estado do Amazonas segundo dados oficiais, tinha matriculado um total de 530.069 alunos, sendo 276.704 na capital e 253.365 no interior. No Ensino Médio regular o Estado contava com um total de 103.893 alunos matriculados, dos quais 93.548 somente na rede estadual. Destes, 6.385 cursavam a Educação Profissional estando assim distribuídos: 350 alunos matriculados na rede estadual, 2.086 na rede federal e 3.949 em escolas particulares.

No ano seguinte (2006) quase não teve alteração no quadro geral. O número total de alunos matriculados no Ensino Médio regular era de 103.921 alunos, dos quais 93.530 estavam matriculados nas escolas estaduais de nível médio. Estava assim distribuído: a Educação Profissional contava com 7.690 alunos, destes a rede federal tinha 1.896 alunos matriculados, a rede privada possuía 4.064 alunos e a rede estadual contava apenas com 1.730 alunos<sup>36</sup>. Os dados nos fazem perceber que há um crescimento expressivo da rede particular de ensino no que concerne à Educação Profissional no Amazonas.

A formação de professor da rede oficial aconteceu somente no final da década de 1990, quando da vigência da LDB 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. A partir daí muitos governadores, como é caso do Governo do Amazonas, criaram programa para habilitar o quadro da rede estadual.

No Amazonas, apenas 2,8% dos professores que trabalhavam na rede oficial nas séries iniciais – 1º ao 5º ano em 2002 tinham formação superior. Esse percentual, em 2004 chegava a apenas 12%, o que é um índice ainda muito baixo se comparado a outros estados da federação. No Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano esse índice chega a 62% e no Ensino

---

<sup>36</sup> Os dados analisados aqui constam do Censo Escolar 2005/2006 e foram capturados no site do INEP, [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br) no dia 12 de agosto de 2008 às 10h36min.

Médio atinge os 82, 9%. Esse índice chega em 2005 a 96% do total dos professores da rede oficial.

O Governo Eduardo Braga inicia seu segundo mandato à frente do governo do Amazonas dizendo que

[...] preparar o Amazonas para o futuro tem sido o objetivo deste Governo, perseguido desde os nossos primeiros dias de mandato; tudo isso com planejamento estratégico e visão do amanhã, o que nos permite assumir o compromisso de fazer mais e melhor nos próximos quatro anos (BRAGA, MENSAGEM, 2007, p. 13).

Daí que na área educacional as metas deverão ser alcançadas a partir da estruturação de seis programas, que deverão atingir todas as modalidades de ensino, quais sejam: “Desenvolvimento de Programas Especiais; Aprimoramento da Educação Diferenciada; Aprimoramento do Ensino Fundamental; Aprimoramento do Ensino Médio; Gestão de Política de Educação e Apoio Administrativo” (Idem, p. 46).

Como a finalidade deste trabalho é analisar e discutir as políticas públicas direcionadas ao Ensino Médio e a Educação Profissional, ater-se-á ao item “Aprimoramento do Ensino Médio”. O Governo fala de aprimoramento do Ensino Médio, porém não chega a ventilar sobre Educação Profissional, pois continua com a mesma política do seu primeiro governo, no qual a Educação Profissional está a cargo do CETAM. Segundo o Governador o Estado irá efetivar esse programa a partir do desenvolvimento de “ações no sentido de aprimorar, técnica e pedagogicamente, docentes e gestores por meio do PROMED”<sup>37</sup>.

Na perspectiva deste “aprimoramento” o Governo criou e implantou em alguns municípios do interior o Ensino Médio modular e seriado. Desenvolveu ações para

---

<sup>37</sup> PROMED – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio, desenvolvido pela Secretária de Estado da Educação e da Qualidade do Ensino em parceria com a UNESCO.

[...] incentivar a formação integral do aluno, preparando a **clientela** (grifo nosso) desse nível de ensino para o desenvolvimento de competências e habilidades, com a capacitação de docentes, distribuição de material didático (livros, apostilas e fitas) [...] (BRAGA, MENSAGEM, 2006, p. 46).

- A política educacional oficial está na contra-mão do Decreto 5.154/04, que propõe uma integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissionalizante e da própria LDB;

Sem querer desacreditar o Governo de Eduardo Braga, fica difícil reconhecer nessa política para o Ensino Médio as mínimas condições de realizar aquilo que o Governo propõe: “preparar a clientela desse nível de ensino para o desenvolvimento de competências e habilidades”, pois um Ensino Médio com características propedêuticas como é oferecido pelo Estado do Amazonas não prepara nem para o ingresso no ensino superior quanto mais para desenvolver “competências e habilidades” para adentrar o mercado de trabalho.

A política para o Ensino Médio do Governo Braga, está totalmente desarticulado do mundo do trabalho, pois não caminha na direção da politecnicidade proposta por Marx e Engels, e que Gramsci desenvolveu e denominou de escola unitária. No dizer de Enguita (apud DIEDERICH, 2000) para Marx a educação tem um papel formativo, não só instrumentalizador, treinador. A escola deve proporcionar ao educando uma educação integral, isto é, politécnica. A escola unitária é para Gramsci a chave para se criar uma nova relação entre trabalho/educação, mas isso

[...] só se consolida se a atividade produtiva for entendida como primordial para o entendimento das relações sociais. Neste sentido a aproximação entre escola e trabalho se inicia na escola elementar, pois se despertaria bastante cedo uma nova concepção de mundo nos jovens (apud DIEDERICH, 2000, p. 62).

Como “incentivar a formação integral” se as escolas da rede oficial oferecem apenas o ensino propedêutico, sem qualquer iniciação para o trabalho? O Governo do Estado do

Amazonas em suas políticas para o Ensino Médio parece está em oposição ao Art. 35, inciso II da LDB, 9.394/96. Este artigo ao tratar das finalidades do Ensino Médio diz que, o Ensino Médio tem como finalidade, “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento intelectual posteriores”. E também do Artigo 41 do Decreto 5.154/04 que diz que a Educação Profissional “será desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio”. No Artigo 4º parágrafo 1º do mesmo Decreto 5.154/04 está explicitado como essa integração se dará.

O que se pode observar é que no Estado do Amazonas apesar da propalada qualidade na Educação, levando até a mudança no nome da pasta responsável pela educação no Estado, para “Secretaria de Estado da Educação e da Qualidade do Ensino, os índices educacionais ainda são muito baixos.

O próprio Governador Eduardo Braga reconhece isso quando diz que para superar o baixo índice do Amazonas no Sistema de Avaliação de Educação Básica (Saeb), que mostrou um baixo rendimento dos alunos tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, criou e implantou um índice próprio o “Sistema de Avaliação do Desenvolvimento Escolar (Adesc) (BRAGA, MENSAGEM, 2004).

Na análise do Governador Eduardo Braga o baixo desempenho da qualidade da educação no Estado no Amazonas recai majoritariamente na falta de qualificação do professor. Para tanto criou em 2007 o “Projeto de Desenvolvimento da qualidade da educação no Estado do Amazonas”.

Tal projeto tem como objetivo geral “propor a realização de curso de formação para professores, coordenadores e gestores de 4ª ou (5º ano), 8ª séries do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio das escolas estaduais da capital e do interior do Amazonas para

melhorar a prática pedagógica dos professores, com conseqüente melhoria do desempenho dos alunos”<sup>38</sup>.

Como se o baixo desempenho do ensino no Estado fosse apenas conseqüência da “má ou da falta de formação” dos professores, não se considera o descaso que a categoria vem sofrendo há décadas, chegando a ser motivo de chacota devido a ausência de uma política de remuneração digna que valorize os profissionais da área. Muito menos os fatores culturais, históricos, econômicos e sociais, nem mesmo a falta de políticas públicas educacionais voltadas efetivamente para resolver os problemas da educação no Estado.

---

<sup>38</sup> Ver Projeto de Desenvolvimento da Qualidade da Educação no Estado do Amazonas, 2007, p. 8.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção, neste trabalho, era situar, isto é, colocar o Projeto Zona Franca de Manaus no contexto dos Grandes Projetos idealizados e implementados pelo Governo da Ditadura Militar que se instalou no Brasil no pós-golpe de 31 de março de 1967, conhecido como período da “Ocupação Recente”.

É evidente que esse processo antecede o regime militar, no entanto, é durante essa fase que o processo se intensifica. Como bem analisa Pereira de Oliveira,

[...] é importante perceber que a emergência dos militares ao poder representou o envolvimento maior e a consolidação da estrutura econômica do país ao capitalismo internacional. [...] com os militares, o Estado, em condições excepcionais, vai dirigir suas ações no sentido de aprofundar a dependência às grandes empresas multinacionais que vinham se firmando no país há algum tempo (2001, p. 35).

Mais do que situar a Zona Franca de Manaus no contexto dos Grandes Projetos, tinha-se a intenção também de analisar o projeto a partir das mudanças que estavam acontecendo internamente, assim como as transformações que vinham ocorrendo no modo de produção capitalista, em nível mundial, depois da Segunda Guerra Mundial. Período em que o capital monopolista cria novas estratégias de reprodução e acumulação, sob a hegemonia dos Estados Unidos da América.

A consolidação do capitalismo americano na Europa do pós-guerra redefiniu a divisão internacional do trabalho e reorientou sua expansão para os países dependentes, especialmente os da América Latina [...] (P. DE OLIVEIRA, 2001, p. 28).

No Brasil, esse momento caracterizou-se por uma forte cooptação do Estado brasileiro pelo capital nacional e internacional, Ianni (1986). O Estado brasileiro capitaneado pela Ditadura tornou-se o grande executor das políticas da burguesia nacional a serviço do capital imperialista/nomopolista internacional. Foram muitas as investidas do capital internacional no Brasil, sobretudo no espaço amazônico, onde o Governo Federal implantou vários projetos desenvolvimentistas na região.

A implantação da Zona Franca de Manaus (ZFM), no contexto da ocupação econômica da Amazônia, representou o projeto de mundialização do capital monopolista que teve início no pós Segunda Guerra Mundial. Estava surgindo uma nova maneira de o capital se reproduzir a partir de uma nova divisão internacional do trabalho.

Os países pobres, agora, não só são fornecedores de matéria-prima para as indústrias dos países ricos, como se transformaram também, em produtores de produtos industrializados.

A ZFM que no seu projeto original visava a uma industrialização que viesse beneficiar os recursos da região, no decorrer dos anos concentrou-se muito mais na indústria de montagem de produtos estrangeiros criados e desenvolvidos nos países sede das empresas multinacionais instaladas aqui.

Apesar disso, o modelo tem atendido aos objetivos pelos quais foi criado, quais sejam a garantia da expansão e reprodução do capital mundializado. Como diz Silva (2000) “a concepção e a decisão de implantação da Zona Franca de Manaus são oriundos de processos e relações mais amplas que efetivam um movimento de descentralização da produção capitalista fora das zonas originárias” (p. 39).

E também porque o Governo Militar, ao criar e implantar a Zona Franca de Manaus no centro geográfico da Amazônia, o fez a partir de uma visão geopolítica de “proteção das fronteiras e de adensamento populacional do grande vazio amazônico” (BEZERRA, 2000, p. 89).

O modelo, nos seus quarenta anos de existência, passou por vários percalços, porém tem conseguido se superar. Não obstante, tem se mantido como alternativa viável, pelo menos de crescimento econômico, senão para toda a Amazônia Ocidental, ao menos para o Estado do Amazonas e para Manaus, particularmente.

Manaus foi a grande beneficiada pelo Modelo Zona Franca. Segundo dados do IBGE, publicados no caderno de Economia do Jornal “Diário do Amazonas”, em 17 de dezembro de 2008, Manaus concentra 81,5% da riqueza gerada entre os anos de 2003 e 2006, apresentando, portanto, o maior índice de disparidade do país. Enquanto Manaus aparecia como a sexta capital com maior *PIB per capita*, com média de R\$ 18,6 mil por cada habitante, o município de Barcelos amargava a última posição no Estado, com R\$ 2,2 mil.

O Estado do Amazonas desde a implantação da Zona Franca de Manaus tem batido recorde em cima de recorde na arrecadação tributária. Isso ficou patente no levantamento realizado neste trabalho. Desde a década de 1970 até os dias atuais a arrecadação tributária tem engordado os cofres dos Governos federal, estadual e municipal. Todavia, nesse trabalho o foco restringiu-se apenas a arrecadação estadual.

A receita do Amazonas em 1967, ano da criação da SUFRAMA, foi de Cr\$ 40.084.561.958 cruzeiros, enquanto suas despesas somaram Cr\$ 43.084.561.958, portanto, o Estado acumulou um *déficit* de Cr\$ 3.409.688.042 cruzeiros.

A arrecadação em 1970 dá um salto significativo alcançando a quantia de Cr\$ 119.464.954,00. A cada ano o Estado vai ampliando seu poder arrecadador chegando à soma de Cr\$ 152.064.432,00 cruzeiros em 1971. Apenas seis anos depois da efetivação da ZFM, em 1973, a receita do Estado alcançou a cifra de Cr\$ 161 milhões de cruzeiros, obtendo então um crescimento em comparação a 1972 de 44 por cento.

Desde então o Estado só tem obtido *superávit*, a não ser no início dos anos de 1990 quando o Pólo Industrial de Manaus (PIM) enfrentou a sua pior crise a partir da política de

abertura econômica implantada pelo Governo Collor (Fernando Collor de Melo), período em que a produção caiu vertiginosamente. Todavia, apesar da queda na produção, a arrecadação, mesmo assim, manteve-se elevada.

O Amazonas recolheu para o erário público em 2006 o montante de 3,6 bilhões de reais. Somente junto as empresas do PIM a arrecadação aumentou em cerca de 71,25% no período de 2002 a 2006. A arrecadação municipal também tem aumentado significativamente. Manaus arrecada 63% de todos os tributos federais e encargos sociais de toda a 2ª Região Fiscal do Brasil<sup>39</sup>.

É também significativa a arrecadação federal no Amazonas. Em 2006 o Governo Federal arrecadou a soma de 6, 875 bilhões de reais, o que representa um crescimento de 102,86% no período de 2002 a 2006 nas empresas da Zona Franca de Manaus.

Segundo o jornal “Diário do Amazonas” de terça-feira, 02 de setembro de 2008, caderno de Economia, a arrecadação do Amazonas bateu novo recorde.

A arrecadação tributária do Amazonas bateu recorde histórico em julho, ao atingir R\$ 425 milhões e acumular R\$ 2,6 bilhões nos primeiros sete meses do ano, alta de 20% sobre igual período de 2007. Se mantida a trajetória de crescimento, o ano deve fechar com saldo positivo de R\$ 799 milhões sobre 2007, equivalente a mais dois meses de arrecadação sobre o ano passado (p. 9).

O responsável pelo bom desempenho no aumento nos recursos nos cofres públicos do Estado é o Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS), que atingiu em julho um patamar inédito de R\$ 393 milhões. A se manter a trajetória de crescimento, o Tesouro estadual fechará o ano com cerca de R\$ 4,6 bilhões.

Na análise da evolução da arrecadação, pode-se observar que o Estado dispõe de somas significativas de recursos. Não obstante, passados quarenta anos de vigência do modelo

---

<sup>39</sup> A Segunda Região Fiscal compreende os estados do Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre, Mato Grosso, Amapá e Pará.

ZFM, o que se percebe é uma melhoria relativa das condições de vida da população não só do Amazonas, mas de toda a Amazônia Ocidental.

Não se pode negar o crescimento econômico do Estado do Amazonas a partir do advento da Zona Franca de Manaus. Entretanto, o Estado carece de políticas públicas que venham ao encontro das necessidades mais prementes da população, principalmente no que diz respeito à oferta de uma educação universalizada e com qualidade para todos.

É verdade que com a chegada da ZFM houve uma transformação em todo o Estado. No que se refere a população, tanto no Estado quanto na Capital, houve um crescimento extraordinário. Em 1970 a população do Estado, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) era de 955.203 habitantes, enquanto a Capital possuía apenas 311.622 habitantes. No ano 2000 a população total do Estado chegou a 2.817.252 habitantes. Manaus contribui com o equivalente a 50% dessa população atingindo o total de 1.408.835 habitantes.

Em 2007 a população da Capital atingiu cerca de 2.000.000 de habitantes, o que corresponde a 55% da população total do Estado. Ainda assim, Manaus figura entre as capitais com maior renda *per capita* do país. Segundo estudos do IBGE, Manaus tinha o terceiro *PIB per capita* dentre as capitais do país, o equivalente a R\$ 13.534, em 2002, deixando para trás grandes centros econômicos como São Paulo, Rio Janeiro, Porto Alegre entre outros.

Não obstante não podemos dizer que a Zona Franca tenha trazido desenvolvimento para o Amazonas e região. O que aconteceu realmente foi um crescimento econômico nunca dantes visto, no qual a concentração e a centralização da produção material foram incalculáveis. Como afirma Rossi (1980) “o aumento da produção capitalista [...] baseada na exploração e dominação da classe trabalhadora, não é desenvolvimento” (p. 61).

Enquanto nas “ditas áreas nobres” da cidade multiplicam-se prédios e condôminos luxuosos, na periferia, cresceram desordenadamente as “ocupações”. Somente no ano de 2008 o governo municipal debelou mais de cinquenta e cinco tentativas de ocupações irregulares na cidade de Manaus<sup>40</sup>.

Diversamente disso, o que se tem visto é uma sociedade dual. De um lado a maioria da população que convive com a pobreza permanente e a ausência de garantias sociais básicas mínimas, como educação saúde e moradia. De outro, uma minoria de “novos ricos”. Aqueles que enriqueceram e se tornaram classe hegemônica, passando, na maioria das vezes, pelo poder político. A estes nada falta, vivem como vivem as elites mais ricas dos países capitalistas centrais.

Na proposta do pedagogismo conservador, o investimento em educação seria fundamental

[...] para a preparação da força de trabalho (educar o povo), para a obtenção de mais e melhores resultados produtivos (crescimento quantitativo e qualitativo), com o que seriam resolvidos os problemas do subdesenvolvimento, da miséria, da desigualdade, da mortalidade infantil, das endemias, da “ignorância do povo” – esta última causa a qual se atribuem todas as outras injustiças. O sistema socioeconômico atribui ao próprio injustiçado a culpa pela sua condição (ROSSI, 1980, p. 62).

A partir das observações feitas no decorrer desse trabalho procurou-se destacar alguns pontos de reflexão sobre os problemas e indefinições do Ensino Médio e da Educação Profissional no país e suas repercussões nas políticas públicas para esse nível e modalidade de Ensino no Estado do Amazonas.

O discurso implícito de escola dualista se materializa quando, através da separação entre Educação Básica e Formação Profissional, prepara-se o trabalhador para desempenhar

---

<sup>40</sup> Ver <http://www.manaus.am.gov.br/noticias/ocupacoes-irregulares>, capturado em 11 de setembro de 2008 às 12h30min.

as funções instrumentais na hierarquia do trabalho e os intelectuais, através da educação humanística, com a capacidade de pensar, de decidir e, enfim dirigir a sociedade.

A dualidade entre Ensino Médio e Formação Profissional no Brasil é histórica e estrutural. Sendo o Brasil um país que nasceu sob base escravocrata, o trabalho manual foi sempre visto com inferioridade. A formação para o trabalho era feita por instituições de caráter religioso e/ou filantrópico nos “Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos”, “Liceus de Artes e Ofícios”, “Casa de Educandos e Artífices” e, também, da oferta de aprendizagem compulsória de ofícios para menores órfãos, abandonados, desvalidos, no intuito de diminuir a criminalidade e a vagabundagem.

Tal dualidade, segundo Kunzer (2001), faz com que o Ensino Médio no Brasil, constitua-se como o nível de mais difícil enfrentamento por sua dupla função, preparar para a continuidade dos estudos e ao mesmo tempo para o mundo do trabalho.

Kuenzer ao analisar a criação do Sistema de Educação Tecnológica chama a atenção para a dupla função desse nível de ensino, pois o Sistema foi criado em paralelo, inclusive na gerência, ao Sistema Nacional de Educação. Segundo a autora, “[...] quando imaginávamos pelo menos superado ao nível das idéias e políticas públicas, o velho princípio educativo com sua proposta dualista e antidemocrática surge com todo vigor e apoio institucionais” (2001, p. 50).

Como justificativa para a criação do Sistema, apresenta-se a proposta de que a educação tecnológica seria a “solução” para o desenvolvimento do país. Parte-se da constatação de que o desenvolvimento atingido pelos países de Primeiro Mundo só foi possível pelo investimento sistematizado em educação e em modernas tecnologias.

Essa visão guarda estreita relação com a “velha e nem tanto superada” Teoria do Capital Humano que concebe a Educação como determinada pelas leis do mercado. Esta concepção é materializada nos documentos do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que

indicam cursos rápidos, adequados à demanda de qualificação específicos, e baratos, que trazem retorno individual e social. Como sintetiza Schultz (1967), principal nome da teoria do Capital Humano, a educação pode ser computada como valor econômico, porque, ao se instruir, o sujeito acumula valor, como se estivesse fazendo uma poupança. E ainda “[...] a instrução tem as características de investimento, porque elevará as futuras rendas” (SCHULTZ, 1967, p. 38).

Schultz liga diretamente a educação ao aumento da produtividade. Na fala do autor, “somente quando a instrução aumenta a produtividade e os lucros futuros, poderão ser as suas contribuições consideradas como um dos fatores do crescimento econômico computado” (1967, p. 55).

#### A Teoria do Capital Humano

[...] concebe a educação como produtora de capacidade de trabalho, potenciadora de trabalho e, por extensão, potenciadora de renda, um capital (social e individual), um fator do desenvolvimento econômico e social [...] a ação pedagógica, a prática educativa escolar reduzem-se a uma questão técnica, a uma tecnologia educacional cuja função precípua é ajustar requisitos educacionais a pré-requisitos de uma ocupação no mercado de trabalho de uma dada sociedade. Trata-se da perspectiva instrumentalista e funcional da educação (FRIGOTTO, 1989, p. 16).

Como bem analisa Frigotto, a teoria do Capital Humano “representa a forma pela qual a visão burguesa reduz a prática educacional a um “fator de produção”, a uma questão técnica” (1989, p. 18).

No desenvolvimento do presente trabalho, a partir das leituras dos documentos oficiais e de autores que discutem e estudam a questão, pode-se perceber que foi essa visão economicista de Educação que norteou e tem norteado as políticas públicas educacionais no Estado do Amazonas. Nas décadas de 1970 e 1980 sob a égide da Teoria do Capital Humano e nas décadas de 1990 e 2000 sob a influência da Pedagogia das Competências ou da Qualidade Total.

Corroborando com essa análise Jorge Gregório da Silva (1999) enfatiza:

O modelo educacional brasileiro, da década de 90, foi tomado por um discurso da **Qualidade Total** (grifo do autor) apresentada como uma panacéia para o processo de integração entre o núcleo e a essência do processo pedagógico que se desenvolve no seio da escola, no espaço de interseção e no tempo de integração entre os trabalhadores da educação e as várias ferramentas utilizadas para qualidade (p. 18).

Assim como a Teoria do Capital Humano, a Pedagogia das Competências ou da Qualidade Total traz em seu bojo uma visão economicista da educação, pois esse sistema de educação, alicerçado

[...] no modelo de qualidade, apresenta os atores sociais que fazem parte do contexto escolar como viabilizadores da interação entre público em geral e grupos de interesse especial, construindo a satisfação do cliente interno e externo. Neste contexto o aluno passa a ser cliente e os conhecimentos escolares passam a ser mercadoria (SILVA, 1999, p. 19).

Tanto a Teoria do Capital Humano, quanto a Pedagogia das Competências ou da Qualidade Total, em seus pressupostos economicistas, atribuem ao indivíduo a responsabilidade tanto pelo fracasso quanto pelo sucesso profissional. A busca por uma melhor formação, pela qualificação é de inteira responsabilidade do sujeito. Quanto mais e melhor qualificado, mais espaço terá no mercado de trabalho com possibilidades de ter um bom emprego e conseqüentemente, um ótimo salário, sendo verdadeiro também o contrário.

Como se educar-se ou não, buscar melhor índice de qualificação dependesse única e exclusivamente do indivíduo. Tal afirmação é a maneira que a ideologia burguesa utiliza para escamotear a verdadeira origem da “desigualdade estrutural do modo de produção capitalista” (FRIGOTTO, 1989, p. 50).

Na análise do mesmo autor, essa tese “[...] será encampada pela visão do neocapitalismo ao postular a superação do conflito de classe pelo que se convencionou chamar a revolução gerencial” (FRIGOTTO, 1989, p. 50-51).

Na perspectiva neoliberal a educação passa a ser vista como uma mercadoria, um produto que deve ser vendido no mercado. Para tanto a escola passa a ser vista como “uma

empresa e os alunos, professores e dirigentes transformam-se em trabalhadores que precisam se empenhar, ao máximo, para atingirem a excelência proclamada” (SILVA, 1999, p. 19).

O que difere a Teoria do Capital Humano que embasou as políticas educacionais nas décadas de 1970/80 no Brasil e conseqüentemente no Estado do Amazonas da Pedagogia das Competências ou da Qualidade Total que fundamentou as políticas dos nos 1990 e fundamentam nos anos 2000 é o seguinte: A primeira propõe investimento maciço em educação por parte do Estado para garantir o desenvolvimento econômico dos países. A qualificação ao mesmo tempo em que gera desenvolvimento econômico garante pleno emprego ao trabalhador, sucesso profissional e conseqüente mobilidade social.

Hoje, segundo os pressupostos do Neoliberalismo que dão sustentação a Pedagogia das Competências ou da Qualidade Total o Estado desresponsabiliza-se do investimento em educação e a simples qualificação já não é mais garantia de emprego. O sujeito qualificado tem apenas um pouco mais de chance de vir a se empregar, isto é, a qualificação o deixa em “estado” de empregabilidade, pois somente os “melhores” poderão conquistar um lugar no mercado de trabalho.

Pode-se afirmar que no decorrer dessas quatro décadas que este trabalho se propôs a estudar, verificou-se que as políticas públicas para o setor educacional no Amazonas tiveram sempre um caráter utilitarista em favor do Capital. Num primeiro momento nas décadas de 1970/80 os governos do Amazonas buscaram adaptar as políticas regionais ao projeto nacional de educação fundamentado na Teoria do Capital Humano, sob a égide da Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971. Tal projeto consistia em investir em educação como caminho para o país alcançar o tão esperado desenvolvimento econômico.

Os governos buscaram expandir o Ensino de 1º e 2º graus no Estado, porém no final da década de 1980 as escolas de 2º grau ainda estavam prioritariamente concentradas na capital do Estado. Contudo, faz-se oportuno lembrar que isso era parte da política pensada

para o suprimento de mão-de-obra para atender o projeto Zona Franca de Manaus que estava sediada na Capital. Desta maneira, o Governo forçava a migração, prioritariamente da força jovem, para compor o “Exército de Reserva” que as fábricas recém instaladas na Zona Franca necessitavam.

Na análise de Frigotto (1989) a Teoria do Capital Humano toma corpo aqui no Brasil, exatamente quando o Estado brasileiro se associa ao capital monopolista internacional e se radicaliza o modelo de desenvolvimento altamente concentrador.

A utilização da teoria, aqui também assume uma dupla dimensão. A educação passa a ser evocada como um instrumento de modernização - o fator preponderante, para a diminuição das “disparidades” regionais – subdesenvolvidas, não-desenvolvidas, em desenvolvimento e desenvolvidas – se daria mediante a modernização dos fatores de produção, especialmente pela qualificação da mão-de-obra (FRIGOTTO, 1989, p. 129).

Observou-se também que apesar da política de expansão da rede oficial de ensino, na década de 1980, sobremaneira na oferta de vagas, o Estado ainda apresenta uma defasagem de “atendimento de 20,4% da população na faixa etária de 7 a 14 anos; elevadas taxas (21,5%) de repetência e evasão [...]” (BEZERRA, 2003, p. 102 e 103).

Ainda na análise da mesma autora a situação do 2º Grau também não é nada boa. Esse nível de ensino apresenta vários problemas quais sejam:

[...] baixo índice de aprovação, significativa taxa de evasão, baixa qualidade do ensino ministrado; insuficiência de equipamentos para a efetivação do currículo na prática; e falta de maior integração escola comunidade, dificultando o cumprimento do estágio curricular (BEZERRA, 2003, p. 103).

Foi detectado ainda que apesar de os governos laçarem propostas que davam ênfase à universalização da educação básica, isso se efetivava muito pouco ou quase nada na prática. O Governador Gilberto Mestrinho, por exemplo, “propõe a reestruturação de ensino médio para desenvolver cursos técnicos, acadêmicos e profissionalizantes, visando à formação geral e a capacitação para o trabalho” (BEZERRA, 2003, p. 136), no entanto, isso não foi efetivado.

O estudo leva a perceber que no discurso os governos estão cheios de “boas intenções”, porém falta vontade política para transformarem em ações concretas as propostas que apresentam nos seus planos e programas de governo principalmente no que concerne a educação.

Nos anos de 1990 e 2000 os governos do Estado do Amazonas incorporam aos seus discursos os pressupostos da Pedagogia das Competências, também conhecida como da Qualidade Total. Nessa linha, o Governador Amazonino diz que seu governo empreendeu uma verdadeira revolução tanto na dimensão quantitativa quanto qualitativa na educação do Amazonas.<sup>41</sup>

No que diz respeito à dimensão quantitativa o Estado disponibilizou um total de 88 mil novas vagas, o que representa uma evolução em 20% em relação ao número anterior de vagas. No que diz respeito à dimensão qualitativa o Estado desenvolveu uma “reforma radical e permanente na própria concepção de escola e na sua filosofia de educação” (MENDES, MENSAGEM, 2000, p.270).

O discurso modernizador do Governador se mostra muito bem alinhado a “ideologia neoliberal da Qualidade Total” (SILVA, 1999.p. 47) apregoada pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial, o BIRD, o BID, a OIT e outros e, que passaram a orientar as ações dos governos nas décadas de 1990 e 2000.

O que vem se percebendo, efetivamente, com auxílio dos estudos e das pesquisas, é que a qualidade na educação não passa de oratória. São desenvolvidas campanhas de grande repercussão na mídia, mas que na prática, no chão mesmo da escola, não produzem os resultados divulgados. Concluí-se, então, que nem quantidade nem qualidade. Nem a realidade nem a cópia. É a cópia da cópia (SILVA, 1999, p. 61).

Corroboram com a assertiva de Silva os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Para além do discurso, os dados (Saeb) apresentados em 2005 mostram que a realidade educacional no Amazonas necessita de cuidados. Segundo o relatório do Saeb os

---

<sup>41</sup> Conforme Jornal “Diário do Amazonas”, terça-feira, 25 de março de 2008, Caderno/Cidades, p.3.

alunos do 3º ano do Ensino Médio do Amazonas da rede pública de Ensino possuem conhecimento inferior a estudantes que cursam a 8ª série do Ensino Fundamental em escolas públicas do estado de Rondônia.

O relatório diz ainda que estados da Região Norte como Pará e Rondônia obtiveram média superior ao Amazonas no Ensino Fundamental e Ensino Médio, com até cinco pontos na frente em 2005. Todavia, apesar da falta de políticas públicas para o desenvolvimento da educação, algumas escolas isoladamente têm conseguido alcançar boas colocações no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). É o caso, por exemplo, do Colégio Nossa Senhora do Carmo (Parintins), Colégio Militar da Polícia Militar (Manaus), Escola Estadual Araújo Filho (Parintins), Herbert Palhano (Manaus) e outros.

O que se conclui é que o Governo de Amazonino Mendes, no afã de se adequar as orientações neoliberalizantes, propõe uma reestruturação do Ensino Médio e profissionalizante para o Estado, com o propósito de qualificar melhor o estudante visando a atender ao mercado de trabalho. Nesse intuito, em 1996, o Governo Amazonino Mendes desativou as dezesseis escolas onde funcionavam Cursos Técnicos no Amazonas, substituindo-as por sete “Centros de Excelência”, dos quais apenas quatro funcionaram na prática.

A proposta pedagógica dos Centros de Excelência Profissionalizante, não passou

[...] de um produto de políticas construídas em nível nacional, sob a tutela dos organismos internacionais, expressando uma espécie de experimentalismo pedagógico ou voluntarismo ideológico com objetivos implicitamente eleitoreiros, não obstante o discurso explícito de compromisso com a melhoria do ensino (SILVA, 1999, p. 23).

O Governo Eduardo Braga que assume o poder no início dos anos 2000, embora apresente um discurso de que “há necessidade de mudanças na organização e estrutura

curricular no Ensino Médio”<sup>42</sup> para que esse nível de ensino possa proporcionar uma formação geral ao estudante, na prática tem radicalizado a dualidade histórica que acompanha esse nível de ensino.

Atualmente não existe uma escola da rede oficial do Estado que ofereça Educação Profissional. Essa modalidade de ensino está a cargo do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM). Hoje, no Amazonas, o aluno matriculado na rede estadual de ensino só poderá optar por uma profissão depois que concluir o Ensino Médio. A política estadual de educação para o Ensino Médio e Educação Profissional fere o artigo 205 da Constituição Federal que diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Também está na contramão do que reza o Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004 a respeito do Ensino Médio e da Educação Profissional. Em seu Artigo 4º se ler:

A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no parágrafo 2º do artigo 36 e 40 e parágrafo único do artigo 41 da Lei 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio [...].

Vê-se contraditória a proposta do Governo de reorganização curricular do Ensino Médio visando a

“incentivar a formação integral do aluno, preparando a clientela desse nível de ensino para o desenvolvimento de competências e habilidades, com a capacitação de docentes, distribuição de material didático (livros, apostilas e fitas)” [...] (BRAGA, MENSAGEM, 2006, p. 46).

A radical separação do Ensino Médio da Educação Profissional adotada no Governo Eduardo Braga dificilmente poderá realizar o que se propõe: “preparar a clientela desse nível

---

<sup>42</sup> Ver Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino, Projeto piloto de Ensino Médio nas escolas: Colégio Amazonense Dom Pedro II e Instituto de Educação do Amazonas, Manaus: 2007.

de ensino para o desenvolvimento de competências e habilidades”, pois um Ensino Médio com características totalmente propedêuticas, como é oferecido no Estado do Amazonas, não tem preparado nem para o ingresso no ensino superior e muito menos tem desenvolvido “competências e habilidades” que o capacite ao ingresso no mercado de trabalho.

O Ensino Médio proposto pelo Governo Eduardo Braga está totalmente desarticulado do mundo do trabalho, pois não caminha na direção da politecnicidade proposta por Marx e Engels, que Gramsci desenvolveu e denominou de Escola Unitária. No dizer de Enguita (apud DIEDERICH, 2000), para Marx a educação tem um papel formativo, não só instrumentalizador, treinador. A escola deve proporcionar ao educando uma educação integral, isto é politécnica. A escola unitária é para Gramsci a chave para se criar uma nova relação entre trabalho/educação, mas isso

[...] só se consolida se a atividade produtiva for entendida como primordial para o entendimento das relações sociais. Neste sentido a aproximação entre escola e trabalho se inicia na escola elementar, pois se despertaria bastante cedo uma nova concepção de mundo nos jovens (apud DIEDERICH, 2000, p. 62).

Como “incentivar a formação integral” se as escolas da rede oficial oferecem apenas o ensino propedêutico, sem qualquer iniciação para o trabalho? As políticas do Governo Eduardo Braga para o Ensino Médio parecem estar em oposição ao Art. 35, inciso II da LDB, 9.394/96. Este artigo ao tratar das finalidades desse nível de ensino diz que o Ensino Médio tem como finalidade “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento intelectual posteriores”.

É importante que a sociedade civil organizada se empenhe na construção de uma Educação Básica emancipatória, democrática, única e universal que dê aos estudantes as condições necessárias para crescer profissional e intelectualmente.

No limite, o que se percebe a partir da análise dos documentos oficiais é que, para os governos locais investir em Educação, significa ampliar a rede física para proporcionar maior número de vagas. Isto é percebido tanto nas décadas de 1970/80 quanto nos anos de 1990/2000, embora cada época tivesse motivações ideológicas diferentes.

O que se pode aferir a partir desse estudo é que o Estado do Amazonas carece de políticas públicas que visem não só à formação profissional do trabalhador, mas também que proporcione a construção de um Ensino Médio integrado, na mesma perspectiva da Escola Unitária pensada por Gramsci que “[...] conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o entrementes como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige” (Apud, MOCHCOVITCH, 1990, p. 53 e 54).

## REFERÊNCIAS

AMAZONAS (Estado). **Mensagem do Governador Danilo de Mattos Areoza à Assembléia Legislativa do Estado**. Manaus: Imprensa Oficial, 1967.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Eng. João Walter de Andrade à Assembléia Legislativa do Estado**, 31 de mar. de 1972. Manaus: Imprensa Oficial, 1972.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Eng. João Walter de Andrade à Assembléia Legislativa do estado**, 1º de mar. Manaus: Imprensa Oficial, 1973.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Eng. João Walter de Andrade à Assembléia Legislativa do Estado**, Manaus: 1974.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Ministro Henocho da Silva Reis à Assembléia Legislativa do Estado**, 1º de mar. Manaus: Imprensa Oficial, 1975.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Ministro Henocho da Silva Reis à Assembléia Legislativa do Estado**, 1º de mar. Manaus: Imprensa Oficial, 1976.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Ministro Henocho da Silva Reis à Assembléia Legislativa do Estado**, 1º de mar. Manaus: Imprensa Oficial, 1977.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Ministro Henocho da Silva Reis à Assembléia Legislativa do Estado**, 1º de mar. Manaus: Imprensa Oficial, 1979.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento do Amazonas (1975)** Henocho da Silva Reis. Manaus: Imprensa Oficial, 1975.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento do Amazonas (1976-1979)**. Henoch da Silva Reis. Manaus: Imprensa Oficial, 1976.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governado José Lindoso à Assembléia Legislativa do Estado**. Manaus: Imprensa Oficial, 1979.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governado José Lindoso à Assembléia Legislativa do Estado**. Manaus: Imprensa Oficial, 1980.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governado José Lindoso à Assembléia Legislativa do Estado**. Manaus: Imprensa Oficial, 1981.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governado Paulo Pinto Nery à Assembléia Legislativa do Estado**. Manaus: Imprensa Oficial, 1982.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governado Gilberto Mestrinho à Assembléia Legislativa do Estado**. Manaus: Imprensa Oficial, 1983.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governado Gilberto Mestrinho à Assembléia Legislativa do Estado**. Manaus: Imprensa Oficial, 1984.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governado Gilberto Mestrinho à Assembléia Legislativa do Estado**. Manaus: Imprensa Oficial, 1985.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governado Gilberto Mestrinho à Assembléia Legislativa do Estado**. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, Ltda, 1986.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governado Gilberto Mestrinho à Assembléia Legislativa do Estado**. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, Ltda, 1987.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governado Amazonino Armando Mendes à Assembléia Legislativa do Estado**. Manaus: Imprensa Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Amazonino Armando Mendes à Assembléia Legislativa do Estado**. Manaus: Diário Oficial, 1989.

\_\_\_\_\_ (Estado). **Mensagem do Governador Amazonino Armando Mendes à Assembléia Legislativa do Estado**. Manaus: Diário Oficial, 1990.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Vivaldo Barros Frota à Assembléia Legislativa do Estado.** Manaus: Diário Oficial, 1991.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Gilberto Mestrinho à Assembléia Legislativa do Estado.** Manaus: Diário Oficial, 1992.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Amazonino Armando Mendes à Assembléia Legislativa do Estado.** Manaus: Diário Oficial, 1995.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Amazonino Armando Mendes à Assembléia Legislativa do Estado.** Manaus: Diário Oficial, 1996.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Amazonino Armando Mendes à Assembléia Legislativa do Estado.** Manaus: Diário Oficial, 1997.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Amazonino Armando Mendes à Assembléia Legislativa do Estado.** Manaus: Seplan/coplan, 1998.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Amazonino Armando Mendes à Assembléia Legislativa do Estado.** Manaus: SEAD/SEPLAN, 1999.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Amazonino Armando Mendes à Assembléia Legislativa do Estado.** Manaus: SEAD/COPLAN, 2000.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Amazonino Armando Mendes à Assembléia Legislativa do Estado.** Manaus: SEAD/SEGOV, 2001.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Amazonino Armando Mendes à Assembléia Legislativa do Estado.** Manaus: SEAD/SEGOV, 2002.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Carlos Eduardo de Souza Braga à Assembléia Legislativa do Estado.** Manaus: Imprensa Oficial, 2003.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Carlos Eduardo de Souza Braga à Assembléia Legislativa do Estado.** Manaus: Imprensa Oficial, 2004.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Carlos Eduardo de Souza Braga à Assembléia Legislativa do Estado.** Manaus: Imprensa Oficial, 2005.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Carlos Eduardo de Souza Braga à Assembléia Legislativa do Estado.** Manaus: Imprensa Oficial, 2006.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Carlos Eduardo de Souza Braga à Assembléia Legislativa do Estado.** Manaus: Imprensa Oficial, 2007.

\_\_\_\_\_. Secretaria da educação. **Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997.** Legislação de ensino, Informativo n. 1, Manaus: 1997.

\_\_\_\_\_. Conselho Estadual de Educação. **Decreto 5.154, de 23 de junho de 2004,** (Mimeo), s/d.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Educação. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996,** Legislação de ensino, Informativo n. 1, Manaus: 1997.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Educação e da Qualidade do Ensino. **Programa de Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica – Educação e Tecnologia superando desafios.** Manaus: 2007.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Educação e da Qualidade do Ensino. **Projeto Piloto de Ensino Médio nas Escolas: Colégio amazonense Dom Pedro II, Instituto de Educação do Amazonas,** Manaus: 2007.

A ARRECADANÇA estadual bate novo recorde. **Diário do Amazonas,** Manaus, 2 de set. 2008, Caderno de Economia, p. 9.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Amir & GENTILI, Pablo. In: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho.** Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ABELÉM, Auriléa, **Carências Habitacionais na Amazônia.** Disponível em: < <http://www.fundj.gov.br>>. Acesso em 12 de dez. 2007, 10:42:00.

BECKER, Bertha K; MIRANDA, Mariana Helena P. de & MACHADO, Lia Osório. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio d Janeiro, 1990.

BECKER, Bertha K. Grandes Projetos e Produção do Espaço Transnacional: Uma nova estratégia do Estado na Amazônia. In: BECKER, Bertha K; MIRANDA, Mariana Helena P. de & MACHADO, Lia Osório. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio d Janeiro, 1990.

\_\_\_\_\_, **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BEZERRA, Aldenice Alves. **A Escola Pública no Amazonas: as políticas de 1987 a 1994**. Manaus: EDUA, 2003.

BEZERRA, Eronildo Braga. A Zona Franca e o Terceiro Ciclo. In; OLIVEIRA, José Aldemir de & GUIDOTTI, Humberto (Org.). **A Igreja arma sua tenda na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2000.

BOTELHO, Antonio José. **Redesenhado o Projeto Zona Franca de Manaus**. Manaus: Valer editora, 2006.

BOTELHO, João. **Como funciona a Zona Franca de Manaus**. Disponível em <<http://empresaefinacas,hsw.uol.com.br>>. Acesso em 07/jan. 2008, às 8h.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988**, 41 ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.

\_\_\_\_\_, **Legislação Federal da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2003.

CASTRO, Rubéns & SILVA, Jorge Gregório da. **Novos comentários a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394/96**. Manaus: EDUA, 2003.

DIEDERICH, Arminda Raquel Botelho. Educação e Trabalho em Marx e Gramsci. In: **Amazônida: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAM**, Ano 4/5, n. 112, p. 53 a 66, Manaus: EDUA, 1999/2000.

FERNANDES, Francisco Rego Chaves et. alli. **A questão mineral da Amazônia: seis ensaios críticos**. Brasília: CNPq, Assessoria Editorial e Divulgação Científica, 1987.

FERRARINI, Sebastião Antonio. **Trasnsertanismo: Sofrimento e Miséria do Nordeste na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

FILGUEIRAS, Luiz A. M. Reestruturação Produtiva, **Globalização e Neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século**. [S.l.: s.n]

FREITAS, Marcílio de & SILVA, Marilene Corrêa da. **Estudos da Amazônia Contemporânea: dimensões da globalização**. Manaus: EDUA, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio et. al. **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **A produtividade da Escola Improdutiva: Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 3ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1979.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez, 2000.

GALLIANO, A. Guilherme. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Ed. Harbra, 1981.

GARCIA, Etelvina. **O Modelo de Desenvolvimento Zona Franca de Manaus: História, Conquistas e Desafios**. [S.l.: s.n]

GAMBOA, Eric. Amazonas fica com a última colocação em avaliação nacional do Ensino Médio, **Diário do Amazonas**. Manaus, 27 de Abr. de 2007. Cidade, p. 3.

GOMES, Ana Rosa Brito. LDB e a História da Educação Brasileira. **Revista de Educação da CNTE**, Brasília: n. 1, p. 05 – 18, 1993.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. **Conflitos no Campo – Brasil. 2003**, Goiânia: CPT – Nacional, 2003.

HÉBETTE, Jean. Que Amazônia foi construída nos últimos 25 anos? – Um balanço na ocasião da construção dos 25 anos do Documento de Santarém. In: OLIVEIRA, José Aldemir de & GADOTTI, Humberto. (Org.). **A Igreja Arma sua tenda na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2000

HÉBETTE, Jean & CEVEDO Madin, Rosa. **Colonização para quem?** Belém: UFPA, INAEA, 1979.

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, Celso J; ZIBAS, Dagmar M. L; MADEIRA, Felicia R; FRANCO, Maria Laura P. B.(Org.) **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: Um debate multidisciplinar**. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

IANNI, Otávio. **Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986

\_\_\_\_\_. **A luta pela terra: historia social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

KUENZER, Acácia. **Ensino Médio e Profissional: As políticas do Estado Neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2001.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: O neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva, Londrina: editora Planta, 2004.

LITAIFF, Paula. Ensino no Amazonas é pior que em Rondônia. **Diário do Amazonas**, Manaus, 25 de mar. 2008. Caderno Cidades, p. 3.

LOMBARDI, J. C. Educação: ensino e educação profissional em Marx e Engels. In: LOMBARDI & SAVIANI, Dermeval. (org.). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

LOUREIRO, Antonio José Souto. **Amazonas na Época Imperial**. Ed. Comemorativa 45º aniversário de T Loureiro Ltda. São Paulo: 1989.

LOWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista**. 16ª ed. São Paulo: 2003.

MACHADO Lia Osório. Urbanização e migração na Amazônia Legal: Sugestões para uma abordagem geopolítica. In: BECKER, Bertha K; MIRANDA, Mariana Helena P. de & MACHADO, Lia Osório. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

MANAUS concentra riquezas do Amazonas. **Diário do Amazonas**, Manaus, 17 dez. 2008. Caderno/Economia. p. 9.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Coordenação de Paul Singer; Tradução de Regis Babosa e Flávio R. Kohte. 2ª ed. Vol. 1, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, s/d.

MIRANDA, Mariana Helena P. de. Colonização Oficial na Amazônia: o caso de Altamira. In: BECKER, Bertha K; MIRANDA, Mariana Helena P. de; & MACHADO, Lia Osório. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

\_\_\_\_\_. Colonização e Reforma Agrária. In: \_\_\_\_\_. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

MOCHCOVITCH, Luana Galano. **Gramsci e a Escola**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

MOURÃO, Arminda Raquel Botelho. **A fábrica como espaço educativo**. São Paulo: Scortecci, 2006.

OLIVEIRA, Antônio Pereira de. **Zona Franca de Manaus: Análise dos discursos intelectuais nas Categorias, Estado e Desenvolvimento Regional**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Natureza e Cultura na Amazônia, do Instituto de Ciências Humanas e Letras da universidade do Amazonas. Manaus: Mimeo, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: Monopólio, expropriação e conflito**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1990.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: 3ª ed. Graal, 1977.

OLIVEIRA, José Aldemir de. & GUIDOTTI, Humberto (Org.). **A Igreja Arma sua tenda na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2000.

OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. A “periferia do capital: na cadeia produtiva de eletroeletrônicos. Manaus: EDUA, 2007.

PEDROSO, Nely. Escolas de Parintins na Frente. **Amazonas Em Tempo**, Manaus, 19 ago. 2007. B. Cidade, p. 3.

PONTES FILHO, Raimundo Pereira. **Estudos de História di Amazonas**, Manaus: Editora Valer, 2000.

RAMOS, Marlise Nogueira. **A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e cobiça internacional**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RODRIGUES, Giovanna Gomes do Nascimento, **Trabalho, Políticas e Educação no Contexto Neoliberal: O Retorno à Teoria do Capital Humano**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: 2008.

ROSSI, Wagner Gonçalves. **Capitalismo e Educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação**. 2ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

SALAZAR, João Pinheiro. **O abrigo dos deserdados: Estudo sobre a Remoção dos Moradores da Cidade Flutuante e os Reflexos da Zona Franca na Habitação da População de Baixa Renda em Manaus**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: (mimeo), 1985.

SANTOS, Ágida Cavalcante dos. **O Processo de Desativação das Escolas Técnicas Estaduais no Amazonas**. Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, Manaus: (mimeo), 2003.

SARABIA, Raul H. Ortiz. **Estrutura da Rede educacional no Estado do Amazonas: Algumas inter-relações com a estrutura populacional e com o aparelho produtivo**. Manaus: Texto usado no Campus Universitário da UFAM (mimeo)1997.

SAVIANI, Dermeval. Dezembro de 1992: finalmente em votação o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Revista de Educação da CNTE**. Brasília: n. 1, p. 19 – 30, jan. 1993.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, Ideologia e Contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: EDUA, 2000.

\_\_\_\_\_. **A construção da Amazônia Lusitana**. In: Amazônia em Cadernos. Vol. 01, nº. 01, dez/1992.

SILVA, Jorge Gregório da. **O Contexto Político da Formação do Administrador Escolar**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

\_\_\_\_\_. **Os Centros de Excelência Profissionais: O discurso sobre uma proposta para a Educação de Qualidade Total no Estado do Amazonas**. Tese de Doutorado apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: Mimeo, dezembro de 1999.

SOUZA, Marcio. **A expressão amazonense – Do Colonialismo ao Neo-colonialismo**. São Paulo: Alfa - Omega, 1977.

SCHULTZ, W. Theodore. **Valor Econômico da Educação**. Tradução WERNEK, P. S. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais – A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. Trad. Clotilde da Silva Costa. 3ª ed. Belo Horizonte: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

<<http://www.fnde.gov.br/>>. Acesso em 02 de mar. de 2007, às 22h35min.

<<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 02 de mar. de 2007, às 23h30min.

<<http://www.manaus.am.gov.br/noticias/ocupacoes-irregulares/>>. Acesso em 11 de set. de 2008, às 12h30min.